

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA

DISSERTAÇÃO

Da Transição Agroecológica à Conversão para a Agricultura Orgânica
Através de Tecnologias Sociais no Estado do Rio de Janeiro

Felício Silveira Do Nascimento

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA
– PPGA O**

**DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA À CONVERSÃO PARA A
AGRICULTURA ORGÂNICA ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS SOCIAIS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

FELÍCIO SILVEIRA DO NASCIMENTO

Sob orientação da Professora
Dra. Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Agricultura Orgânica**, no Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

Seropédica, RJ
Setembro de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244t Nascimento, Felício Silveira do, 1962-
da transição agroecológica à conversão para a
agricultura orgânica através de tecnologias sociais no
estado do rio de janeiro / Felício Silveira do
Nascimento. - 2017.
114 f.

Orientador: Maria Fernanda de Albuquerque Costa
Fonseca. Dissertação(Mestrado). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, agricultura orgânica,
2017.

1. agroecologia. 2. agricultura orgânica. I.
Albuquerque Costa Fonseca, Maria Fernanda de , 1954-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. agricultura orgânica III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

FELÍCIO SILVEIRA DO NASCIMENTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Agricultura Orgânica**, no Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 29/09/2017

Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca. Dra. PESAGRO-RIO
(Orientadora)

Anelise Dias. Dra. UFRRJ

Edilene Santos Portilho. Dra. UFRRJ

DEDICATÓRIA

Ao meu querido pai, Felício Silveira Duarte, o Bié, que me ensinou a trabalhar desde cedo em seu comércio e em sua lavoura e, com toda sua humildade, dedicou a vida a ajudar ao próximo.

Muito obrigado, meu pai.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e a minha família, por todo apoio e dedicação no qual tiveram comigo.

Ao Engenheiro Agrônomo Aly Ndiaye, idealizador do projeto PAIS.

A todos da empresa Coral Consultoria em Agronegócios que contribuíram para o desenvolvimento do projeto PAIS na região Centro-Sul Fluminense: Aris Luís Pedrosa, Ayrison Pedrosa, Guilherme de Amorim Garcia, Felipe Thiago, Fortunato Gabriel Delgado e Cristina Pippa.

A toda equipe do SEBRAE-RJ, e a todos que contribuíram e participaram da formação do 1º grupo de agricultores orgânicos do projeto PAIS na região Centro-Sul Fluminense.

A ABIO e aos parceiros pela possibilidade de formação de técnicos e agricultores nas práticas permitidas na agricultura orgânica, bem como no funcionamento dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica.

Aos amigos da V Turma do PPGAO.

Aos meus professores do PPGAO, por transmitirem o conhecimento com tanta dedicação.

Agradeço ao amigo Stephano Carvalho, por todo apoio e ajuda no desenvolvimento do trabalho.

A Maria Fernanda de A. C. Fonseca por toda paciência e compreensão dedicadas a mim em todo o período em que estive sob sua orientação.

BIOGRAFIA

Eu Felício Silveira do Nascimento nasci em Paty do Alferes em 25 de março de 1962. Trabalhei como agricultor convencional até 1997, com foco na produção de tomate e fazendo uso de diversos agrotóxicos. Nessa mesma época sofri intoxicação por organofosforados e piretróides que me causaram tontura e falta de ar me levando a internação hospitalar por 18 horas. A partir desse momento comecei a adotar novas técnicas de manejo como por exemplo; O MIP (Manejo Integrado de Pragas) e em 29 de junho de 1999 fui destaque em matéria divulgada no jornal Folha de São Paulo como o 1º primeiro produtor a adotar essa tecnologia no Município de Paty do Alferes/RJ. A partir daí comecei a buscar alternativas sustentáveis para a atividade agrícola, como por exemplo, o ensacamento dos frutos do tomate para evitar a broca dos frutos, a aração com tração animal, o uso da cobertura morta, o plantio em curvas de nível, entre outras. Passei a participar de diversos eventos ligados a agricultura orgânica, como o 1º Congresso Brasileiro de Horticultura Orgânica, Natural e Biodinâmica realizado em 29 de setembro de 2001 em Piracicaba/SP, e, em 2003, da 1ª Feira da Biofach no Rio de Janeiro.

Em 2001 comecei a organizar um grupo interessado pela agricultura orgânica, e em 2002, junto com outros agricultores, criamos a Associação dos Produtores Orgânicos de Paty do Alferes (Paty Orgânico). Em 2004, fui certificado como produtor orgânico pela ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro), através da certificação por auditoria. Em 2010, fui certificado como produtor orgânico pela ECOCERT Brasil com apoio do SEBRAE RJ.

Em 2012 abri uma Empresa de Consultoria (Coral Consultoria em Agronegócios) e participei de edital para credenciamento no SEBRAE–RJ, sendo aprovado para consultoria em agronegócios, associativismo e cooperativismo. Já como consultor, comecei em 2012 a prestar serviço ao SEBRAE na implantação do projeto PAIS nos Municípios de Paraíba do Sul, Paulo de Frontin, Mendes, Areal e Paty do Alferes. Diante da experiência exitosa de criação de OCS (Organismo de Controle Social) no noroeste do Estado com apoio de parcerias públicas (SEBRAE, MAPA, Programa Rio Rural) para formação e registro dos agricultores familiares como orgânicos. A partir desse exemplo e com apoio do SEBRAE comecei, em 2014, a fomentar a organização dos agricultores em busca da certificação participativa (SPG ABIO) e em 30/04/2015, consegui a certificação de produtor orgânico para 23 agricultores, da Região Centro Sul Fluminense, Grupo SPG – ABIO Orgânicos do PAIS.

Como especialização profissional, desde 21 de dezembro de 2012, sou tecnólogo em Gestão de Agronegócios, formado pela Universidade Severino Sombra (USS) no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro. Fiz prova em fins de 2014 e em abril de 2015 ingressei no PPGA (Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica) na UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

RESUMO

NASCIMENTO, Felício Silveira. **Da Transição Agroecológica à Conversão para a Agricultura Orgânica Através de Tecnologias Sociais no Estado do Rio de Janeiro.** 2017. 115p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

O presente estudo de seis grupos de SPG (Sistema Participativo de Garantia) da ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) nas regiões Centro-Sul Fluminense, Metropolitana, Médio Paraíba e Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, a maioria beneficiada pelo projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) do SEBRAE-RJ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro), o autor atuou diretamente em todo o processo de transição agroecológica e conversão para a agricultura orgânica, desde a escolha dos produtores a serem contemplados com o recebimento do kit, passando pela implantação desses kits nas propriedades, no apoio à formação agroecológica de produtores e técnicos, na organização dos produtores em grupos de SPG ABIO e posteriormente a certificação orgânica. Teve como objetivo analisar a evolução da produção orgânica nas regiões referentes aos grupos SPG ABIO em estudo, a partir das dinâmicas de funcionamento do SPG ABIO, da produção e da comercialização desses produtos orgânicos, além de levantar a história dos grupos, as principais não conformidades, os gargalos, as demandas por tecnologias e as ações de formação em agroecologia e produção orgânica, e, assim, estabelecer propostas em busca de melhores condições produtivas e de vida para os produtores e também de oferta diversificada e contínua de produtos orgânicos aos diferentes canais de comercialização. Usou-se a metodologia de estudo de caso. Fez-se a pesquisa documental em arquivos pessoais, relatórios e artigos científicos. Coletou-se, tabulou-se e analisou-se os dados de grupos SPG ABIO, estabelecendo o perfil dos produtores orgânicos e em conversão (origem urbana / rural, gênero, renda agrícola e não agrícola, características da produção orgânica, escopo e área), as estratégias de comercialização de produtos orgânicos (feiras, cestas em domicílio, grupos de compras coletivas e mercados institucionais) e das relações sociais estabelecidas com as diversas governanças locais. O SPG é um mecanismo de garantia que permite a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) coletiva durante o processo de verificação da conformidade orgânica, contribuindo para a garantia da qualidade orgânica e para a organização dos produtores na participação das feiras locais e na venda dos alimentos para as compras governamentais e outros circuitos curtos, mas também na participação em espaços políticos de decisões. Os resultados encontrados mostram que após cinco anos da implantação dos primeiros projetos nas citadas regiões em agosto de 2017, haviam 77 produtores registrados no CNPO do MAPA e 32 em processo de conversão orgânica, o que demonstra parte dos benefícios gerados por essas 2 tecnologias sociais, o projeto PAIS e o SPG-ABIO. Diante dos resultados encontrados pode-se concluir que o período de 30 meses para implantar o projeto não foi suficiente para construir todo o processo de transformação social que vislumbrou-se, porém foi capaz de mostrar que recursos públicos bem aplicados são capazes de promover a inclusão de pessoas e, que uma vez incluídas, essas pessoas podem contribuir para uma sociedade melhor, sem esquecer que tecnologias sociais precisam de políticas sociais.

Palavras-chaves: Produção Orgânica, Não Conformidade Orgânica e Sistema Participativo de Garantia.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Felício Silveira. **From the Agroecological Transition to the Conversion to Organic Agriculture through Social Technologies in the State of Rio de Janeiro.**

2017. 115p. Dissertation (Professional Master's Degree in Organic Agriculture). Institute of Agronomy. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

The present study of six groups of SPG (Participative Guaranty System) of ABIO (Rio de Janeiro State Biological Farmers' Association) in the Fluminense, Metropolitan, Mid-Paraíba and Green Coast regions of the State of Rio de Janeiro, most benefited by the SEBRAE-RJ (Brazilian Service of Support to Micro and Small Companies of Rio de Janeiro) PAIS (Integrated and Sustainable Agroecological Production) project, the author worked directly in the entire process of agroecological transition and conversion to organic agriculture, from the choice of producers to be contemplated with the receipt of the kit, through the implementation of these kits in the properties, in support of the agroecological training of producers and technicians, in the organization of producers in groups of SPG ABIO and later organic certification. The objective of this study was to analyze the evolution of organic production in the SPG ABIO regions under study, based on the dynamics of the ABG SPG, in the production and marketing of these organic products, as well as to present the history of the groups, the main nonconformities, bottlenecks, demands for technologies and training actions in agroecology and organic production, and thus establish proposals in search of better productive and living conditions for producers and also of diversified and continuous supply of organic products to different channels of marketing. The case study methodology was used. Documentary research was done on personal archives, reports and scientific articles. SPG ABIO group data were collected, tabulated and analyzed, establishing the profile of organic and conversion producers (urban / rural origin, gender, agricultural and non-agricultural income, characteristics of organic production, scope and area), the marketing strategies of organic products (fairs, baskets at home, collective purchasing groups and institutional markets) and the social relations established with the various local governments. The GSP is a guarantee mechanism which allows collective ATER (Technical Assistance and Rural Extension) during the organic compliance process, contributing to organic quality assurance and to the organization of producers in the participation of local fairs and in the sale of food for government purchases and other short circuits, but also participation in political decision-making spaces. The results show that after five years of implementation of the first projects in the mentioned regions in August 2017, there were 77 producers registered in the CNPO of the MAPA and 32 in the process of organic conversion, which demonstrates part of the benefits generated by these 2 social technologies, the PAIS project and the SPG-ABIO. In view of the results found, it can be concluded that the 30-month period to implement the project was not enough to build the whole process of social transformation that was glimpsed, but was able to show that well-applied public resources are capable of promoting inclusion of people and, once included, these people can contribute to a better society, not forgetting that social technologies need social policies.

Keywords: Organic Production, Organic Non-Conformity and Participative System of Guarantee.

LISTA DE FIGURAS

Figura n.01: Evolução dos Membros da ABIO.	6
Figura n.02: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO em 2017.	37
Figura n.03: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO.	38
Figura n.04: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO.	40
Figura n.05: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO.	41
Figura n.06: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO.	43
Figura n.07: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO.	44

LISTA DE QUADROS

Quadro n.01: Relatório da Coordenação ABIO (novembro de 2016).	6
Quadro n.02: Mecanismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados e produtores orgânicos registrados no MAPA (dezembro 2012 e janeiro 2014).	7
Quadro n.03: Mecanismos de Avaliação da Conformidade credenciados e produtores orgânicos registrados no MAPA (janeiro 2014 e janeiro de 2017).	8
Quadro n.04: Comparação entre os mecanismos de controle da garantia da qualidade orgânica no Brasil.	11
Quadro n.05: Unidades de produção orgânica.	12
Quadro n.06: Evolução da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro (dez. 2012 – set. 2015).	12
Quadro n.07: Evolução da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro (jan. 2014 – jan. 2017).	14
Quadro n.08: SPG ABIO em números em maio 2016.	21
Quadro n.9 – Distribuição das unidades PAIS nas regiões de governo e nos municípios do estado do Rio de Janeiro.	25
Quadro n.10: Projeto PAIS nas regiões Centro-Sul e Médio Paraíba do Estado do Rio Janeiro e a qualidade orgânica em 2015.	27
Quadro n.11: Estratégias para levantamento, sistematização e análise dos dados e informações.	31
Quadro n.12: Número de produtores orgânicos certificados e em processo de certificação nos grupos SPG ABIO em estudo.	31
Quadro n.13: A evolução dos grupos PAIS (SEBRAE) e a criação dos grupos SPG ABIO nas regiões Centro-Sul, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro.	35
Quadro n.14: Caracterização socioeconômica dos grupos SPG ABIO nas regiões Centro-Sul, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde do estado do Rio de Janeiro.	45
Quadro n.15: Ocorrência das principais não conformidades observadas nos grupos SPG-ABIO.	46

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
APP - Área de Preservação Permanente
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CEASA - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CPORG – Comissão da Produção Orgânica
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DUAC - Documento Único de Avaliação da Conformidade
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERJ – Estado do Rio de Janeiro
ESLOC – Escritório Local da Emater
FAFIPA - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí
FFB – Fundação Banco do Brasil
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM - Sigla em inglês para Federação dos Movimentos da Agricultura Orgânica
IN - Instrução Normativa
INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MIP - Manejo Integrado de Pragas
OAC - Organismo de Avaliação da Conformidade
OC - Organismo de Certificação
OCS - Organização de Controle Social
ONG - Organização Não Governamental
OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável
PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica
PMO - Plano de Manejo Orgânico
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPGAO - Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica
PRAD - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF – Sistemas Agroflorestais
SEBRAE – RJ – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro
SEDES - Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
SETI - Tecnologia e Ensino Superior do Paraná

SIPA - Sistema Integrado de Produção Agroecológica
SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG - Sistema Participativo da Garantia
TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná
TS – Tecnologia Social
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFRuralRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNACOOP - União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 na CEASA,
Irajá - Rio de Janeiro
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USS – Universidade Severino Sombra
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objetivos	2
1.1.1	Objetivos Gerais	2
1.1.2	Objetivos Específicos	2
1.2	Justificativa	3
2	REVISÃO DE LITERATURA	3
2.1	Regulamentação, qualidade orgânica e crescimento na agricultura orgânica	5
2.2	Comercialização de produtos orgânicos e os circuitos curtos de comercialização	14
2.3	Políticas Públicas de Agroecologia e Produção Orgânica	16
2.3.1	Federais	16
2.3.2	Políticas Públicas Estaduais e Municipais	19
2.3.3	Projeto PAIS-SEBRAE	21
2.4	A agricultura orgânica nas regiões Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro	23
3	METODOLOGIA	28
3.1	Características das Áreas em Estudo	29
3.2	Metodologia	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1	História de Criação de Grupos SPG ABIO nas regiões Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde	32
4.1.1	Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO	32
4.1.2	Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO	32
4.1.3	Grupo Orgânicos Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO	33
4.1.4	Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO	33
4.1.5	Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO	33
4.1.6	Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO	34
4.2	Perfil dos Membros dos Grupos SPG-ABIO	36
4.2.1	Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO	36

4.2.2	Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO	38
4.2.3	Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO	39
4.2.4	Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO	40
4.2.5	Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO	42
4.2.6	Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO	43
4.3	Principais Não Conformidades Orgânicas	46
4.4	Oportunidades de Melhoria	49
5	CONCLUSÃO	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
	ANEXOS	70
	A: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO	70
	B: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO	75
	C: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO	77
	D: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO	82
	E: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO	85
	F: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO	89
	G: Comparação Entre os Mecanismos de Controle da Garantia da Qualidade Orgânica no Brasil	93
	H: Fotos	95

1 INTRODUÇÃO

A prática da agricultura orgânica no Brasil foi estimulada nos anos 80, por iniciativa de técnicos e produtores preocupados com as intoxicações dos seres humanos pelo uso de agrotóxicos no manejo das culturas, mas também pelas questões ambientais decorrentes das práticas da agricultura convencional como o uso intensivo do solo provocando erosões.

No estado do Rio de Janeiro (ERJ), na área rural, foram as iniciativas irradiadas a partir das experiências na região serrana por técnicos e produtores, com a criação da Feirinha da Saúde em 1984 em Nova Friburgo/RJ e da ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) em 1985, sendo uma das primeiras elaboradoras de normas da agricultura orgânica e certificadora no Estado e no país e, após regulamentação da agricultura orgânica, a única OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica) credenciada no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) atuando no ERJ. Teve parceria com as organizações de pesquisa e ensino, localizadas no Km 47 da antiga estrada Rio São Paulo, em torno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da PESAGRO-Rio (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro) e da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Agrobiologia, lideradas pelo pesquisador Dejair Lopes de Almeida, que aprovava projeto em 1992 do SIPA (Sistema Integrado de Produção Agroecológica ou Fazendinha Agroecológica do Km 47), inaugurada em julho de 1993. Técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) também contribuíram para o desenvolvimento da agricultura orgânica nos seus primórdios, por meio do incentivo à produção e ao uso de insumos alternativos (caldas, biofertilizantes e compostagem).

No final da década de 80 e início da década de 90 do século XX, o SEBRAE-RJ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro) passa a fomentar a agricultura familiar através de diversos projetos como: a caprinocultura, produção de *escargot* e cogumelos tipo champignon na região serrana. A partir do século XXI, volta seu foco para a agricultura orgânica e para a produção de alimentos saudáveis. Em 2009, inicia o apoio a implantação do projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável) no ERJ. Embora o SEBRAE esteja voltado para agricultura orgânica, o PAIS segue princípios da agroecologia, porém não é necessariamente um processo para certificação, mas surgiu a partir da percepção de que há um mercado e que precisa de garantia. O projeto teve o apoio da Fundação Banco do Brasil que era quem pagava os kits, cabendo ao SEBRAE o apoio técnico na montagem dos kits e nas orientações técnicas voltadas para a transição agroecológica, ou seja, o reaproveitamento dos resíduos gerados na propriedade, a reciclagem e todas as técnicas voltadas para um sistema de produção de base ecológica diverso. O projeto foi criado com foco no atendimento as famílias dos produtores que se encontravam em condições de vulnerabilidade alimentar e nutricional, e, que através da produção de alimentos saudáveis superariam essa situação e ainda gerariam excedentes de alimentos saudáveis que poderiam ser absorvidos pelas demais famílias do entorno. Após 2 anos trabalhando como consultor do SEBRAE nesse projeto e observando a necessidade de escoar a produção gerada para aumentar a renda familiar, o autor propôs no COMDRUS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) de Paty do Alferes, a criação de uma feira municipal no centro da cidade, a qual foi criada pelo decreto municipal nº 4006 de 18 de março de 2014 (Paty do Alferes, 2014) e inaugurada no dia 26 de julho de 2014. Porém os produtores estavam produzindo alimentos (orgânicos) e vendendo com o preço dos convencionais, sendo um dos motivos por não estarem certificados e tendo as qualidades orgânicas reconhecidas pelos consumidores. Diante dos fatos, o autor propôs ao SEBRAE-RJ fazer um trabalho intensivo de orientação e correção de possíveis não conformidades orgânicas para buscarem a certificação orgânica; para isso, fez a capacitação

para ser facilitador de grupos do SPG ABIO e começou a reunir os agricultores da Região Centro-Sul Fluminense que já participavam do projeto PAIS. A opção pela “certificação participativa” surgiu como uma oportunidade tanto para manter os agricultores orgânicos em um grupo, como também pela troca de experiências entre eles e a possibilidade de escoarem os seus produtos para fora do município, onde a possibilidade de agregação de valor é maior. Após diversas reuniões, no dia 18 de setembro de 2014, criou-se oficialmente o Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO. Em 30 de abril de 2015, houve a entrega de 23 certificados de produtores orgânicos aos agricultores oriundos do projeto PAIS e agora membros do SPG (Sistema Participativo de Garantia) da ABIO. No ERJ até 2015, haviam sido implantados 540 unidades do PAIS em 26 Municípios, desse total de agricultores contemplados com os kits do projeto, 40 % chegaram a conversão para agricultura orgânica usando como mecanismo de avaliação da conformidade orgânica o SPG ou a OCS (Organismo de Controle Social). As OCS só podem realizar vendas como orgânicos se for uma venda direta, sem intermediários.

A demanda por produtos orgânicos nos canais tradicionais de comercialização (supermercados, feiras livres – específicas ou não de produtos orgânicos, compras governamentais) é crescente, entretanto, as informações sobre a agricultura orgânica no que diz respeito a produção e a comercialização dos produtos ainda são escassas. A hipótese levantada no presente trabalho é que a transição agroecológica estimulada no programa PAIS do SEBRAE favorece a conversão para a agricultura orgânica quando os produtores e suas famílias constituem/participam de grupos SPG ABIO, de grupos de comercialização da ABIO (Circuito Carioca de Feiras Orgânicas) e de redes sócio-técnicas-políticas de construção do conhecimento agroecológico e da construção de políticas públicas de agroecologia e produção orgânica nas regiões Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde do ERJ.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos Gerais

O presente estudo analisa a evolução da agricultura orgânica na região Sul do ERJ, a partir do uso de duas tecnologias sociais e das dinâmicas de produção e a comercialização de produtos orgânicos, com foco em 6 grupos SPG da ABIO, nas regiões Centro-Sul, Metropolitana, Costa Verde e Médio Paraíba.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Levantar o perfil dos produtores orgânicos com relação a moradia (rural /urbana), titularidade da propriedade (proprietário/ meeiro/ parceiro), renda (agrícola /não agrícola), gênero (homens/ mulheres)
- Levantar as principais não conformidades orgânicas: Registros (atividades desenvolvidas na propriedade, aquisição de insumos, venda dos produtos), insumos próprios (compostagem, biofertilizantes), plantação de cercas vivas (evitar contaminação por atividades próximas, evitar a circulação de pragas e doenças, quebrar o vento), destinação dos resíduos sólidos (orgânicos para compostagem, recicláveis para reciclagem e não recicláveis para coleta municipal), destinação do esgoto doméstico (fossas sépticas).
- Levantar os principais canais de comercialização e os principais gargalos enfrentados pelos produtores certificados.

- Identificar oportunidades e propor ações que possam motivar os produtores a avançarem (ampliarem suas áreas de produção e melhorar a comercialização), gerando renda e ofertando alimentos saudáveis.
- Identificar políticas que possam beneficiar o setor e incentivar a participação dos produtores nos fóruns de discussão da agroecologia e da produção orgânica nos territórios.

1.2 Justificativa

A partir das informações coletadas e analisadas sobre a rede de produção e comercialização de produtos orgânicos, tem-se dados importantes que podem contribuir com os produtores, técnicos e gestores na tomada de decisões, assim como a proposição de políticas públicas voltadas para o setor, como as ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e investimentos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com a IFOAM (sigla em inglês para Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica), organização criada em 1972, referência internacional em normatização da agricultura orgânica, são 04 os princípios da agricultura orgânica: saúde, ecologia, justiça social e recursos genéticos. A França foi o primeiro país a editar regulamentações técnicas em 1981. Tanto as normas privadas quanto públicas reconheceram a certificação como único mecanismo reconhecido para dar garantia da qualidade orgânica (FONSECA, 2009). Na América Latina e no Brasil, principalmente, havia entendimento da existência de diferentes formas de certificação, isto é, de se dar garantia de que produtos orgânicos seguissem as normas técnicas da agricultura orgânica. (BRASIL, 1999; BRASIL, 2003).

A respeito da prática agroecológica, Longhi (2008) afirma que essa prática aproxima os distintos atores sociais do local onde se produzem os alimentos. Ademais, as práticas sociais e comunitárias de estilos de agriculturas de base ecológica promovem o abastecimento imediato das famílias agricultoras e, em extensão, das comunidades e cidades próximas com produtos alimentares igualmente produzidos sem aditivos químicos, resultantes da interação homem/natureza. Para Schultz (2007), estilos de agricultura de base ecológica não se limitam apenas aos aspectos técnicos e econômicos dos espaços rurais, mas também incorporam em suas discussões e práticas as dimensões ambientais, sociais, culturais, políticas e éticas. Ainda que a Agroecologia proporcione as bases para os processos de transição entre estilos de agricultura convencional para outros sustentáveis, é importante ressaltar que outras dinâmicas devem ser estabelecidas para o enfrentamento dos desafios impostos ao segmento da agricultura familiar de base ecológica como, por exemplo, o trabalho cooperativo (BECKER et al., 2007). Visto que a produção de base ecológica necessita de pequenas áreas para o cultivo e maximiza o uso de insumos existentes na própria localidade, ela contribui não só para a segurança alimentar e nutricional, mas também para o fortalecimento da renda familiar como também viabiliza a permanência de capital humano no campo, aproximando-o dos mercados consumidores locais (MALUF, 2006).

As tecnologias sociais (TS) elevam o potencial de aprimoramento no contexto rural, pois além de possibilitar a implementação de técnicas testadas e validadas com um baixo potencial de risco agregado à atividade produtiva e agregado a um conjunto metodológico de soluções, existem hoje no Brasil, algumas TS fomentadas por diversas organizações. A Fundação Banco do Brasil (FBB) tem ganhado um destaque nesse tema, com o fomento e articulação institucional com parceiros para, além de elaborar e estimular a divulgação dessas TS, premir as iniciativas que produzem resultados sustentáveis. A conceituação de TS, segundo a FBB, compreende-se por “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. Complementa: “É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. A valorização do saber popular com o conhecimento técnico-científico se aliam à TS, que se aplicáveis, produzem um efeito social em escala” (FBB, 2014). Complementando a definição do termo Tecnologia Social, Bava (2004, p. 116) oferece uma visão geral do conceito: Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientam pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda. Essa definição articula suposições entre os arranjos sociais e a tecnologia, de forma inclusiva na promoção da participação dos seus usuários. Para buscar a resolução das desigualdades em países periféricos é necessário a adequação ao desenvolvimento de tecnologias aderentes às realidades locais (citado por HERRERA, 1970, p.36; JESUS, COSTA, 2013, p.19).

Os sistemas participativos de garantia (SPG) evoluíram como os sistemas de certificação por terceira parte. “E os conceitos e critérios vêm sendo sistematizados e qualificados para que serem multiplicados como mais um mecanismo de avaliação da conformidade das qualidades orgânicas” (LERNOUD; FONSECA, 2004 apud FONSECA, et. al., 2009). O termo “certificação participativa” estava relacionado em todo o mundo como uma forma alternativa de certificação. Buscou-se evitar esta denominação para mostrar diferença, e, posteriormente no Brasil, o termo “Sistema de Garantia” substituiu o termo anteriormente usado, com o reconhecimento legal do SPG no país. Denomina-se SPG o “processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os seguimentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção” (PENTEADO, 2008). “Não se deve confundir certificação em grupo com SPG” (FONSECA, 2009). A mesma autora Fonseca (2009) define que a principal diferença reside na possibilidade de o SPG, durante o processo de verificação da conformidade orgânica, possibilitar a assistência técnica e a troca de saberes que contribuem para a construção do conhecimento agroecológico e para correção das não conformidades orgânicas.

Segundo a publicação da IFOAM (2009), The Global PGS Newsletter, a FAO reconhece que os SPGs são uma forma viável de avaliação da conformidade da garantia e com o apoio da IFOAM difundem SPG a nível mundial. O primeiro país a regulamentar os SPG foi o Brasil (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009 apud FONSECA, et. al., 2009). O SPG ABIO é reconhecido como tecnologia social (ABIO, 2016).

2.1 Regulamentação, qualidade orgânica e crescimento na agricultura orgânica

A produção e a comercialização dos produtos orgânicos no Brasil foram institucionalizadas pela Lei n. 10.831, 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), e sua regulamentação ocorreu em 27 de dezembro de 2007 com a publicação do Decreto n. 6.323 (BRASIL, 2007) finalizando com as Instruções Normativas até 2009, entrando em vigor em 2011. Mais recentemente, o marco legal foi complementado com a elaboração da PNAPO (Política Nacional da Agroecologia e da Produção Orgânica) por meio do decreto n. 7.794 (BRASIL, 2012) e do PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica) um ano depois (BRASIL, 2013). Além das revisões periódicas (a cada 04 anos) nas instruções normativas da produção orgânica e do extrativismo sustentável orgânico, a partir de 2013 e/ou quando necessário (novos escopos, por exemplo). Em 2016 construiu-se o segundo PLANAPO (Brasil, 2016).

Segundo Scofano (2014), dados do IBGE em 2006 apresentavam um universo potencial de 90 mil produtores orgânicos (certificados ou não) e/ou em transição agroecológica (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009). Durante a Rio + 20, um ano após a implantação da regulamentação, o MAPA, divulgou folder (MAPA, 2012) em que trazia um número total de 11.904 produtores orgânicos, distribuídos em uma área de 1.722.807,80 hectares, produtos in natura e processados, cultivados e do extrativismo sustentável: açáí, açúcar, algodão, aves e ovos, babaçu, cacau, cachaça, café, caju e castanha de caju, carne bovina, castanha do Brasil, coco, cupuaçu, dendê, erva-mate, flor, frutas, grãos, guaraná, hortaliças, laticínios, mel, palmito e uva. O Rio de Janeiro tinha 120 produtores e área de 2.037,61 de hectares onde eram produzidas hortaliças, frutas, laticínios e palmito.

Para ver-se a evolução da agricultura orgânica no ERJ desde a década de 90 até antes da regulamentação, quando estaria institucionalizada completamente (2009-2011), apresenta-se os dados da figura n.01 (MATTOS, 2010), onde o autor trabalhou os dados da ABIO fundada em 1985, e que desde então trabalha com normas e garantia das qualidades orgânicas, mas também no fomento a comercialização de produtos orgânicos. As discussões da regulamentação se iniciaram em 1994, tiveram uma primeira instrução normativa do MAPA em 1999 (BRASIL, 1999), a Lei em 2003 (BRASIL, 2003), o Decreto em 2007 (BRASIL, 2007) e o restante das normativas se completaram em 2009, com a implantação a partir de 2011 (FONSECA, 2009). Antes da regulamentação, formalmente, a ABIO que criou suas normas na segunda metade da década de 80 do século passado, praticava a certificação por auditoria que era a reconhecida internacionalmente, embora advogasse pela “certificação participativa” desde os anos 90 juntamente com organizações do Sul do país (FONSECA E COLABORADORES, 2015).

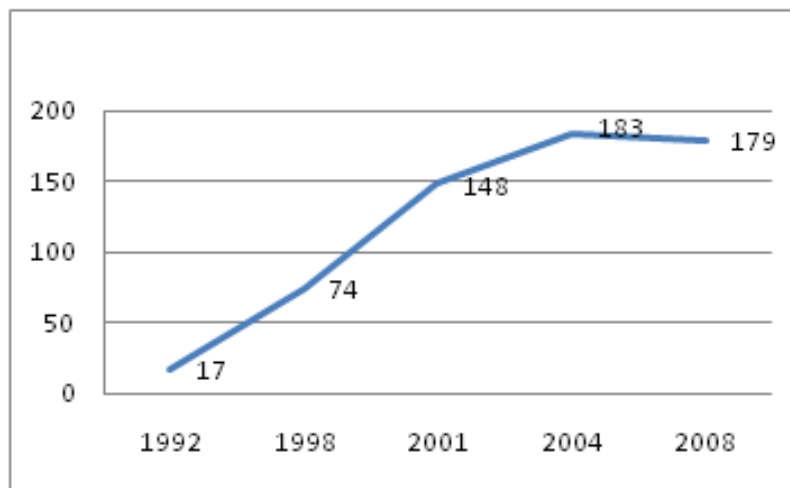


Figura n.01: Evolução dos Membros da ABIO.
Fonte: Mattos (2010).

No quadro n.01, apresenta-se os dados da ABIO após a regulamentação da agricultura orgânica. Dados atuais da ABIO (novembro, 2016) divulgados em reunião no município de Seropédica/RJ com a coordenação do SPG ABIO estão sintetizados no quadro n. 01.

Quadro n.01: Relatório da Coordenação ABIO (novembro de 2016).

Total de certificados por escopo	555	100%
Produção Primária Vegetal	452	81%
Produção Primária Animal	44	8%
Processamento de Origem Vegetal	39	7%
Produção de Cogumelos Comestíveis	9	2%
Processamento de Origem Animal	8	1%
Produção de Sementes e Mudanças	3	<1%

Fonte: Apresentação ABIO (novembro, 2016).

Observa-se no quadro n.01, que quase 90% dos certificados são de produção primária, sendo a vegetal igual a 81%. O processamento corresponde a 8% sendo 1% de origem animal e produção de cogumelos comestíveis igual a 2%.

O controle da qualidade orgânica visa dar aos consumidores, aos próprios produtores e comerciantes, e à sociedade em geral, a garantia de que os produtos, bem como os processos e serviços de comercialização, cumprem os regulamentos da produção orgânica definidos na

legislação brasileira para os sistemas orgânicos de produção. A legislação brasileira prevê três diferentes mecanismos de controle da qualidade orgânica: Certificação por auditoria; Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e Organização de Controle Social (OCS) para a venda direta por agricultores familiares (FONSECA, 2009). Para serem comercializados como orgânicos, os produtos devem obrigatoriamente ser controlados por um desses três mecanismos.

O Controle Social para a venda direta se aplica exclusivamente a venda feita por agricultores familiares diretamente aos consumidores. Neste caso, os agricultores familiares devem fazer parte de uma organização (associação, cooperativa ou outra pessoa jurídica) ou de um grupo informal, que define como será feito o controle. Essas organizações e esses grupos são denominados OCS. As OCSs precisam se cadastrar no MAPA, e cada agricultor familiar recebe uma declaração para mostrar a clientes e consumidores de que segue as normas da produção orgânica e que seu estabelecimento está aberto à visitação.

Com relação ao crescimento do número de produtores orgânicos no Brasil, em dissertação do PPGAO (Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica da UFRRJ), Juliana Scofano (2014) observou que houve crescimento de 31% no total de produtores registrados no CNPO (Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos) assim como no crescimento do número de organizações credenciadas no MAPA que operam mecanismos de controle social (OPAC e OCS) e informação das qualidades orgânicas que permitem ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)

Quadro n.02: Mecanismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados e produtores orgânicos registrados no MAPA (dezembro 2012 e janeiro 2014).

Mecanismos de Avaliação da Conformidade	Número organizações credenciadas no MAPA (*)		Crescimento	Número produtores orgânicos cadastrados MAPA		Crescimento
	2012	2014		2012	2014	
	OCS	103		143	38,83%	
OPAC (SPG)	04	05	25%	1.241	1.477	19,02%
OAC (certificadoras)	-	08		2.942	3.926	33,45%
TOTAL				5.934	7.794	31,35%

OBS (*) no documento do PLANAPO não consta o número de certificadoras credenciadas.

Fonte: SCOFANO (2014) baseado em BRASIL (2013); BRASIL. MAPA (2014).

Na atualização destes dados da produção orgânica, apresenta-se o quadro n.03 a seguir.

Quadro n.03: Mecanismos de Avaliação da Conformidade credenciados e produtores orgânicos registrados no MAPA (janeiro 2014 e janeiro de 2017).

Mecanismos de Avaliação da Conformidade	Número organizações credenciadas no MAPA (*)		Crescimento	Número produtores orgânicos cadastrados MAPA		Crescimento
	2014	2017		2014	2017	
	OCS	143		316	120,98%	
OPAC (SPG)	05	18	260%	1.4773613	144,62%	
OAC (certificadoras)	08	08	0%	3.9266524	66,17%	
TOTAL				7.794	14331	81,87%

Fonte: O Autor, baseado em SCOFANO (2014); BRASIL (2013); BRASIL. MAPA (2014); BRASIL. MAPA (2017).

Os dados expostos nos quadros n.2 e n.3 do CNPO do MAPA de 2012 a 2017, mostram que houve um crescimento no número de organizações e produtores orgânicos registrados no MAPA. De 2012 a 2014 (18 meses), houve crescimento de 31,35% no número de produtores orgânicos cadastrados, enquanto que de 2014 a 2017, esse crescimento foi maior, alcançando 81,87%. Assim, observa-se que há campo de trabalho e oportunidade de negócios para gestores, técnicos, produtores e consumidores brasileiros de produtos orgânicos.

Quando a comercialização for feita de forma indireta, ou seja, quando existem intermediários entre produtores e consumidores, os produtos precisam ser avaliados por um dos dois tipos de avaliação da conformidade como prevê a legislação, ou seja, certificação por auditoria ou pelo SPG, ambos pertencentes ao SISORG (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica) e que podem usar o selo do sistema (importante para venda indireta, por exemplo nos supermercados), diferentemente das OCS que não podem usá-lo.

A principal característica da certificação (individual ou em grupo de pequenos produtores) é que ela é feita por uma entidade, a certificadora, independente dos produtores e dos comerciantes de produtos orgânicos. Por isso, se diz que a certificação é feita por uma terceira parte, independente, que não possui interesse envolvido na produção ou na comercialização. Na certificação, o poder de decisão sobre a conformidade está concentrado no auditor líder, contratado por essa entidade. A certificadora não pode prestar assistência técnica aos produtores e comerciantes. Ela aponta o que não está conforme com o regulamento técnico da produção orgânica (as não conformidades), mas não pode orientar produtores ou comerciantes sobre como corrigi-las (FONSECA, 2009).

Diferentemente, o SISORG permite o SPG, uma tecnologia social, onde o controle participativo é feito por uma organização – o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) - à qual estão vinculados tanto produtores e comerciantes de produtos orgânicos, técnicos e, sempre que possível, é desejável a participação de consumidores de produtos orgânicos. Quer dizer, todas as partes interessadas compartilham o poder de decisão sobre a conformidade orgânica e garantia das qualidades orgânicas (responsabilidade solidária).

O SPG é uma tecnologia social porque é uma técnica replicável desenvolvida na interação com a comunidade e que representa efetiva transformação social.

Além disso, o OPAC pode prestar assistência técnica coletiva (visitas de pares, visitas de avaliação da conformidade, entre outras) pelas dinâmicas dos grupos de SPG, orientando produtores e comerciantes sobre como corrigir as não conformidades e sobre como aperfeiçoar os sistemas de produção e de comercialização. O envolvimento das partes interessadas significa que, no SPG, produtores, comerciantes, consumidores e técnicos assumem a responsabilidade pelo controle e pela credibilidade dos produtos. Na certificação, essa responsabilidade é delegada a uma organização independente dos interesses dos produtores e dos comerciantes, a certificadora, apesar dos produtores continuarem a ser responsáveis pelas informações prestadas e pelo pagamento dos serviços.

As certificadoras, os SPG e as OCSs devem definir como será feita a rastreabilidade dos produtos e necessitam informar aos órgãos e as pessoas quando questionados nas auditorias ou pelos consumidores. Tanto as OCSs quanto SPGs usam o controle social como principal ferramenta para dar garantia da qualidade orgânica. Os SPG também fazem avaliação nos registros. Todos avaliam a conformidade dos sistemas de produção e de comercialização com base nos mesmos regulamentos técnicos, embora usem ferramentas diferenciadas para dar garantia da qualidade orgânica e estratégias de acesso aos diversos canais de comercialização (FONSECA, 2009). Ou seja: um produto garantido por controle social para a venda direta possui as mesmas qualidades orgânicas de um produto controlado por SPG e de um produto controlado por certificação por auditoria – um não é mais orgânico do que outro.

A garantia dada por um SPG é equivalente à garantia dada pela certificação por auditoria. Todos os dois mecanismos fazem parte do SISORG e podem usar o selo do sistema. A certificação só é obrigatória para a venda dos produtos nos mercados internacionais. Tanto os SPGs quanto as certificadoras por auditoria, são credenciadas e auditadas pelo MAPA. Os produtos garantidos por SPG e os produtos garantidos por certificação usam o mesmo selo do SISORG; e no selo, virá especificado se o mecanismo de garantia usado é o SPG ou a certificação por auditoria. As OCS fazem parte do SISORG, mas os produtos com Controle Social para a venda direta não poderão usar esse selo, mas podem identificar os seus produtos por meio de uma Declaração dizendo que as garantias são fruto de controle social para venda direta isento de certificação (BRASIL, 2007).

Os três mecanismos são baseados na confiança, uma vez que nenhum deles é capaz de manter um controle permanente sobre cada produtor e sobre cada comerciante. A diferença é que, nos SPG e nas OCS, a confiança é construída pelas relações sociais frequentes que se estabelecem, “olho no olho”, entre envolvidos (produtores, comerciantes, consumidores e técnicos). Além disso, seja qual for o mecanismo de controle, a responsabilidade final pela qualidade orgânica dos produtos é do produtor, mas não pode-se esquecer que todos os agentes que participam da rede de produção e comercialização têm responsabilidade sobre as qualidades orgânicas (FONSECA, 2009).

Finalmente, conforme observa Fonseca (2009), é importante discutir a questão dos custos de cada um dos mecanismos de controle. Tanto as certificadoras quanto os OPACs precisam ter uma estrutura para administrar a certificação e os SPG. Essa administração envolve basicamente: – o controle do cumprimento dos procedimentos previstos; – a organização e a guarda dos documentos; – o fornecimento de informações aos órgãos fiscalizadores e aos consumidores que solicitarem tais esclarecimentos a respeito desse mecanismo de controle. As OCSs não exigem todos os registros exigidos pelo SPG e certificação, mas o Plano de Manejo Orgânico é comum a todos.

Nos SPG, a tendência é que os trabalhos administrativos diminuam, à medida que os produtores e os grupos se capacitem e ganhem autonomia e que as ferramentas de tecnologia da informação sejam implantadas; mas esses trabalhos sempre existirão. Grande papel exerce o controle social estimulado pela participação ativa dos membros do SPG. Diferentemente, na certificação, o peso da administração é maior, porque nela a garantia está mais baseada em registros e documentos. Além disso, na certificação, o trabalho envolvido na avaliação e na decisão da conformidade é remunerado. Nos SPG, assim como no controle social para a venda direta, parte desse trabalho é participativo, voluntário, ou seja, dividido entre os membros dos grupos (produtores, técnicos e consumidores). Segundo Fonseca (2005), em grupos da Rede Ecovida no Sul do Brasil, alguns grupos de SPG remuneram seus membros produtores que realizam as visitas das comissões de verificação da conformidade orgânica. Uma alternativa para lidar com o funcionamento dos grupos SPG, principalmente com a burocracia exigida para credenciamento numa OPAC como a ABIO, é o pagamento do trabalho dos facilitadores dos grupos SPG ABIO pelo SEBRAE-RJ e por prefeituras, vinculadas normalmente as secretarias de agricultura. Essas ações além de poderem acomodar os produtores, são arriscadas quando do cessar do apoio técnico e em mudanças nas políticas a cada 04 anos. Poder-se-ia acrescentar a criação de dinâmicas diferentes face a verba disponível.

Para Fonseca (2009), os custos financeiros diretos da certificação são maiores do que os do SPG e os do controle social para venda direta. Mas os custos não financeiros do SPG e do controle social para a venda direta – a participação – são maiores do que os da certificação, além do que nem todo produtor ou organização tem perfil para compartilhar, participar.

O produtor precisa ter clareza, então, que escolher a certificação significa pagar por um serviço, enquanto escolher o SPG ou o controle social para a venda direta significa se dispor a dedicar parte do seu tempo a prestar um serviço a si mesmo e aos outros produtores. Mas, na certificação, o serviço prestado é apenas a avaliação da conformidade. No SPG e no controle social para a venda direta, o serviço inclui, além da avaliação da conformidade, a possibilidade do apoio do grupo e a troca de experiências para a correção das não conformidades, para o aperfeiçoamento dos sistemas de produção com possibilidades de planejar as quantidades e as diversidades de oferta. Na escolha, devem pesar os benefícios que cada um dos mecanismos pode trazer, em relação aos seus custos financeiros diretos e aos seus custos indiretos.

No quadro n.04, encontram-se os três mecanismos de controle e garantia da qualidade orgânica prevista na regulamentação brasileira da agricultura orgânica sistematizados no Manual Operacional de Procedimentos do SPG ABIO (ABIO, 2011). Este quadro permite melhor entendimento sobre as diferenças entre os três mecanismos de garantia e como escolher.

Quadro n.04: Comparação entre os mecanismos de controle da garantia da qualidade orgânica no Brasil.

TEMA	CERTIFICAÇÃO	SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA	CONTROLE SOCIAL PARA VENDA DIRETA
Base de garantia	Confiança	Confiança	Confiança
Entidade	Certificadora	OPAC	OCS
Avaliação da conformidade	Inspetor	Comissão de Avaliação	-Definida pela OCS -Direito de visitas dos consumidores Livre acesso dos órgãos fiscalizadores
Decisão da Conformidade	Certificação	Grupo	-Grupo -Consultas à CPOrg
Serviços	Avaliação da conformidade	-Avaliação da conformidade -Apoio para a correção das não conformidades -Assistência Técnica	-Controle social -Apoio para a correção das não conformidades -Assistência técnica
Aplicação	Produtos isolados	Grupos	Grupos
Mercados	-Venda direta -Nacional -Internacional	-Venda direta -Nacional	Venda direta
Uso do Selo SISORG	Sim	Sim	Não
Responsabilidade pelo controle	Individual	Coletiva	Coletiva
Responsabilidade final pela qualidade orgânica do produto	Produtor	Produtor	Produtor
Custos	Custos financeiros diretos maiores	Custos indiretos maiores (participação)	Apenas custos indiretos (participação)

Fonte: ABIO (2011).

Tem-se algumas formas de avaliar a evolução da produção orgânica no Brasil: dados do CNPO do MAPA, mas também dados próprios das OPACs que operam os SPG, OCS e OAC (Organismos de Avaliação da Conformidade) que são as certificadoras.

O mapa de distribuição das unidades de produção orgânica por microrregiões (CNPO do MAPA, março de 2016), sintetizado no quadro n.05 a seguir apresenta as unidades de produção separadas de acordo com o mecanismo de avaliação da conformidade orgânica acessado pelos produtores, isto é, aplicação dos mecanismos de controle para garantia da qualidade orgânica. Observa-se que das 14.449 unidades de produção orgânica registradas no CNPO do MAPA (março 2016), a maior parte usava a certificação por auditoria (62%). Os mecanismos que usavam o controle social (SPG e OCS) correspondiam a 38%.

Quadro n.05: Unidades de produção orgânica.

Mecanismos de Controle para Garantia da Qualidade Orgânica	Unidades
Unidades de Produção Orgânica sob Controle Oficial	14449
	100%
Certificação por auditoria - 8 credenciadas	8968
	62,07%
Sistemas Participativos de Garantia - SPG - 18 credenciados	2449
	16,95%
Organizações de Controle Social - OCS - 269 cadastradas	3032
	20,98%

Fonte: CNPO do MAPA (2016).

Para demonstrar a evolução do número de produtores orgânicos (familiares ou não) no ERJ, desde 2012 (01 ano após implementação da regulamentação da produção orgânica) até 2015 (FONSECA E COLABORADORES, 2016) apresenta-se o quadro n.06. Observa-se o crescimento no número de produtores orgânicos cadastrados, principalmente os envolvidos com o SPG ABIO e com as OCS no noroeste do estado.

Quadro n.06: Evolução da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro (dez. 2012 – set. 2015)

Mecanismo de avaliação conformidade	ORG. DEZ 2012	PROD. DEZ 2012	ORG. JAN 2014	PROD. JAN 2014	ORG. JUL 2014	PROD. JUL 2014	ORG SET 2015	PROD. SET 2015
OCS	-	-	01	07 (3%)	12	89	13	99 (19%)
OPAC	01	186	01	184 (85%)	01	247	01	379 (74%)
OAC (certificadoras)	03	31	04	26 (12%)	04	33	04	33 (7%)
Total		217		217 (100%)		369		511 (100%)

OBS: ORG = organizações; PROD = produtores

Fonte: FONSECA e colaboradores (2015), baseado em Scofano (2014) e MAPA (2015)

Alguns fatores influenciaram esta dinâmica apresentando de acordo com três dos quatro eixos da PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2012):

- Produção => opção em 2008/2009 pelos produtores membros da ABIO pelo SPG como ferramenta de garantia da qualidade orgânica abandonando a certificação por auditoria, pois favorece a organização e a troca de experiências entre os produtores;

- Comercialização => inauguração em maio de 2010 do circuito carioca de feiras orgânicas, por iniciativa ABIO em parceria com a SEDES (Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário), nas praças da cidade do Rio de Janeiro;

- Construção do conhecimento agroecológico => inauguração em 2011 do curso técnico em agroecologia no CETUR/UFRuralRJ e mestrado profissionalizante em agricultura orgânica em 2009 (UFRuralRJ/Embrapa Agrobiologia); fomento a partir de 2011 na região serrana e noroeste do estado (FONSECA E COLABORADORES, 2016) de formação em agroecologia e produção orgânica pelo Programa Rio Rural em parceria com novos atores (MAPA, SEBRAE-RJ). No ano de 2015, as atividades desenvolvidas com apoio do Programa Rio Rural, ligadas a formação em agroecologia e produção orgânica, atingiram cerca 1.100 pessoas (técnicos e agricultores).

Mesmo considerando que um estabelecimento registrado no CNPO pode acessar dois mecanismos de avaliação da conformidade (por exemplo, OCS e certificação), houve crescimento em 03 anos (2012 a 2015) de cerca de 135% no número de registros de unidades orgânicas no CNPO no ERJ (maior que a média nacional).

Com relação aos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, o aparecimento dos OCS na região noroeste deve-se a trabalho de parceria da rede de pesquisa, tecnologia, serviços e inovações fomentadas pelo Programa Rio Rural, contando com parceria entre PESAGRO, MAPA, SEBRAE-RJ, EMBRAPA no apoio aos agricultores familiares locais organizados (FONSECA E COLABORADORES, 2016).

No quadro n. 07 a seguir, tem-se dados mais recentes do CNPO do MAPA que permitem avaliar a evolução da agricultura orgânica no Rio de Janeiro entre os anos de 2014 e 2017, e vê-se que também neste período houve crescimento no Rio de Janeiro das unidades de produção registradas como orgânicas. Em um intervalo de 03 anos, houve crescimento de 200% no número de organizações envolvidas com a garantia da qualidade orgânica e 151% no número de produtores orgânicos cadastrados no CNPO.

Quadro n.07: Evolução da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro (jan. 2014 – jan. 2017).

Mecanismo de avaliação conformidade	ORG.	PROD.	ORG.	PROD.
	jan/14	JAN	jan/17	JAN
		2014		2017
OCS	1	7	14	100
				(18%)
OPAC	1	184	1	406
				(75%)
OAC (certificadoras)	4	26	3	39
				(7%)
Total	6	217	18	545
				(100%)

Fonte: O Autor baseado em FONSECA e colaboradores (2015), Scofano (2014), MAPA (2015) e MAPA (2017)

Para observar-se a dispersão das unidades de produção orgânica no Rio de Janeiro, a figura n. 04 a seguir, apresenta as unidades de produção orgânica no estado do Rio de Janeiro em março de 2016 de acordo com dados do CNPO apresentados na CPORG-RJ (MAPA, 2016). Observa-se que dos 14.449 registros de produtores orgânicos no CNPO de todo o Brasil, o Rio de Janeiro corresponde somente a 2,4% das unidades orgânicas em março de 2016. Ressalta-se que embora pequeno este número ainda é menor do que a realidade face aos problemas de cadastramento e exclusão de registros pelas organizações (principalmente os OPAC) no SIGORGWEB (sistema eletrônico de preenchimento *on line*, em que os OACs e OPACs deveriam atualizar mensalmente esses números). Os registros dos OCSs são feitos pelo MAPA após comunicação do técnico responsável pelo OCS, e deveria ser feito pelo menos 01 vez ao ano, desejável duas vezes, e que não está acontecendo com frequência. Entretanto, mesmo com problemas, a análise dos dados do CNPO nos mostra tendências.

Em março de 2016, de acordo com CNPO (MAPA, 2016), 76% das unidades de produção no Rio de Janeiro são avaliadas pelo SPG, no caso o da ABIO, que em 2017 era de 75%. Os OCS correspondiam a 15% das unidades de produção, principalmente no noroeste do Estado, após parceria MAPA, Programa Rio Rural e SEBRAE-RJ na região durante os anos de 2014 e 2015 (FONSECA E COLABORADORES, 2016).

2.2 Comercialização de produtos orgânicos e os circuitos curtos de comercialização

O mercado de produtos da agricultura sustentável e da agricultura orgânica vem crescendo no mundo e no Brasil. No mundo, os EUA apesar de ser o símbolo da produção agrícola em larga escala, especializada, intensiva e dominada pelo complexo agroindustrial e a grande distribuição, integrada ao sistema alimentar global, existem movimentos fragmentados, desiguais de espaço para espaço e que envolvem diferentes grupos étnicos e sociais, com

motivações diferenciadas, que visam aproximar produtores e consumidores (“*Buy fresh, buy local*”). Os movimentos de CSA (*Community Supported Agriculture*) nos EUA e TEIKEI no Japão surgiram a partir da segunda metade do século XX (FONSECA, 2005). Esses movimentos visam incentivar o consumo de produtos locais e apoio à reconstrução e sustentabilidade de sistemas alimentares locais, de proximidade (CRISTOVÃO, TIBÉRIO, 2009 citados em TIBÉRIO, BAPTISTA, CRISTOVÃO, 2012). Para estes autores, os movimentos se espalham no mundo, em particular no sul da Europa (França, Itália, Bélgica, Portugal, Espanha) e na América Latina (Brasil e Argentina), também existem esses movimentos, e os objetivos centrais desta nova abordagem são: i) a dinamização do consumo de alimentos produzidos localmente; ii) o estabelecimento de ligações diretas entre produtores e consumidores; iii) a revitalização de estruturas de produção, transformação e distribuição; iv) a construção de redes de relações entre produtores e governos locais, empresários e outros líderes; e v) a promoção da economia local e do desenvolvimento rural.

No Brasil, a maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização em circuitos curtos tem utilizado pelo menos dois canais de venda direta: feiras e programas de governo (DAROLT, 2012). Darolt (2013) caracteriza os circuitos curtos de comercialização de duas formas: venda direta e venda indireta, sendo importante a definição de “circuitos de proximidade” (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009 citados em DAROLT, 2013), circuitos locais (MARECHAL, 2008 citado por DAROLT, 2013) ou “circuitos alternativos” (DEVERRE; LAMINE, 2010 citados por DAROLT, 2013). Está presente a noção de proximidade geográfica e alusão ao aspecto social/relacional presente na ligação entre consumidores e produtores, nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação. Além disso, existe a proposta de novos princípios de troca e relações mais justas entre produtores e consumidores.

A venda direta é a relação direta entre produtores e consumidores, sendo os mercados institucionais públicos considerados venda direta pois não existe obtenção de renda pelas escolas, por exemplo, com a compra dos alimentos para alimentação escolar. E a venda indireta representada quando existe apenas um intermediário entre produtores e consumidores finais nos circuitos curtos de comercialização (FONSECA; CARRANO, 2008; MAPA, 2012).

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) em 2010, em sua página da internet: “Você consumiria mais produtos orgânicos se...”, as duas principais respostas para pergunta: “Se fosse mais barato” e “se houvessem mais feiras especializadas perto da minha casa”. Essas respostas foram orientadoras para o desenvolvimento do trabalho que mapeou as feiras orgânicas e agroecológicas em todo Brasil (IDEC, 2013) e apontou que os preços praticados nas feiras são mais baixos em comparação aos praticados no supermercado. Existe também desinformação dos consumidores com relação as localidades das mesmas. Esse levantamento identifica o Rio de Janeiro como o “campeão” em número de feiras no Brasil, com 25 entre orgânicas e agroecológicas.

O início da comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro começou com a COONATURA em 1979 (FONSECA, 1999), posteriormente com a Feira da Saúde em Nova Friburgo em meados dos anos 80 (1984), chegando ao final dos anos 80 a COBAL na cidade do Rio de Janeiro. Nos anos 90, foi aberta a feira da Glória (1994) e, em 1996, chegou aos supermercados da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Em diagnóstico da cadeia produtiva de frutas, legumes e verduras orgânicas, a melhora da comercialização era apontada como desafio (FONSECA, 2000).

Embora o número de produtores tenha crescido pouco na primeira década do século XXI (2000-2010), a oferta de orgânicos nos supermercados cresceu, com a chegada dos produtos orgânicos de outros estados como São Paulo e Paraná (MATTOS, 2010). Entretanto, a expansão dos pontos e canais de comercialização ganhou impulso no final da primeira década do século XXI, quando em 2010 foi inaugurado o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

(CCFO), uma parceria da ABIO e SEDES (Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário) da prefeitura do Rio de Janeiro (GUIMARÃES E COLABORADORES, 2013).

As feiras orgânicas no interior também surgiram, e podemos dar como exemplo na região Centro Sul da feira orgânica em Paraíba do Sul inaugurada em novembro de 2013, conforme estudo realizado (GARRIDO, 2014), que detectou que há carência da oferta de produtos apontada pelos consumidores, na sua maioria mulheres, que buscam melhor qualidade de vida e produtos saudáveis para sua família.

2. 3 Políticas públicas de agroecologia e produção orgânica

2.3.1 Federais

A política do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) instalada no final da década de 90 do século passado passa a adequar instrumentos públicos para um público anteriormente esquecido nas políticas desenvolvimentistas preconizadas para o campo brasileiro pela Revolução Verde a partir dos anos 60. Inicialmente, o programa era voltado para o fornecimento de crédito para a produção especificamente. Posteriormente, foram sendo construídas outras políticas específicas para os agricultores familiares e empreendimentos da economia solidária em outros ministérios, por vezes integrando ações para potencializar o atendimento aos pobres do campo e integrando a população urbana.

A possibilidade de acesso pelos agricultores familiares aos mercados institucionais a partir de 2003 com a criação do PAA (Programa Aquisição de Alimentos da agricultura familiar) institucionalizado em 2006 e depois do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) em 2009, melhora a vida no campo pela possibilidade de venda direta local a preços justos e a vida na cidade pela oferta de alimentação saudável.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi instituído pelo artigo 19 da lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), no âmbito do programa Fome Zero (BRASIL, 2006), e que foi alterado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011), mediante uma proposta do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). O programa possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação às entidades de insegurança alimentar e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance dessas finalidades, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação pública e os destinam as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O PAA tem como objetivo, contribuir para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais; fortalece circuitos locais, regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo. É executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nos estados e municípios. O programa prevê o pagamento de um valor adicional de 30% para alimentos orgânicos. O programa possui diversas linhas, sendo a linha mais acessada a de 'Doação Simultânea', ou seja, os grupos de agricultores fazem as entregas diretamente às entidades beneficiárias.

É mais um programa voltado para os agricultores familiares e também é fruto do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – que a partir da sua criação pela lei n° 11.326 (BRASIL, 2006), criou a definição de agricultor familiar e empreendedor familiar rural: aquele que pratica atividade no meio rural e possui área de até 4 módulos fiscais utiliza mão de obra da própria família , ou no máximo a contratação de 2 colaboradores, renda familiar vinculada ao estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento pela própria família , com limite de renda anual de até R\$ 360.000,00. A partir daí, começou a direcionar políticas públicas para o setor, como, por exemplo, o seguro da agricultura familiar, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2003), e, o próprio PAA em 2003. Sua operacionalização se dá através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS atualmente MDSA (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário) e os governos estaduais e municipais através de convênios estabelecidos pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Com a crise financeira a partir de 2014 no Brasil, os recursos do PAA vêm diminuindo.

Segundo Müller e colaboradores (2007) e Botelho e colaboradores (2007) citados em Scofano (2014), quanto maior for o envolvimento de associações, cooperativas e organizações não-governamentais entre os atores sociais mais elevado será o grau de consolidação dessas instituições, mais efetivos serão os resultados do PAA. Isso reforça a necessidade dos grupos de SPG da ABIO se consolidarem em organizações formais para melhor aproveitamento dessa política pública.

Através da Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), foram criadas novas diretrizes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, onde em seu artigo 14 fica estabelecido que do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendimento familiar rural e suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária. As comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas onde não existem essas categorias de trabalhadores, a prioridade passa a ser os agricultores orgânicos através de suas organizações, o agricultor orgânico que participa de grupo informal, o agricultor orgânico individual e os demais agricultores familiares respeitando a mesma ordem, ou seja, a organização, o grupo informal e por último o agricultor familiar individual.

Vale lembrar que os produtores orgânicos controlados no Brasil (inseridos no CNPO), receberão 30% a mais por seus produtos, o que reforça a importância da organização dos grupos de OCS, no fomento de organizações de produtores para que agricultores familiares possam acessar o programa. Também é observada a prioridade de compra visando a produção local/município, região, território rural, estado e o país.

A PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica) foi criada pelo Decreto n. 7.794 de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica. Visando contribuir para o desenvolvimento sustentável e para melhora na qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Com a implantação desta política o governo brasileiro assume o compromisso com a ampliação e efetivação de ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo e da floresta, e da sociedade em geral, a respeito da necessidade de se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais. Dessa forma, o PLANAPO – Plano Brasil Agroecológico

(2013-2015), elaborado com ampla participação da sociedade civil, busca implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, 2013).

Com investimento inicial de R\$ 8,8 bilhões, suas ações articulavam dez ministérios em 125 iniciativas, distribuídas em quatorze metas e organizadas a partir de quatro eixos estratégicos: Produção; Uso e Conservação de Recursos Naturais; Conhecimento; e Comercialização e Consumo. Para sua efetivação, busca-se estreito diálogo e articulação do Brasil Agroecológico com os estados e municípios, integrando políticas setoriais de incentivo, fortalecimento e ampliação dos sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica.

O plano visa promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e recomposição dos ecossistemas naturais, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, e também promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal. Além disso, visa valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas. O plano tem a intenção de ampliar a participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica. Com isso, contribuir com a redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam autonomia econômica.

A CIAPO (Comissão Interministerial de Agroecologia e da Produção Orgânica), organismo criado pela PNAPO para articular as políticas de sustentabilidade de acordo com os princípios da agroecologia e da produção orgânica, divulgou um documento com o balanço do primeiro ano de execução do PLANAPO (BRASIL. CIAPO, 2014; citado em SCOFANO, 2014). Entre as informações apresentadas, no que tange a comercialização do PAA, observam que as principais medidas foram a ampliação dos limites de participação nas modalidades Doação Simultânea e a CPR exclusivamente orgânica.

No que diz respeito ao PNAE, 3,65% dos recursos do PNAE foram gastos com produtos orgânicos em 2013, um total de R\$ 104 milhões em recursos executados. A meta era disponibilizar até 2015, 5% dos recursos do PNAE para aquisições de alimentos orgânicos e de base agroecológica. Lembrando que para 2014, os dados somente estarão disponíveis em 2015.

A comercialização e o consumo são eixos do PLANAPO I (BRASIL, 2013) onde seu objetivo é “Fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização (mercados locais e regionais), mercados institucionais e compras governamentais”. No PLANAPO II (BRASIL, 2016), o seu objetivo é reafirmado e ainda se tem a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade (extrativismo sustentável orgânico), o que leva a ampliação da extensão dos mercados locais, regionais, nacional e internacional (principal destino dos produtos da sociobiodiversidade) e reafirma a importância das compras governamentais dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade. Em apresentação durante a Festa do Produtor Rural em Nova Friburgo-RJ no dia 28 de julho de 2017, a coordenadora da UNACOOP (União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30), afirmou que pela primeira vez fechou um contrato através da CONAB, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), para prefeitura do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 159.999,99, e o motivo foi a parceria da ABIO com a participação dos agricultores familiares orgânicos (UNACOOP, 2017). Este contrato visa a entrega de produtos orgânicos de 21 agricultores

familiares do estado sendo que 05 desses produtores são do grupo Orgânicos do PAIS SPG – ABIO.

2.3.2 Políticas públicas estaduais e municipais

Com relação às políticas públicas estaduais da produção orgânica e de base ecológica, o Estado do Rio de Janeiro lançou o Programa Cultivar Orgânico em 2003 (RIO DE JANEIRO, 2003) prioritariamente fornecimento de crédito, e o Programa Rio Rural (PRR) desde 2007 (RIO DE JANEIRO, 2014), tendo começado nas regiões norte e noroeste, chegando a região serrana em 2010 e na região sul do estado do Rio de Janeiro em 2014. A SEAPEC – Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária, por intermédio de sua Superintendência de Desenvolvimento Sustentável - SDS, em conjunto com as empresas vinculadas, EMATER-RIO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio de Janeiro) e PESAGRO-RIO, vem implementando no âmbito de todo o Estado do Rio de Janeiro o Programa RIO RURAL (PRR) – o qual tem como grande desafio a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação dos recursos naturais. Para atingir este objetivo, desenvolveu uma estratégia de ação que utiliza a Micro bacia Hidrográfica como unidade de planejamento e intervenção, envolvendo diretamente as comunidades residentes neste espaço geográfico. Com financiamento do Banco Mundial/BIRD e contrapartida do Estado, o PRR engloba recursos da ordem de R\$500 milhões para incentivo à adoção de práticas sustentáveis e agroecológicas, bem como técnicas produtivas mais eficientes e ambientalmente adequadas. O referencial teórico das ações está baseado nos princípios da agroecologia. Entretanto, o uso maciço de fertilizante orgânico e adubação verde nos projetos individuais, mostra que a lógica de uso de insumos externos persiste.

Nas práticas produtivas sustentáveis e ambientais incentivadas pelo Programa não é permitida a aquisição de agrotóxicos de qualquer espécie, quer seja para controle de pragas e doenças ou plantas invasoras ou ervas daninhas. Em resumo, o Programa segue as diretrizes e os instrumentos previstos na PNAPO e pretende atender aos desafios estabelecidos pelo PLANAPO (RIO DE JANEIRO, 2014). Entretanto, o desafio maior não mencionado no PLANAPO está em apoiar os produtores que se encontram em transição agroecológica, que não tem mercados diferenciados (por exemplo, agricultores familiares que entregam para PAA e PNAE e que precisam estar cadastrados no MAPA como produtores orgânicos para que seus produtos alcancem maior preço e tenham prioridade na seleção dos projetos).

A seguir, apresentam-se os macrodesafios da PNAPO que o Programa Rio Rural vem enfrentando juntamente com poder público municipal e federal, as organizações parceiras e a população rural das microbacias do interior do ERJ (FONSECA E COLABORADORES, 2015), **O desafio do fomento a ampliação do número de produtores envolvidos com a produção orgânica e de base agroecológica**, as organizações públicas ao participar nos grupos SPG da ABIO na região serrana, fomentou a realização de encontros de membros do SPG ABIO da região serrana envolvendo cerca de 80 pessoas em cada etapa. Em parceria com o MAPA/SUREG-RJ e SEBRAE-RJ, realizou-se a formação em agroecologia de grupos de agricultores familiares organizados na região noroeste do Estado, que possibilitou que estes grupos se cadastrassem no MAPA em maio de 2014 como produtores orgânicos usando para garantia da qualidade orgânica, a figura da OCS, mudando o cenário da avaliação da conformidade orgânica do Estado do Rio de Janeiro, que antes tinha o SPG ABIO e a ação de algumas certificadoras (IBD, ECOCERT) com produtores individuais.

O desafio de incentivar o registro, à produção e à distribuição de insumos permitidos para uso na agricultura orgânica foi feito pela PESAGRO, localizada em

Seropédica, através das ações coordenadas nas regiões norte, noroeste, serrana e metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nas unidades de pesquisa participativa nos municípios de São João da Barra, Teresópolis e Seropédica.

O desafio da inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e de sistemas de produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, no nível técnico realizou-se cursos e oficinas em agroecologia. Na pós-graduação, trabalhou-se no PPGAO como professores, orientadores e co-orientadores e em bancas examinadoras de alunos do mestrado profissionalizante em agricultura orgânica da UFRuralRJ/Embrapa. Além disso, no tema regulamentação da agricultura orgânica e políticas públicas ligadas a agroecologia e segurança alimentar, as aulas no PPGAO são dadas usando metodologia de vivência da experiência com identificação das não conformidades no local de venda, de preenchimento dos controles/registros (Plano de Manejo Orgânico) no estabelecimento rural junto com os produtores e da troca de experiência entre professores e alunos, da prática no fomento ao acesso aos programas governamentais de compra de alimentos da agricultura familiar (PAA, PNAE).

Para dar conta das propostas de desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica, foi concebido no PRR, que a PESAGRO-RIO coordenaria a estruturação de uma rede de técnicos e agricultores em prol do desenvolvimento rural sustentável do estado do Rio. O objetivo é integrar, racionalizar recursos e potencializar ações indutoras do DRS, com base nas práticas da agricultura orgânica e da produção de base ecológica no Estado do Rio de Janeiro. Esta rede foi estruturada em 2012 a partir das conexões estabelecidas na Rede Agroecologia Rio e dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos pelo PRR. A rede é constituída por grupos de trabalho onde são levantadas as demandas de pesquisa e a priorização das ações de P&D. **O desafio de fortalecimento do papel das redes na articulação dos atores e na dinamização das ações relacionadas à produção orgânica e de base agroecológica**, vêm, portanto, sendo apoiado pelo PRR e também por outros projetos de P&D captados em editais próprios do governo federal (CNPq, MDA, MDS) e estadual (FAPERJ).

Estas ações que foram estabelecidas no PRR e em outros projetos institucionais, com a parceria entre organizações de pesquisa, ensino e extensão e a articulação com os grupos organizados de agricultores e suas organizações, produtores orgânicos e em transição agroecológica, também favorecem **o desafio da democratização da agenda de pesquisa e sua integração com a extensão de modo a socializar o conhecimento agroecológico para técnicos e produtores**. A realização dos dois encontros SPG ABIO em 2012, dos cursos de formação em agroecologia em 2013 e 2014, do Seminário de Formação dos Facilitadores SPG ABIO e o Encontro de Sementes Orgânicas no segundo semestre de 2014, favorecem o atendimento a este macrodesafio. O desafio de fortalecer o papel da Rede DRS na articulação dos atores e na dinamização de ações relacionadas à produção orgânica e de base agroecológica, é trabalhado intensamente, com vistas a potencializar e racionalizar recursos (RIO DE JANEIRO, 2014).

No nível municipal, a articulação feita pela ABIO com a SEDES (Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário) para criação em maio de 2010 do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) que acontece nas praças da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, é de grande contribuição para a expansão da agricultura orgânica no estado. Quando da sua criação (2010), eram 06 feiras orgânicas (FONSECA E COLABORADORES, 2015), hoje já são mais de dez, algumas coordenadas pela ABIO, outras por organizações de ATER (ASP-TA) e ONGs (Essência Vital).

Considerando que a ABIO corresponde a 75% dos produtores orgânicos no Rio de Janeiro no CNPO do MAPA, pode-se avaliar a evolução da agricultura orgânica a partir de 2011 com os dados da ABIO, quando ocorreu a implantação da regulamentação e seu credenciamento como OPAC no SISORG. Em dezembro 2010, o SPG ABIO tinha 11 grupos, espalhados em 16 municípios e 137 membros, coordenava 04 feiras do CCFO e tinha 65

fornecedores (FONSECA E COLABORADORES, 2011). Em 2012, tinha 166 membros nos SPG, organizados em 17 grupos espalhados em 27 municípios, coordenava 06 feiras no CCFO e tinha 104 fornecedores (FONSECA E COLABORADORES, 2013).

Em apresentação para o Conselho Técnico da ABIO em maio de 2016 (ABIO, 2016), observa-se no quadro n.08, ou seja, observa-se que 4 anos depois (2012-2016), o número de produtores orgânicos envolvidos com SPG ABIO tinha saltado de 166 para 571 produtores (crescimento de 244%) sendo que somente 440 estavam certificados (77%), o restante estava em processo de conversão ou não tinham ainda sido cadastrados no MAPA, organizados em 32 grupos espalhados em 51 municípios (crescimento de cerca 88% no número de grupos e de municípios que tem produção orgânica).

Quadro n.08: SPG ABIO em números em maio 2016.

Item	Quantidade
Grupos	32
Municípios	51
Certificados	440
Média de certificados por grupo	14,7
Quantidade de produtores envolvidos	571
Escopos	520

Fonte: Adaptado de ABIO (maio 2016)

2.3.3 Projeto PAIS – SEBRAE

A tecnologia social PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável) propicia aos agricultores familiares produzirem sem o uso de agrotóxicos com a preocupação de preservar o meio ambiente e proporcionar segurança alimentar e geração de renda por meio da inclusão sócio produtiva. É uma tecnologia social porque é uma técnica reaplicável desenvolvida na interação com a comunidade e que representa efetiva transformação social.

Em 2005 passa a ser implantado, e em 2007, o sistema PAIS foi certificado como tecnologia social¹ pela Fundação Banco do Brasil (ganhou prêmio), e em parceria como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE, passou a ser replicado em todos os estados do País (SEBRAE, 2009). A tecnologia foi idealizada pelo engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de origem Senegalesa, Sr. Aly N'Diaye, que se inspirou na atuação de pequenos produtores cariocas que optaram por fazer uma agricultura sustentável, sem o uso de agrotóxicos e sintéticos, com a preocupação de preservar o meio ambiente.

O sistema proposto visa a integração animal-vegetal, a alimentação saudável para a família e possibilidade de renda extra por meio de uma tecnologia de produção irrigada voltada à agropecuária de pequeno porte, composta por galinheiro central e canteiros em forma circular,

¹ PAIS = Tecnologia social que sofre muitas variações de produtos cultivados e animais criados, dependendo do local onde é implementado, sendo ferramenta essencial para o combate à pobreza e promover a inclusão produtiva, as especialidades e singularidades de cada região devem ser observadas e respeitadas (NDIAYE, 2016).

conduzidos de acordo com os princípios da agricultura orgânica. Os agricultores e suas famílias tinham a oportunidade de conhecer uma produção integrada (sericultoras, legumes, verduras, flores ornamentais ou ervas medicinais, com a produção de carnes de aves, ovos e frutas). Além disso, é uma produção otimizada com mais eficiência de espaço e trabalho o que melhora a qualidade da alimentação e oferece uma complementação de renda para a família com a venda do excedente. O PAIS prevê ATER por 30 meses, sendo que em média 01 técnico está envolvido com 15 projetos (N^o DIAYE, 2016).

Existem algumas adaptações do PAIS feitas a partir do sistema mandala, como as desenvolvidas pela PESAGRO no Programa Rio Rural e implantadas nas regiões norte (São João da Barra) e noroeste (São José de Ubá) do Estado do Rio de Janeiro, que orientam a ocupação do espaço para a produção agrícola, em que as galinhas são substituídas por minhocários, e onde é colocado sombrite para produção de olerícolas no verão (FERREIRA E COLABORADORES, 2014). Esses sistemas ampliaram os canais de comercialização usados (venda direta em feiras e cestas) e melhoraram a renda das famílias.

O PAIS é uma tecnologia que pode ser usada por todos os agricultores que queiram melhorar a qualidade da produção, possibilitando o cultivo de diversas hortaliças, a produção de frutas, cereais, plantas medicinais e fitoterápicas, mais saudáveis para o consumo das famílias e para comercialização. Para tanto, em espaço delimitado, deve planejar a ocupação anual do espaço, não esquecendo a introdução de adubação verde e uso da biomassa para a sustentabilidade do solo, da rotação de culturas, das estratégias de comercialização (venda direta nos circuitos de proximidade). Tem como objetivo estimular a formação de núcleos produtivos para promover interações e troca de experiências entre os agricultores, o que facilita a assistência técnica, a troca de sementes e mudas, a comercialização conjunta, a certificação dos produtos como orgânicos entre outros benefícios. A comercialização é estimulada pela parceria com as prefeituras para fornecimento às feiras, PAA e PNAE (N^o DIAYE, 2016).

Deve ficar claro que quando o PAIS foi criado, não se pensava que os beneficiários teriam interesse em obter a certificação orgânica. Entretanto, no estado do Paraná, segundo estudo apresentado por Castro Neto e colaboradores (2010), integrantes da Associação de Agricultores de Produtos Orgânicos de Ribeirão Claro (APO), no norte do Paraná, adotaram em julho de 2009 o sistema PAIS e estavam conseguindo obter a certificação de seus produtos, pelo Programa Paranaense de Certificação dos Produtos Orgânicos, uma iniciativa do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI). Para os autores, o PAIS estimula o respeito ao ambiente, o relacionamento entre as famílias, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Já a certificação propicia aos produtores suporte técnico e incentivo à capacitação, o que assegura maior confiabilidade para o consumidor em relação à origem dos produtos, assim como abre novos mercados e possibilita elevar o valor da produção.

Como foi citado anteriormente, um dos desafios da produção orgânica chegar nos canais de comercialização é o alto custo da certificação para os pequenos produtores, assim, apesar de muitos produtores cultivarem de acordo com as normas da agricultura orgânica, os seus produtos acabam sendo vendidos como convencionais por falta da certificação ou pelo não pagamento. O processo de certificação por auditoria pode custar em torno de R\$ 2 mil. Nesse sentido, o Programa de Certificação dos Produtos Orgânicos dos produtores familiares de forma participativa que vendem indiretamente seus produtos, apresenta-se como importante instrumento para a superação destes desafios, pois além de promover a denominação oficial dos produtos orgânicos, não têm custos para os pequenos produtores. Participam desta modalidade de Certificação no estado do Paraná, por exemplo, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), as Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO),

a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA).

Em Minas Gerais, o IMA (Instituto Mineiro Agropecuário), realiza a certificação pública orgânica, com isenção de taxas para os agricultores familiares (GOMES, 2016).

2.4 A agricultura orgânica nas regiões Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro

A constituição de um polo difusor de tecnologias de base ecológica e da produção orgânica em torno da Fazendinha Agroecológica do Km 47 criada em julho de 1993 a partir de projeto aprovado em 1992 com a criação do SIPA, uma parceria Embrapa, UFRuralRJ e PESAGRO-Rio, foi a fonte de articulação entre o saber científico e os saberes dos produtores que buscavam alternativas às condições de erosão do solo, intoxicação por agroquímicos e especialização em monoculturas que vinham junto com o pacote da Revolução Verde. A Fazendinha Agroecológica do Km 47, espaço de ensino-pesquisa-extensão, com foco no manejo de um sistema orgânico de produção, foi concebida inicialmente por pesquisador da EMBRAPA Agrobiologia, Eng. agrônomo Dr. Dejair Lopes de Almeida, pelo professor da UFRRJ, Dr. Raul de Lucena Duarte Ribeiro e pelo pesquisador da EMBRAPA Solos, Sylvio Romero de Carvalho, na época cedido à PESAGRO/RIO-EEI (Estação Experimental de Itaguaí).

Em Paty do Alferes, região Centro-Sul Fluminense do Estado, próximo a este polo de tecnologia alternativa, com relevo acentuado em algumas áreas, a produção de tomate seguiu os princípios da revolução verde, e seus reveses começaram a aparecer na década de 80, o que chamou a atenção de pesquisadores e técnicos. Os estudos sobre o impacto da agricultura nos solos do município começaram em 1995 com estudos coordenados pelo Doutor Francesco Palmieri, contando também com participação de diversas entidades, tais como: EMBRAPA-Solos, UFRJ, UFRRJ, UERJ, UFF, FIO CRUZ, INT, EMATER-RIO/PMPA – Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, todos com a finalidade voltadas para a caracterização do meio-físico/biótico/econômico/social no município na região do Córrego do Saco e Rio Ubá (FONSECA et.al, 1997; LUMBRERAS et.al; 1997; GOMES et.al; 1997, MACEDO et.al; 1997; RAMALHO et.al ;1997, entre outros) e teve como meta central buscar soluções para os problemas ambientais da região.

Como continuidade ao projeto DESUSMO (Desenvolvimento Sustentável de Sistemas Agrícolas em Terras montanhosas e com pastagens na América do Sul) implantou-se projeto EMBRAPA visando o desenvolvimento sustentável das microbacias dos afluentes do Córrego do Saco e Rio Ubá nos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira. Também teve o projeto de manejo integrado de pragas (MIP) apoiado pela UFRRJ, com o professor Irineu Lobo e comandado pelo professor aposentado de entomologia da UNESP, Santin Gravena. Na época, 1999, agricultores convencionais implantaram o projeto passando a adotar técnicas de manejo do solo, como aração com arado de boi, o uso de cobertura morta, o plantio em curva de nível e etc. O autor desta dissertação foi um dos produtores convencionais que na época além de adotar estas tecnologias, mais tarde, implantou a técnica de ensacamento dos frutos do tomateiro para evitar pulverizações com agrotóxicos no combate as brocas dos frutos. Com isso conseguiu fazer uma economia de R\$122,00 para cada 1.000 pés de tomate, gerando uma economia em torno de 60% (por cento) segundo dados da EMATER-RIO, Escritório Paty do Alferes, com acompanhamento do Engenheiro Agrônomo, Rogério Faulha de Gouveia. Vale lembrar que no MIP a economia em pulverizações também ficou em torno de 60%. Embora os resultados tenham sido satisfatórios os produtores não adotaram esta técnica devido ao considerável aumento de mão de obra para realizar o trabalho, que na maioria das vezes esse

custo seria dos produtores meeiros ou parceiros enquanto que o custo com insumos (agrotóxicos) ficava por conta dos patrões , e assim sendo buscavam inúmeras justificativas para não adotar a tecnologia .

Com todos esses estudos sendo realizados na região, começou a despertar interesse dos agricultores mais esclarecidos, com maior acesso às informações, em se organizar e buscar técnicas de produção na agricultura alternativa que fossem mais eficientes e mercados para seus produtos. Com isso, em 2002, um grupo de agricultores se uniu e formou uma associação de agricultores orgânicos (Paty Orgânico). Com a criação desta associação foram realizadas diversas capacitações em agricultura orgânica e visitas a Fazendinha Agroecológica do Km 47 em Seropédica, fazendo com que 12 agricultores tivessem seus sistemas de produção certificados pelo sistema de certificação por auditoria pela ABIO.

Em fins da primeira década do século XXI, o SEBRAE-RJ inicia o programa PAIS no ERJ e seus números estão no quadro n.09 a seguir.

Quadro n.9 – Distribuição das unidades PAIS nas regiões de governo e nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	Número de unidades PAIS
Médio Paraíba	Rio das Flores	15
Total		15
Centro Sul	Areal	15
	Eng. Paulo de Frontin	15
	Mendes	15
	Paraíba do Sul	43
	Paty do Alferes	47
Total		135
Metropolitana	Guapimirim	15
	Magé	39
Total		54
Serrana	Teresópolis	15
Total		15
Baixas Litorâneas	Cachoeiras de Macacu	30
	Casimiro de Abreu	15
	Silva Jardim	15
Total		60
Norte	Campos dos Goitacazes	15
	Cardoso Moreira	15
Total		30
Noroeste	Bom Jesus do Itabapoana	20
	Cambuci	15
	Sto Antônio de Pádua	15
	Porciúncula	15
	Italva	15
	Itaocara	15
	Itaperuna	30
	Natividade	25
	Miracema	15
	Laje de Muriaé	15
	Varre-Sai	15
	São José de Ubá	15
Total		210
Total Geral		519

Fonte: SEBRAE-RJ (2011) citado em N'DYIE (2016)

Observa-se no quadro anterior que em 2016, 26% dos projetos PAIS estavam na região centro sul e 41% na região noroeste e 3% na região do Médio Paraíba, correspondendo a 70% dos projetos PAIS no Estado do Rio de Janeiro. Na região noroeste, a parceria do SEBRAE com programa Rio Rural e MAPA proporcionou a criação de 11 OCS em 2015. Em 2016, algumas OCS começaram tratativas para transformar-se em grupos SPG ABIO pois precisam da venda indireta de seus produtos (café, por exemplo). Nas regiões Centro Sul e Médio Paraíba, inicialmente o SEBRAE apoiou a certificação por auditoria (2009 a 2011). A partir de 2014, como os agricultores beneficiados com o projeto PAIS precisavam agregar valor aos seus produtos, o consultor e autor da dissertação capacitou-se como facilitador da ABIO, organizou e capacitou os produtores para receberem a certificação orgânica, e, com isso o SEBRAE, ampliou em 6 meses o apoio técnico a esses produtores.

No ERJ, o SEBRAE começou a apoiar o projeto PAIS em 2009 (GARRIDO, 2014) e ,em 2011 eram 519 projetos PAIS identificados para implantação ou já implantados em 26 municípios (N`AYDIE, 2016) de acordo com informações passadas por telefone pela coordenação do projeto PAIS no SEBRAE, em julho de 2015 já haviam sido implantadas 540 (quinhentos e quarenta) unidades em 25 (vinte e cinco) municípios sendo que 150 (cento e cinquenta) estão implantadas na região centro sul fluminense, onde cerca de 40% já estão certificadas como orgânicas ou em processo de certificação. Inicialmente, o SEBRAE no Rio de Janeiro, apoiou produtores orgânicos junto com o INMETRO, para obter certificação com as certificadoras IBD, INT, ECOCERT (SCOFANO, 2014), sem custos para os produtores. Após 02 anos, o apoio do SEBRAE a certificação se encerrava, e, aí havia desistência dos produtores de se certificar, devido, principalmente, o alto custo da certificação.

O caminho da transição agroecológica para a conversão para a produção orgânica dos agroecossistemas e dos produtores que participavam do Projeto PAIS na região aconteceu de forma evolutiva, pois como começaram a ter um excedente de produção, já que o Projeto previa um acompanhamento técnico por um período de (30 meses), os agricultores foram orientados a ampliar a área de plantio dentro das suas possibilidades e também receberam informações sobre o planejamento de produção orgânica e regulamentação para a certificação orgânica (NASCIMENTO, 2015).

O projeto PAIS aliado ao funcionamento e organização dos produtores em grupos do SPG ABIO, em parceria com as prefeituras dos municípios envolvidos, trouxe a possibilidade de resgatar os conhecimentos perdidos ao longo dos anos, a possibilidade de produzir sem o uso de insumos e defensivos químicos, o espírito de associativismo ao participar de um grupo para obter a certificação por SPG. Porém, nem todos os contemplados com o projeto assimilaram as informações e as colocaram em prática. Esses produtores, além de não desenvolverem o projeto acabam desestimulando os produtores que implantaram o projeto corretamente, pois como no início o trabalho de recuperação da propriedade com práticas de conservação do solo e recuperação total do ambiente não são tão simples isso pode desestimular os bons produtores . O percentual de agricultores que não concluem o projeto PAIS está em torno de 30% (por cento), pois só em Paty do Alferes dos 47 (quarenta e sete) projetos PAIS implantados, 16 (dezesesseis) tiveram que ser transferidos de propriedade o que trazia diversos transtornos como a perda de parte dos materiais dos kits , a perda de tempo dos técnicos que tinham que desfazer a montagem já feitas o e custo do transporte de uma propriedade para outra tudo isso sem retorno . Normalmente se procurava produtores próximos de onde os kits seriam transferidos mais nem sempre isso era possível.

Na região noroeste, houve a parceria entre técnicos do projeto PAIS e do Programa Rio Rural, onde foi feita articulação entre diferentes organizações (SEBRAE, PESAGRO, EMATER, SEAPEC, MAPA) para conversão de produtores dos projetos PAIS para o sistema orgânico de produção, possibilitando que 89 agricultores familiares passassem a fazer parte do CNPO, por meio da OCS (FONSECA E COLABORADORES, 2015).

A parceria entre SEBRAE e Programa Rio Rural que aconteceu na região noroeste em 2015, foi sendo ampliada para todo o estado onde atuava o programa Rio Rural e além da implantação da tecnologia PAIS, ampliou-se a atuação dos técnicos do SEBRAE na elaboração e implantação dos Planos Individuais de Desenvolvimento de cada estabelecimento rural, com vistas a transformação de sistemas agrícolas convencionais em sistemas de base agroecológica nas microbacias hidrográficas, promovendo a transição agroecológica e posterior conversão para a agricultura orgânica (NASCIMENTO, 2015).

No quadro n.10 apresenta-se um resumo dos números dos projetos PAIS implantados na região Centro Sul do Estado do Rio de Janeiro e a relação dos grupos com a garantia da qualidade orgânica por meio da constituição de grupos de SPG. Observou-se que em 2015, 22% dos projetos implantados evoluíram para a certificação orgânica via SPG ABIO (NASCIMENTO, 2015).

Quadro n.10: Projeto PAIS nas regiões Centro-Sul e Médio Paraíba do Estado do Rio Janeiro e a qualidade orgânica em 2015.

MUNICÍPIOS	Projetos PAIS Implantados	Projetos orgânicos (SPG ABIO)	%
Paty do Alferes	47	13	28
Paulo de Frontin	17	3	18
Paraíba do Sul	11	1	09
Rio das Flores	15	2	13
Mendes	15	4	27
TOTAL	105	23	22

Fonte: Nascimento (2015).

Em pesquisa (NDAYIE, 2016) avaliando os impactos do PAIS no município de Paty do Alferes, os técnicos envolvidos com os projetos mencionaram como pontos positivos: o surgimento das feiras e o acesso dos agricultores familiares ao PAA e PNAE alcançando preços justos, a melhoria na alimentação da família por meio da diversificação da produção, a ATER especializada continuada, excedentes para venda com aumento da renda e o trabalho coletivo na família.

De acordo com NDAIYE (2016), 88% dos técnicos que trabalharam no programa e 100% dos agricultores contemplados, afirmaram que a tecnologia PAIS proporcionou impactos sociais e econômicos positivos, citando a importância das estratégias de mercados diferenciados (feiras e mercados institucionais) como fator decisivo nesse aspecto. Dos 17 técnicos entrevistados nos estados Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, todos afirmaram que o incremento e a vinculação da agricultura familiar nas compras governamentais com preços justos, o aumento da renda, bem como a melhoria na alimentação das famílias beneficiadas em decorrência da diversificação produtiva das unidades, foram decisivos. Como fatores de contribuição no projeto PAIS, 88% dos técnicos citaram a diminuição dos custos de produção e 65% dos técnicos, o trabalho coletivo das famílias. Entre os agricultores pesquisados, observou-se que a média de faturamento mensal de vendas de produtos produzidos na área do projeto PAIS, a renda média mensal era de R\$ 908,40 em 2015, com uma média de consumo de produtos pela família de R\$ 395,00. Já em levantamento feito em 2017 a média mensal de faturamento passou para R\$ 1.353,00 e o consumo familiar para R\$ 487,00, crescimento de 48% e 23%, respectivamente.

Quanto aos pontos negativos, os técnicos apontaram as atividades não agrícolas dos beneficiários que diminuem a dedicação ao manejo do PAIS, dificuldade em se adequar às práticas de mutirão e reuniões (NDAIYE, 2016). Como no programa PAIS, a previsão de ATER era de 30 meses, ao final está foi suspensa.

Os desafios tecnológicos são muitos: produção de sementes e mudas orgânicas, produção de substrato para cogumelo *shitake*, produção de cereais para alimentação animal, uso da metodologia de ATER coletiva durante a prática do SPG, criação de grupos de consumidores comprometidos e organizados, captação de recursos privados para o desenvolvimento sustentável do território, gestão compartilhada dos canais de comercialização coletivos de acordo com os critérios do comércio justo e da economia solidária; informação da qualidade orgânica no ponto de venda e no rótulo; novos critérios para classificação de cereais para venda nos circuitos curtos de comercialização, entre outros desafios (ABIO, 2016).

A alimentação escolar orgânica nas escolas estaduais e municipais deve ser meta a ser perseguida por todos. A busca por sistemas agroalimentares territorializados (agroecologia, agricultura orgânica e sustentável) deve ser estimulada e construída coletivamente, visando a segurança alimentar e nutricional da população. O estímulo ao controle social e uso de ferramentas de TI na garantia da qualidade orgânica deve ser incentivados. A busca por elaboração de lista positiva de produtores organizados disponível na internet para aqueles produtores que estão em transição agroecológica e podem acessar mercados diferenciados com vistas à condução de agroecossistemas cada vez mais sustentáveis e valorizados pelos consumidores e para acesso as políticas públicas estaduais e municipais. A formação continuada de técnicos e produtores deve ser estimulada (FONSECA E COLABORADORES, 2016).

Em junho de 2017, durante reunião do Conselho Técnico, a ABIO (2017) operava SPG organizado em 39 grupos espalhados por 51 municípios do Estado, envolvendo 565 produtores orgânicos. A média de produtores por grupo é de 14,5 e nos últimos 2 anos, desistiram ou foram excluídos 104 produtores nos grupos de SPG, por isso, entre 2016 e 2017, não houve crescimento do número de produtores orgânicos registrados no SPG ABIO. Dos 565 produtores orgânicos membros da ABIO, sendo 77 membros dos grupos em estudo, correspondendo a 13,6% dos produtores orgânicos vinculados a ABIO.

3 METODOLOGIA

A escolha dos seis grupos SPG ABIO a serem estudados nas regiões Centro-Sul, Metropolitana, Médio Paraíba e Costa Verde, foi realizada pelo fato do autor ser facilitador desses Grupos SPG-ABIO nessas regiões. O processo de levantamento das informações dos grupos SPG-ABIO se deu através da consulta aos documentos gerados durante o processo de avaliação da conformidade orgânica das unidades de produção dos membros dos grupos em tela, documentos estes que são aprovados no grupo e encaminhados a ABIO para o processamento das informações e emissão dos certificados. Entre esses documentos estão: A ata de constituição do grupo, que normalmente acontece após duas ou três reuniões com os agricultores interessados em constituir um grupo para obtenção da certificação, nessa reunião também se cria o acordo de funcionamento do grupo, que contém as regras da OPAC no caso a ABIO e demais regras para o bom funcionamento do grupo, se confirma o nome do facilitador do grupo e quem serão os representantes do grupo junto a ABIO, também se elege a comissão de verificação, normalmente com dois titulares e um suplente, um tesoureiro e um secretário. A FAI (Ficha de Adesão Individual) também é preenchida, pelos que já decidiram pela

participação. Nessa reunião o facilitador já agenda com os agricultores quem será visitado para orientações iniciais sobre o preenchimento do PMO (Plano de Manejo Orgânico) e orientações gerais sobre correções de possíveis não conformidades. Na reunião mensal seguinte, o agricultor apresenta o seu PMO preenchido e o facilitador fala sobre a propriedade visitada e a possibilidade de agendamento da visita de verificação inicial junto com os membros da comissão de verificação. Nessa visita preenche-se o DUAC (Documento Único de Avaliação da Conformidade) e esse documento é levado para a reunião mensal do grupo e cada membro da comissão relata as condições da propriedade visitada. Quando o parecer da comissão de verificação é favorável à certificação, o facilitador, põe em discussão no grupo se concordam com o parecer da comissão. Caso o parecer do grupo também seja favorável, todos os membros que concordaram assinam o DUAC, que será encaminhado para a coordenação executiva SPG ABIO, junto com a ata do dia e os demais documentos gerados durante o processo.

3.1 Características das Áreas em Estudo

A partir da análise dos dados do Censo Agropecuário do IBGE em 2009, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), foi possível fazer a caracterização do Estado do Rio de Janeiro de acordo com a especialização dos grupos SPG ABIO.

O estado do Rio de Janeiro possuía em 2006, 58.480 estabelecimentos rurais espalhados por 2.045.867 ha. Respalda pela lei nº 11.326/06 (BRASIL, 2006), que caracteriza a agricultura familiar, constatou-se que 44.145 estabelecimentos rurais são identificados como Familiares no estado do Rio de Janeiro, correspondendo a 6,3% do total de 699.978 de toda região sudeste. A extensão territorial dos estabelecimentos rurais no Estado do Rio de Janeiro ocupados pela agricultura familiar é de 470.221 ha, representando 3,7% da extensão territorial da região sudeste que é de 12.789.019 ha. Foram classificados como não familiares 14.335 estabelecimentos rurais, com área total de 1.575.646 ha. A comparação entre os dados mostra a grande concentração de terras por parte dos grupos não familiares, caracterizados por serem latifúndios com monocultivos, principalmente de eucalipto e cana de açúcar, vastas áreas de pastagem e/ou pecuária extensiva.

Quanto a utilização das terras nos estabelecimentos, mostra que no Estado a grande maioria dos estabelecimentos com pastagens plantadas degradadas, principalmente por parte do grupo não familiar com 663 estabelecimentos rurais com 32.699 ha, de solos degradados. A análise se confirma no quadro utilização das terras nos estabelecimentos, onde 253 estabelecimentos rurais e 2.553 ha de área não familiar se apresentam com terras degradadas. Os produtos mais cultivados no estado são: Feijão Preto, Mandioca, Milho em grão, Café arábica em grão (verde), além da pecuária, com destaque para criação de gado de corte.

O trabalho envolveu a regiões Centro-Sul, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde.

3.2 Metodologia

Será usado o método do estudo de caso (YIN, 2010) para descrever a evolução da agricultura orgânica na região Sul do Estado do Rio de Janeiro praticada principalmente pelos produtores beneficiários do projeto PAIS do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa), mas não exclusivamente, com foco em grupos SPG- ABIO das regiões Centro-Sul, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde.

Os estudos de caso são preferidos para o exame de eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, usando as mesmas técnicas que a pesquisa histórica, mas adicionando duas fontes de evidência geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos sendo estudados e as entrevistas das pessoas envolvidas nos eventos (YIN, 2010.p.32). O estudo de caso e as pesquisas históricas podem se sobrepor, a força exclusiva do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas, observações diretas e observações do participante – além do que pode estar disponível em um estudo histórico convencional.

Os documentos envolvem projetos e relatórios de projetos, estudos formais, artigos científicos. Foram feitas pesquisas em arquivos públicos e pessoais, e feitas entrevistas com atores importantes na agricultura orgânica nos grupos SPG ABIO. Observações diretas nas atividades de formação em agroecologia e agricultura orgânica do Programa PAIS e depois nos grupos SPG ABIO também foram utilizadas. Houve o método de observador participante.

A experiência de vida do autor que atuou até 1997 como agricultor convencional e que a partir daí passa a buscar conhecimento sobre a produção orgânica e também conhecimento profissional ao voltar a estudar e participar da política municipal como vereador e secretário de agricultura, por três vezes, onde procurou fomentar diversas ações com foco na agroecologia, agricultura orgânica e sustentabilidade. Ao terminar a faculdade como Tecnólogo em Gestão do Agronegócio em 2011, logo cria a Empresa Coral Consultoria em Agronegócio e se credencia no SEBRAE como consultor em agronegócio, associativismo e cooperativismo, passando a atuar como técnico do projeto PAIS, a partir de 2012 e facilitador de grupos de SPG-ABIO a partir de 2014.

Para entender o desenvolvimento da agricultura orgânica no Rio de Janeiro, com foco nas regiões Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde, seus gargalos e as possibilidades de soluções, a narrativa foi dividida em tópicos: A - história e contexto dos grupos SPG ABIO, com a construção da agricultura orgânica no Sul do estado Rio de Janeiro, que parte, embora não desconheça a história, da criação do Projeto PAIS no Rio de Janeiro com foco nos territórios de atuação do autor, até a constituição do grupo Orgânicos PAIS do SPG ABIO e a evolução para a constituição dos outros grupos de SPG –ABIO; B – Características dos produtores orgânicos e canais de comercialização, tratando do perfil dos produtores orgânicos, a localização do estabelecimento, da produção, da mão de obra, dos recursos naturais e dos canais de comercialização (canais usados, estratégias); C – Gargalos, oportunidades e correções das não conformidades, onde realizou-se a identificação dos gargalos por meio da análise dos formulários dos planos de manejo orgânico da ABIO, sistematização das principais não conformidades e as propostas de soluções com vistas a ampliar e melhorar a produção e a comercialização e a garantia da qualidade dos produtos orgânicos na região Sul do estado. No quadro n.11, apresentam-se as estratégias usadas para obtenção dos dados primários e secundários obtidos por processos, entrevistas e levantamentos realizados pelo autor.

Quadro n.11: Estratégias para levantamento, sistematização e análise dos dados e informações.

Atividade	Estratégia
Levantamento documental e sistematização sobre PAIS e agricultura orgânica no Rio de Janeiro	Arquivos SEBRAE, ABIO, GOOGLE, PPGAIO, Programa Rio Rural (PEMs)
Mapeamento e Perfil dos produtores e da produção e da comercialização	Plano Manejo Orgânico, DUACs, visitas verificação conformidade, reuniões
Sistematização e Análise das informações coletadas	

Fonte: (NASCIMENTO, 2015).

A seguir, apresenta-se o quadro n.12 com uma visão geral dos 06 grupos SPG ABIO estudados, com o número de produtores certificados e em processo de certificação.

Quadro n.12: Número de produtores orgânicos certificados e em processo de certificação nos grupos SPG ABIO em estudo.

Grupo SPG ABIO	Nº Produtores Orgânicos	Em Processo de certificação
ORGÂNICOS DE ANGRA DOS REIS	11	7
ORGÂNICOS DO CENTRO-SUL FLUMINENSE	14	8
ORGÂNICOS DE MENDES	9	2
ORGÂNICOS DO PAIS	23	2
ORGÂNICOS DE RIO DAS FLORES	8	3
ORGÂNICOS DE DUQUE DE CAXIAS	12	10
TOTAL	77	32

Fonte: O autor

Como observa-se no quadro n.12, dos grupos SPG ABIO trabalhados pelo autor, 77 membros estão certificados pelo SPG ABIO, e existem mais 32 unidades de produção em processo de certificação, o que provavelmente significará um aumento de 42% no número de produtores orgânicos nas regiões estudadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item apresenta-se o cenário da produção orgânica nas regiões estudadas por meio da análise de uso de duas tecnologias sociais (PAIS + SPG ABIO). Em anexo, encontram-se quadros com o perfil detalhado de cada grupo SPG ABIO pesquisado, trazendo informações sobre área da unidade, escopo produtivo, atividades, canais comercialização acessados, mas

também local moradia do produtor, origem (urbana, rural). Apresentam-se os resultados sistematizados por grupo de SPG estudado, começando pela origem, história de constituição dos grupos SPG ABIO, a maioria beneficiária anteriormente do projeto PAIS fomentado pelo SEBRAE-RJ

4.1 História de Criação de Grupos SPG ABIO nas regiões Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde

4.1.1 Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO

Em 2012 deu-se início ao projeto PAIS em Paty do Alferes/RJ, com 17 produtores beneficiários dos kits distribuídos em 09 comunidades. A aceitação do projeto fez com que sua demanda crescesse no município e região Centro-Sul Fluminense e que as fontes financiadoras (Fundação Banco do Brasil e SEBRAE-RJ) entregassem, em 2013, mais 30 kits do projeto que foram distribuídos no município.

Embora um dos objetivos da tecnologia social fosse a segurança alimentar e nutricional das famílias dos beneficiários, com o crescimento do número de agricultores voltados para a produção ecológica e os excedentes gerados, surgiu a preocupação com a agregação de valor desses produtos e com sua comercialização. Em 24 de janeiro de 2014, foi realizado o primeiro encontro do núcleo de agricultores familiares do projeto PAIS e, a partir daí, começou a se pensar na possibilidade de buscar a certificação orgânica para esses agricultores. No dia 30 de abril de 2014, foi realizada uma reunião com a seguinte pauta: comercialização, certificação e criação da feira de agricultura familiar no município de Paty do Alferes/RJ. A partir da discussão desses temas, as reuniões passaram a ser mensais e com isso, no dia 18 de setembro de 2014, criou-se o grupo Orgânicos do PAIS SPG ABIO em uma reunião que contou com 37 agricultores familiares, dos quais 17 decidiram participar do processo de certificação. O grupo passou a ter um acordo de funcionamento, onde as reuniões passaram a ser realizadas todas as segundas quintas-feiras do mês, às 16 horas, no auditório da secretaria de agricultura, localizada no bairro Arcozelo, Paty do Alferes/RJ. Neste encontro, também foi formada a Primeira Comissão de Verificação da Conformidade Orgânica (titular e suplente), o cargo de secretária, tesoureira; e facilitador do grupo, elo de ligação com a ABIO. Nesta reunião ficaram agendadas as primeiras visitas de verificação nas propriedades de membros do grupo.

Iniciada as visitas de verificação, o grupo foi se concretizando e passou a contar com agricultores que também faziam parte do projeto PAIS em outros municípios (Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul e de Rio das Flores). Após 15 meses das primeiras reuniões e a 8 meses da criação oficial do grupo, 23 agricultores receberam os seus certificados, no dia 30 de abril de 2015. Desses 23 agricultores, em agosto de 2017, 02 estavam certificados no grupo SPG-ABIO Orgânicos de Rio das Flores, 1 estava certificado no grupo SPG-ABIO Orgânicos de Mendes, 5 saíram e outros entraram. O grupo Orgânicos do PAIS SPG ABIO, contava, em agosto de 2017, com 23 certificados e 2 em processo de certificação, com predomínio da produção de hortaliças e 5 produtores com certificação para cultivo e comercialização de cogumelo *Shiitake*.

4.1.2 Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO

O grupo teve sua primeira reunião de mobilização e sensibilização no dia 06 de agosto de 2015, com 10 agricultores e, no dia 13 de outubro de 2015, após 3 reuniões de orientações e esclarecimentos, foi criado o grupo com a aprovação do acordo de funcionamento e criação da

comissão de verificação (titulares e suplentes) com alguns agricultores que já eram membros do grupo SPG-ABIO Orgânicos do PAIS, a secretaria e a tesouraria, bem como o facilitador do grupo, responsável pela guarda e elo ligação com o OPAC ABIO.

Os primeiros certificados do grupo foram emitidos em 26 de julho de 2016, com a certificação de 5 agricultores. Em agosto de 2017, o grupo contava com 8 agricultores certificados, 1 suspenso por ausência às reuniões e 3 em processo de certificação. Como em todos os pequenos municípios, o grande entrave enfrentado pelos agricultores era a dificuldade de agregar valor aos seus produtos após a certificação. Diante desse desafio, realizou-se a motivação e a orientação para criação de uma associação que pudesse estimular os processos de produção e comercialização tanto para a feira que já realizam no Centro do Município (todas as terças-feiras das 7 às 12 horas), mas também, para melhorar as vendas para os programas de compras governamentais como PAA e PNAE, que eles já realizam. Com isso, no dia 22 de novembro de 2016, foi criada a AGRIFA (Associação dos Agricultores Familiares de Rio das Flores e Adjacências).

4.1.3 Grupo Orgânicos do Centro Sul Fluminense SPG-ABIO

O grupo teve sua primeira reunião, de mobilização e sensibilização no dia 28 de maio de 2015 e, após mais duas reuniões, o grupo foi formado no dia 09 de setembro de 2015, com 12 agricultores. Nesse dia foram cumpridos todos os procedimentos e escolhida a primeira comissão de verificação (titulares e suplente), sendo que um dos membros da comissão já havia sido certificado há mais de 10 anos por auditoria, e o outro que fez parte da comissão do Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO, também a secretaria e a tesoureira. As primeiras visitas aos agricultores foram marcadas para o dia 19 de setembro de 2015. Em agosto de 2017, o grupo contava com 14 produtores certificados, 8 em processo de conversão para a agricultura orgânica e 2 suspensos por ausência às reuniões.

4.1.4 Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO

O grupo teve início com uma reunião de mobilização e sensibilização no dia 24 de maio de 2016, com a presença de 16 agricultores, dos quais 15 faziam parte do projeto PAIS que estava para ser implantado no município. A partir daí e, diante do interesse dos agricultores e, do SEBRAE em apoiá-los com orientação técnica para obtenção do certificado orgânico, foram iniciadas as visitas para acompanhamento e orientação no preenchimento do caderno do Plano de Manejo Orgânico, e, em 21 de dezembro de 2016, com todos os agricultores visitados, o grupo decidiu pela criação oficial, aprovando o acordo de funcionamento e elegendo a comissão de verificação da conformidade, o facilitador do grupo, a secretaria e o tesoureiro

Em 28 de março de 2017, 12 agricultores tiveram seus certificados emitidos pela ABIO e em agosto de 2017, o grupo contava com 12 membros certificados e mais 10 em processo de conversão para a agricultura orgânica.

4.1.5 Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG – ABIO

Este grupo teve início com um encontro de mobilização e sensibilização, para certificação orgânica em 19 de dezembro de 2016 e em 16 de janeiro de 2017, os agricultores decidiram pela criação do grupo SPG ABIO, todos participavam do projeto PAIS e, também foi aprovado o acordo de funcionamento e feita a indicação dos membros que iriam compor a

comissão de verificação. Como o grupo era formado por agricultores de duas comunidades distantes, optaram por indicar membros da comunidade de Mambucada e da Comunidade do Bracuí para compor a comissão de verificação, além da secretaria, tesouraria, a confirmação do facilitador e os representantes do grupo junto a ABIO.

No dia 27 de junho de 2017, foram entregues os certificados de 11 agricultores e, a partir da entrega desses certificados, agricultores que não fizeram parte do projeto PAIS, mas já estavam sendo atendidos pelo SEBRAE em outro projeto de orgânicos, começaram a participar do Grupo SPG ABIO para também obterem a certificação orgânica pelo SPG. Em agosto de 2017, o grupo contava com 11 agricultores orgânicos certificados e mais 07 em processo de certificação

4.1.6 Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO

Esse grupo foi formado com os agricultores que participavam do projeto PAIS no município. As reuniões de mobilização e sensibilização para formação do grupo tiveram início no dia 01 de junho de 2015 e, em 06 de julho de 2015, o grupo foi criado. A comissão de verificação foi formada por agricultores que já estavam certificados pelo grupo Orgânicos PAIS SPG-ABIO, no ato da criação elegeu-se a secretaria, tesouraria e os representantes do grupo junto a ABIO, também confirmaram o nome do facilitador do grupo.

Como o grupo já vinha recebendo orientações técnicas em agroecologia e produção orgânica, o processo de certificação foi rápido e, em 07 de dezembro de 2015, 8 agricultores receberam seus certificados. Em agosto de 2017, dois anos após sua criação, o grupo Orgânicos de Mendes SPG ABIO contava com 11 membros, sendo 9 certificados e 2 em processo de certificação.

O grupo estava mobilizado e ciente da importância de se organizar e, no dia 05 de junho de 2017, elegeu uma nova diretoria para reativar uma antiga associação que passou a se chamar AIPO (Associação de Integração dos Produtores Orgânicos). Grande parte dos produtos orgânicos certificados eram hortaliças que eram comercializadas aos sábados na feira de Mendes, realizada no centro do município.

No quadro n.13 a seguir, apresentou-se um resumo dos seis grupos trabalhados neste estudo, cinco deles tiveram origem no projeto PAIS, apenas um, o Centro Sul-Fluminense foi criado por agricultores que se interessaram pelo processo de certificação participativa, também apresentou-se a quantidade dos que receberam o projeto PAIS e evoluíram até a certificação e os escopos de produção, ou seja, no quadro n.13 observou-se a evolução do número de produtores do PAIS que fizeram a conversão para a agricultura orgânica como grupos SPG ABIO.

Os seis grupos SPG ABIO (Orgânicos do PAIS, Orgânicos do Centro Sul fluminense, Orgânicos de Mendes, Orgânicos de Rio das Flores, Orgânicos de Caxias, Orgânicos de Angra dos Reis) em estudo envolvem 10 municípios (Rio das Flores, Valença, Três Rios, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Mendes, Eng. Paulo de Frontin, Rio de Janeiro, Caxias e Angra dos Reis) em 04 regiões do estado do RJ: Centro Sul (maior concentração de produtores), Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde.

A criação dos grupos SPG ABIO é menor ou igual há três anos (sendo o primeiro em 2014, Orgânicos PAIS). Dos 105 agricultores trabalhados no projeto PAIS (respectivamente, 47, 14, 14, 15, 15), 70 produtores fazem parte de grupos SPG ABIO (67% viraram produtores orgânicos certificados)

Com relação as áreas ocupadas pelos grupos SPG ABIO trabalhados, observa-se que a área média varia entre 3 e 10 hectares, caso despreze-se 01 grande estabelecimento rural no grupo Orgânicos Rio das Flores SPG-ABIO.

Quadro n.13: A evolução dos grupos PAIS (SEBRAE) e a criação dos grupos SPG ABIO nas regiões Centro-Sul, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro.

PAIS	Beneficiários	Municípios	Grupo SPG ABIO	Membros 2017	Municípios	Criação (mês/ano)	Produtores orgânicos	escopos
2012	47	Paty do Alferes	Orgânicos PAIS	25	Paty do Alferes (CSF)	set/14	23	PPV; PPV e PCC; PCC
		Paraíba do Sul			Mendes (CSF)			
		Mendes			Paulo de Frontin (CSF)			
		Paulo de Frontin			Rio de Janeiro (M)			
					Miguel Pereira (CSF)			
-	-	Paty do Alferes	Orgânicos Centro Sul Fluminense	22	Paty do Alferes (CSF)	set/15	14	PPV
					Rio de Janeiro (M)			
					Miguel Pereira (CSF)			
					Três Rios (CSF)			
					Caxias (M)			
2013	14	Mendes	Orgânicos de Mendes	11	Mendes (CSF)	jul/15	9	PPV
		Paulo de Frontin			Paulo de Frontin (CSF)			
2013	14	Rio das Flores	Orgânicos de Rio das Flores	11	Rio das Flores (MP)	out/15	8	PPV; POV
		Valença			Valença (MP)			
2016	15	Caxias	Orgânicos de Caxias	22	Caxias (M)	dez/16	12	PPV
2016	15	Angra dos Reis	Orgânicos de Angra dos Reis	18	Angra dos Reis (CV)	jan/17	11	PPV

Fonte: O autor

Legenda: CSF = Centro-Sul Fluminense; CV = Costa Verde; M = Metropolitana; MP = Médio Paraíba; PCC = Produção de Cogumelos Comestíveis; POV = Processamento de Origem Vegetal; PPV = Produção Primária Vegetal

Observou-se que dos 105 produtores beneficiários do PAIS, 77 tornaram-se produtores orgânicos, ou seja, 73% dos produtores em transição agroecológica fizeram conversão para agricultura orgânica.

4.2 Perfil dos membros dos Grupos SPG ABIO

Neste item, sistematizou-se as informações de produção, canais de comercialização e perfil dos membros dos grupos SPG ABIO estudados (origem urbana e rural, renda agrícola e não agrícola, mão de obra, entre outros).

4.2.1 Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO

No anexo A, apresentamos quadros com as informações sistematizadas do Grupo SPG ABIO Orgânicos do PAIS, onde originalmente 47 agricultores participavam do projeto PAIS, 25 entraram para o Grupo SPG ABIO (53% foram certificados) e, em agosto de 2017, 23 membros estão certificados e 2 novos membros aderiram ao grupo mesmo sem terem participado do projeto PAIS. Dos 23 membros certificados, 7 eram de Eng. Paulo de Frontin, 2 de Mendes, 01 de Paraíba do Sul e 13 de Paty do Alferes, todos municípios da região Centro-Sul Fluminense do ERJ. A área média dos membros certificados era de 4,62 ha. O grupo tinha como principal escopo a Produção Primária Vegetal (PPV), porém, 05 agricultores (22%) tinham certificados para Produção de Cogumelos Comestíveis (PCC), sendo 02 só com PCC e 03 com PPV + PCC. Destaca-se no grupo a produção de frutas e hortaliças, além do cultivo de cogumelos *Shitake*, cultivado em toras de eucalipto, em menor quantidade.

A respeito dos canais de comercialização, as feiras e as entregas em domicílio eram os principais meios de venda, sendo que 05 produtores (22%) comercializam seus produtos para o PAA do banco de alimentos da CEASA (Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro) e 01 (4%) para o PNAE dos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira, ainda com preços de produtos convencionais, pois a associação ainda não possui DAP (Documento de Aptidão ao PRONAF) jurídica. A comercialização dos produtos orgânicos com os programas governamentais de aquisição de alimento já estava sendo realizada havia 02 anos. Na figura n. 02, apresentou-se os canais de comercialização acessados pelos membros do grupo Orgânicos do PAIS SPG ABIO.

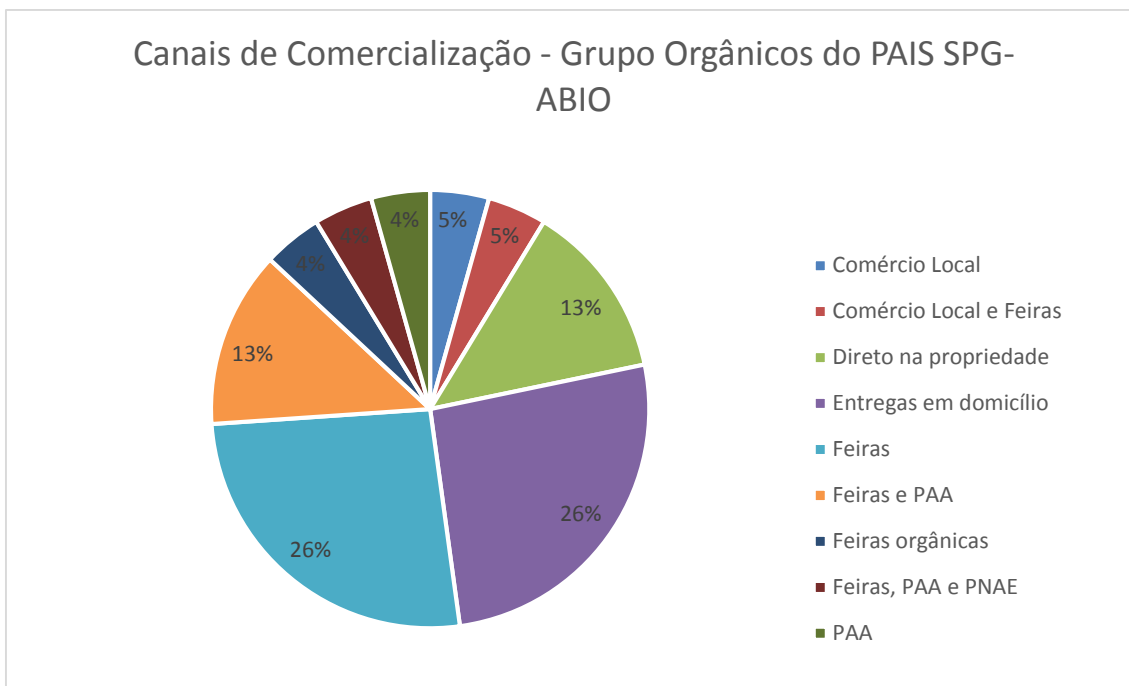


Figura n.02: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO em 2017.

Fonte: O autor.

Conforme observado no quadro A2 em anexo, dos 23 agricultores certificados, 26% eram mulheres que participaram ativamente do processo de certificação da propriedade e mais 15% estavam envolvidas na produção e na comercialização o que nos mostra que a maioria dos agricultores eram homens porém a presença feminina é marcante quando o processo de produção visa a saúde humana e a sustentabilidade da propriedade e do processo de produção como um todo, buscando em muitas situações a agregação de valor dos produtos através do beneficiamento, da preparação dos produtos para venda. Quanto a origem, 65% dos produtores eram de origem rural e 78% residem em áreas rurais. Vale lembrar que o processo de urbanização nos municípios do interior tem descaracterizado regiões que eram rurais e que tem sido transformadas em áreas urbanas. Com relação aos canais de comercialização o grupo apresentava nove tipos de estratégias para comercializar seus produtos orgânicos, isso devido a implantação do projeto PAIS, que no início procurou pulverizar as instalações dos kits entre os diversos bairros do município e, principalmente, entre os produtores que já tinham experiência em agricultura orgânica e comercialização com programas institucionais ainda que, na época, com produtos convencionais.

A respeito da renda, dos 23 produtores certificados, 22% tinham renda apenas agrícola e 78% renda vinda de outras atividades, o que confirma em muitas situações a dificuldade na obtenção da DAP. Quanto a posse da terra, 22 (96%) produtores orgânicos eram proprietários de suas terras e apenas 01 (4%) produzia no sistema de parceria, também confirma uma das características do grupo que ao ser formado apenas com produtores que receberam o kit do projeto PAIS, foram escolhidos os agricultores familiares que residiam na propriedade e estavam aptos a receber o kit.

4.2.2 Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO

Conforme observado no anexo B, do Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG ABIO, onde originalmente 14 agricultores participavam do projeto PAIS, 11 entraram para o grupo SPG ABIO (o que representa 79% dos agricultores contemplados com o projeto) e, em 2017, 08 membros estavam certificados (ou seja 73% dos que aderiram ao processo de certificação), sendo que 03 estavam em processo de certificação. Dos 8 produtores certificados, 7 eram de Rio das Flores, região do Médio Paraíba do ERJ e, 01 era de Belmiro Braga, município próximo a Rio das Flores, porém, localizado no estado de Minas Gerais. A área média dos membros certificados era de 30,09 ha. A diferença de área, em relação aos outros grupos, se dava pela presença de uma propriedade com 200 ha, elevando a média geral. Sem esta propriedade, a média seria de 5,81 ha.

O grupo tem como principal escopo a Produção Primária Vegetal (PPV), porém 01 agricultor (13%) tinha certificado para Processamento de Origem Vegetal, com produção de cachaça orgânica, vale ressaltar que antes da certificação orgânica a marca desta agroindústria já era registrada em todos os órgãos competentes e ganhadora de diversos concursos internacionais. Os demais agricultores produzem hortaliças diversas e frutas com foco principal na produção de bananas.

A respeito dos canais de comercialização, observou-se que as feiras e o PNAE eram os principais meios de venda de seus produtos. As vendas para o comércio local eram feitas por 02 produtores (25%), 01 produtor (13%) para o comércio Local e feiras e 05 produtores (62%) oferecem seus produtos nas feiras e para o PNAE do município de Rio das Flores. Na figura n.03, apresentam-se os canais de comercialização acessados pelos membros do grupo SPG ABIO Orgânicos de Rio das Flores.

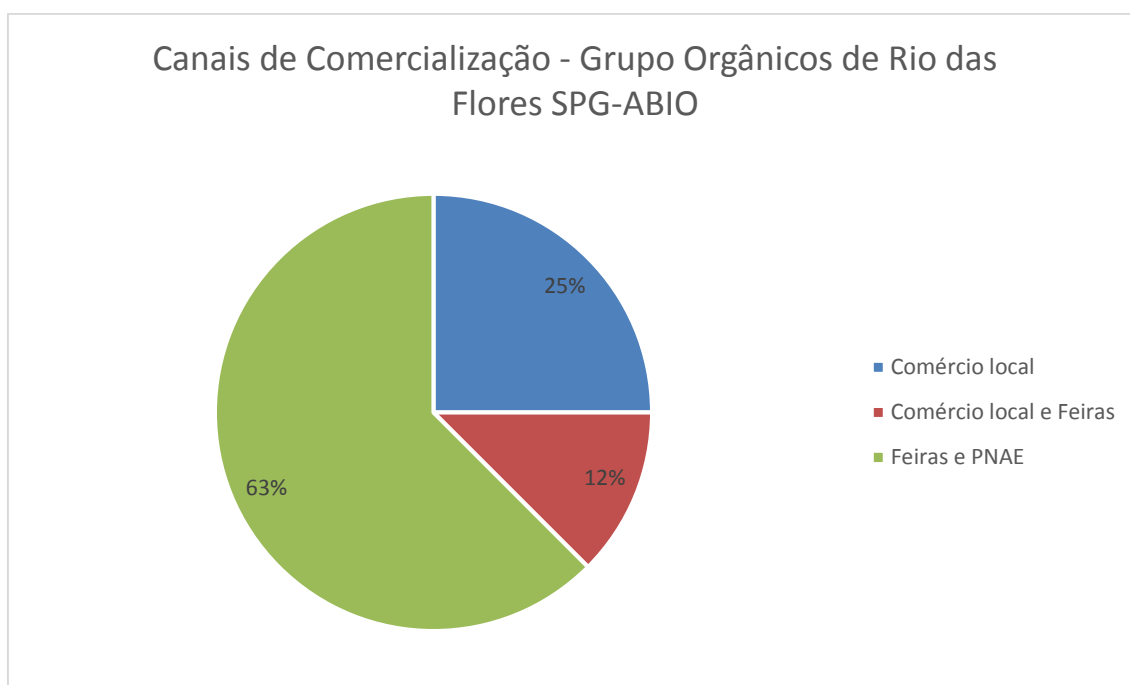


Figura n.03: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO.

Fonte: O autor.

A questão de gênero parecia estar equilibrada já que dos 08 certificados, 50% eram mulheres, porém tal porcentagem deverá ser alterada, pois os 3 membros em processo de certificação eram do sexo masculino. A presença feminina era marcante na região, pois 50% dos certificados representam os agricultores que eram casados. Quanto a renda, 50% dos produtores exercem atividades agrícolas indiretas na propriedade.

Quanto a origem, 88% dos produtores orgânicos do grupo eram de origem rural e 75% residem em áreas rurais. A respeito da renda, dos 8 produtores certificados, 63% tinham renda apenas agrícola. Já com relação a titularidade das propriedades, 06 (75%) dos agricultores eram proprietários das terras e apenas 2 (25%) produziam no sistema de parceria.

4.2.3 Grupo Orgânicos do Centro Sul Fluminense SPG-ABIO

No anexo C encontram-se as sistematizações do Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO, onde observou-se que o grupo não teve origem com produtores beneficiados com o projeto PAIS. Dos 22 membros, 14 estavam certificados ou seja (64% fizeram a conversão para agricultura orgânica) e 08 estavam em processo de certificação.

Dos 14 membros certificados, 01 era de Duque de Caxias (Região Metropolitana do ERJ), 01 de Eng. Paulo de Frontin, 11 de Paty do Alferes e 01 de Três Rios, todos municípios localizados na região Centro-Sul Fluminense do ERJ. A área média dos membros SPG ABIO era de 10,35 ha. O grupo tinha como único escopo a Produção Primária Vegetal, com destaque para frutas e hortaliças.

A respeito dos canais de comercialização, se destacam a venda para comércio local do município de Paty do Alferes, as feiras e a venda direta na propriedade. 02 produtores (14%) comercializam seus produtos para o PAA do Banco de Alimentos do CEASA e PNAE dos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira. Na figura n. 04, apresenta-se os canais de comercialização acessados pelos membros do grupo SPG-ABIO Orgânicos do Centro-Sul Fluminense, o que mostrou a diversidade de canais acessados por seus membros, demonstrando que essas pessoas estavam buscando a certificação orgânica para os seus produtos porque já tinham diversos mercados diferenciados querendo produtos orgânicos com garantia.

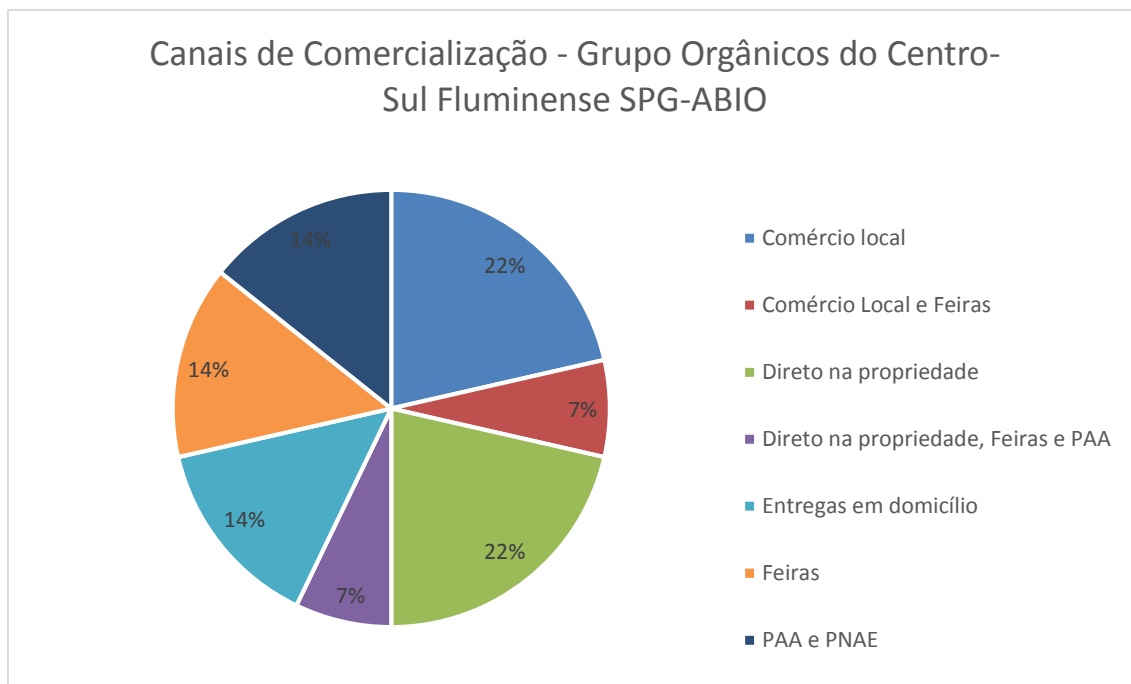


Figura n.04: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO.

Fonte: O autor.

No quadro C2 em anexo, observou-se que dos 14 produtores orgânicos certificados, 36% eram mulheres, o que demonstrava que os homens estavam buscando mais essa alternativa profissional no momento, ou seja, as mulheres tinham outras oportunidades profissionais ou buscavam outras alternativas de trabalho nessas comunidades onde residiam. Quanto a origem, 71% dos produtores eram de origem urbana e 64% residiam em áreas urbanas, porém, apenas 01 produtor, entre os 08 que estavam em processo de certificação, tinha origem urbana e 02 residiam em áreas urbanas, o que demonstrou que embora o grupo tenha sido formado com maioria de agricultores de áreas urbanas começava a haver uma mudança neste aspecto, ou seja, os agricultores da região estavam despertando para essa atividade profissional que era de produzir alimentos saudáveis. A preocupação como facilitador era que o interesse econômico, não prevalecesse sobre os princípios da agricultura orgânica, o que vai exigir maior controle e mais capacitações técnicas e formação neste sentido para esses agricultores. A respeito da renda, dos 14 produtores orgânicos certificados, apenas 21 % tinha renda apenas agrícola, característica que vai de encontro ao perfil dos membros do grupo, que tinham maior poder aquisitivo, em relação aos outros grupos em estudo e também a questão de serem mais de origem urbana. 93% eram proprietários da terra e apenas 01 (7%) produzia no sistema de parceria.

4.2.4 Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO

No anexo D, observa-se que no Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO, onde originalmente 14 agricultores participavam do projeto PAIS, 11 entraram para o Grupo SPG ABIO (79% foram certificados) e, em agosto de 2017, 09 membros estavam certificados sendo

08 oriundos do projeto PAIS e 02 estavam em processo de certificação. Em setembro de 2017, dos 11 membros certificados do grupo, 01 era de Eng. Paulo de Frontin e 08 de Mendes, ambos municípios da região Centro-Sul Fluminense do ERJ. A área média dos membros certificados era de 7,42 ha. O grupo tinha como único escopo a Produção Primária Vegetal, com destaque para frutas e hortaliças.

Na figura n.05, apresenta-se os canais de comercialização acessados pelos membros do grupo. Fica claro ao observar-se a figura, a pouca diversidade de canais de comercialização acessados, o que poderia representar uma ameaça à continuidade do grupo, até porque uma das dificuldades relatadas pelos produtores era que a certificação não estava conseguindo agregar valor aos produtos devido a região ser de interior, onde os consumidores ainda não perceberam as vantagens e os benefícios em consumir os produtos orgânicos. Uma das orientações tem sido que na feira que era realizada aos sábados no centro do município das 07 às 12 horas era que os produtores conversassem com os consumidores e procurassem explicar essas vantagens além de distribuírem informativos neste sentido. No quadro D2 em anexo, em setembro de 2017, observou-se que dos 09 produtores orgânicos certificados, 33% eram mulheres, o que nos mostrava o predomínio de homens no grupo e, embora os produtores que possuíam esposas, boa parte deles contavam com o apoio delas nas atividades. O percentual de mulheres ainda deveria diminuir no grupo, pois os 02 agricultores que estavam em processo de certificação são do sexo masculino. 56% dos produtores eram de origem e residiam em áreas urbanas. O município não apresenta grande extensão rural, pois a maior parte era residencial e áreas de preservação permanente devido a declividade. A respeito da renda, dos 09 produtores orgânicos certificados, 44 % tinham renda apenas agrícola e 100% eram proprietários da terra.

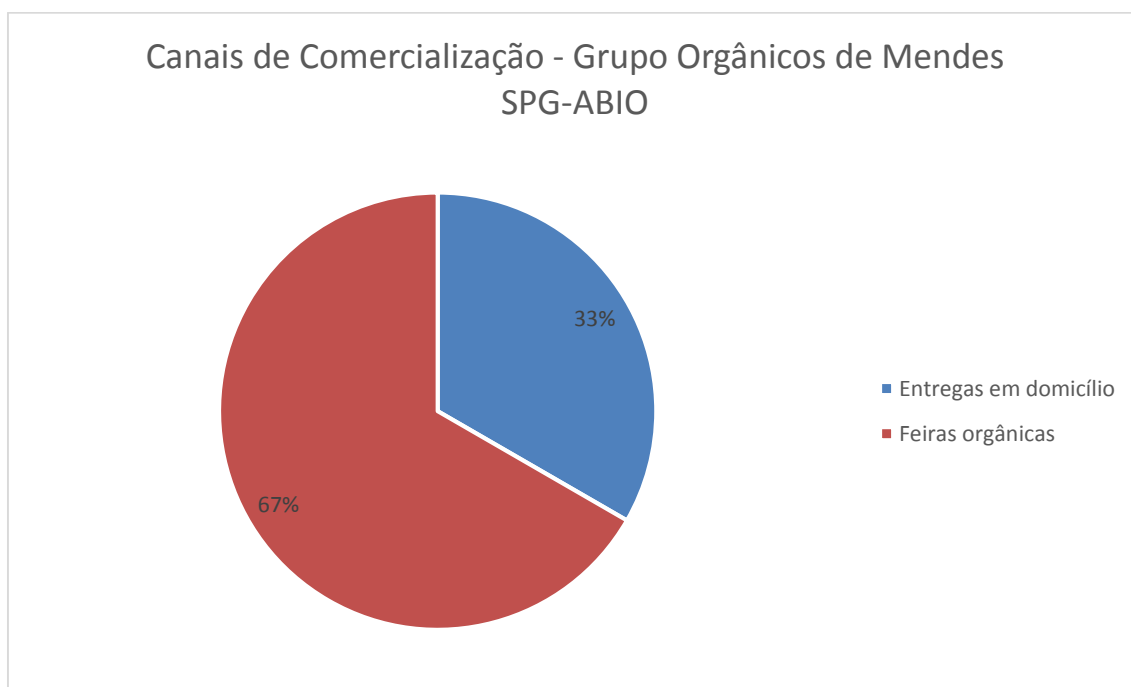


Figura n.05: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO.

Fonte: O autor.

4.2.5 Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO

No anexo E, observa-se que no Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO, onde originalmente 15 agricultores participavam do projeto PAIS, todos entraram para o processo de certificação e após 10 meses do início do processo de orientação técnica e a 4 meses da criação do grupo, 12 agricultores receberam os certificados, em 28 de março de 2017. Em agosto de 2017, o grupo contava com 22 membros, sendo 12 certificados e 10 em processo de certificação.

Os 22 membros do grupo produziam em Duque de Caxias, região Metropolitana do ERJ. A área média cultivada dos membros certificados era de 3,84 ha. A menor média de área, em relações aos outros grupos, era resultado do predomínio de propriedades oriundas do assentamento Terra Prometida, onde tinha-se 08 membros certificados (67%) e 03 em processo de certificação (30%), residiam e produziam nessas áreas.

O grupo tinha como único escopo a Produção Primária Vegetal, com destaque para frutas e hortaliças. A respeito dos canais de comercialização, as feiras e a venda direta na propriedade predominavam. A venda nas feiras era feita por 06 produtores (50%) e outros 06 (50%) usavam as Feiras e as vendas diretas na propriedade. Na figura n.06, apresentam-se os canais de comercialização acessados pelos membros do grupo Orgânicos de Duque de Caxias SPG-ABIO. Observou-se que o grupo não tinha dependência da venda de seus produtos para as compras institucionais, pois metade dos produtores fazia feira no centro da cidade e a outra metade vendia seus produtos para os que faziam a feira ou para comerciantes intermediários da região; os que vendiam na propriedade diziam que não gostavam de sair da propriedade para vender e, embora as condições das estradas fossem muito precárias, os compradores vinham comprar os produtos produzidos lá. Após a certificação, esses agricultores estavam vendendo os produtos com valor de orgânicos para uma escola particular em Laranjeiras na cidade do Rio de Janeiro que fornecia alimentação orgânica no cardápio para os alunos, sendo que o comprador ia buscar na propriedade.

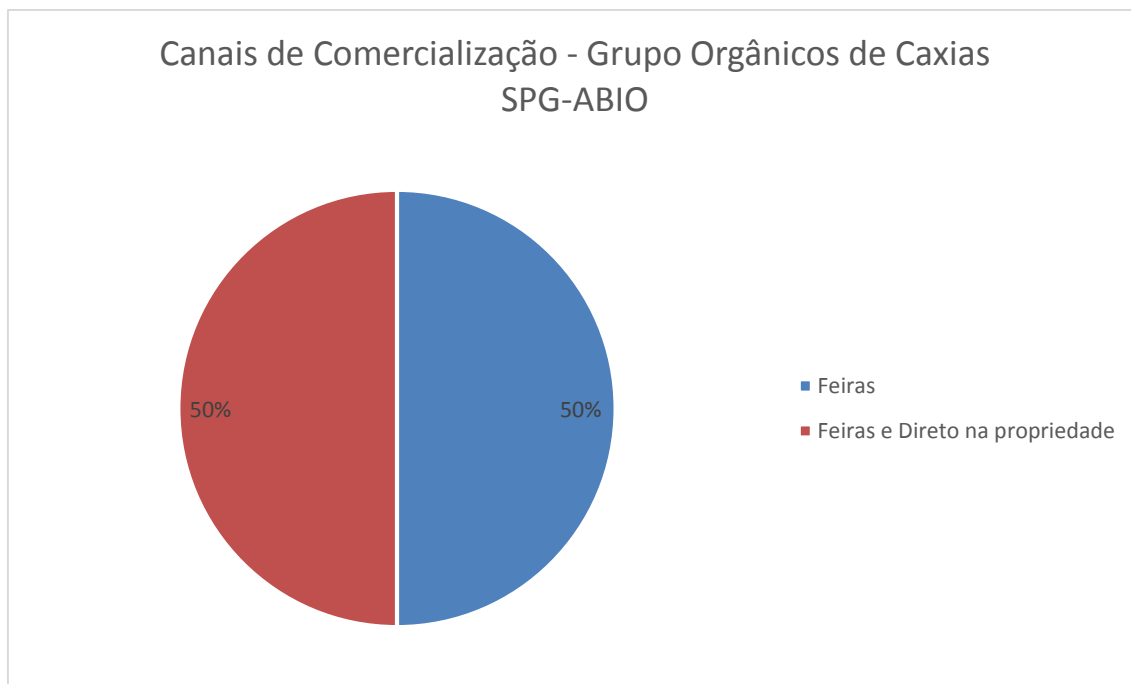


Figura n.06: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO.

Fonte: O autor.

No quadro E2 em anexo, observa-se que dos 12 produtores orgânicos certificados, 42% eram mulheres, porém, tal porcentagem deveria ser alterada, pois dos 10 membros em processo de certificação apenas 01 é do sexo feminino, mas mesmo com pouca participação nos grupos elas atuavam no apoio a seus esposos nas propriedades. Todos os agricultores orgânicos certificados eram de origem e residiam em áreas rurais, com grande parte produzindo no Assentamento Terra Prometida.

Com relação a renda, 83% vinha da atividade agrícola e todos eram proprietários das terras.

4.2.6 Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO

No anexo F, observa-se que no Grupo de Angra dos Reis, onde originalmente 15 agricultores participavam do projeto PAIS, todos entraram para o Grupo SPG ABIO e, em agosto de 2017, o grupo estava com 18 membros, sendo 11 certificados e 07 em processo de certificação

Os 18 membros do grupo eram moradores de Angra dos Reis, região da Costa Verde do ERJ. A área média dos membros certificados era de 9,86 ha. O grupo tinha como único escopo a Produção Primária Vegetal, com destaque para frutas e hortaliças e, em menor quantidade, produção de palmito. Quanto a produção, 05 membros produziam palmito pupunha, sendo 03 certificados e 02 em processo de conversão, além de 01 produtor de Palmito Açaí. Os Palmitos

estavam sendo comercializados in natura, mas já estavam sendo dados os primeiros passos para conversão de uma unidade de beneficiamento já existente.

A respeito dos canais de comercialização, as feiras eram os principais meios de venda. 55% comercializam seus produtos nas feiras locais e 27% na Associação + Feiras também na região de Angra dos Reis. Vale destacar a importância da Feira Orgânica e Cultural de Angra dos Reis, que vinha fomentando a agricultura orgânica na região. Na figura n.07, apresenta-se os canais de comercialização acessados pelos membros do grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO.

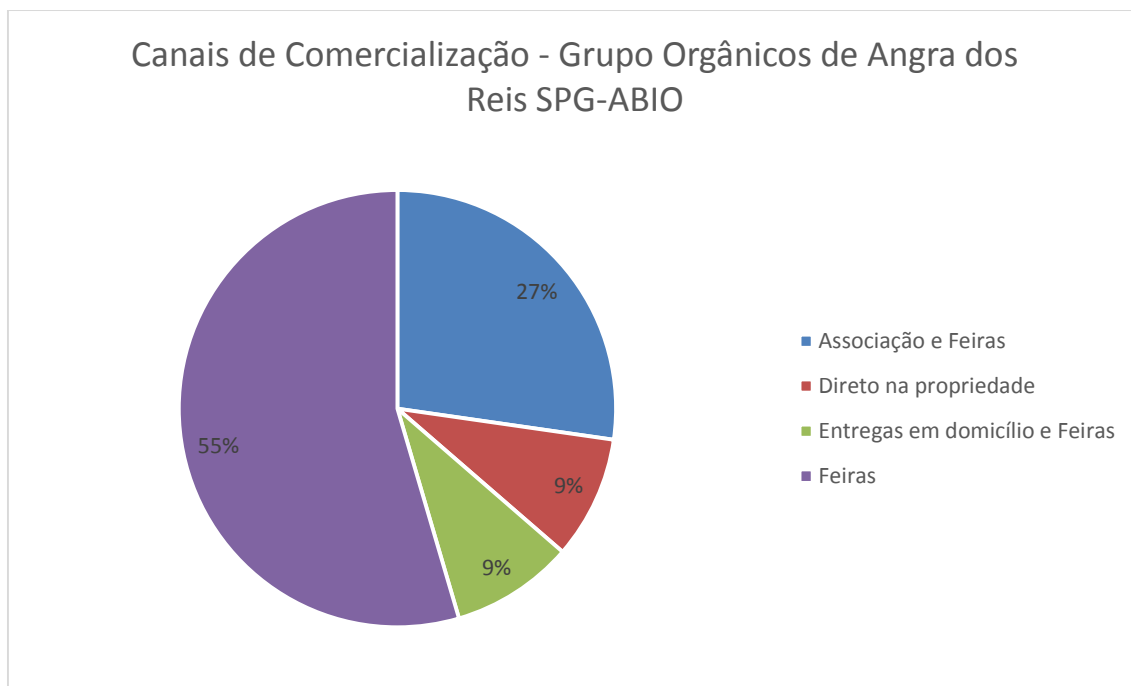


Figura n.07: Canais de comercialização acessados pelo Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO.

Fonte: O autor.

No quadro F2 em anexo, observa-se que dos 11 certificados, 55% eram mulheres, porém, tal porcentagem deveria ser alterada, pois os 07 membros em processo de conversão eram do sexo masculino. Mesmo com as futuras mudanças de percentual, as mulheres tinham uma presença marcante nas atividades agrícolas na região.

Os produtores eram de origem e residiam em áreas rurais, porém o processo de urbanização no município estava pressionando essas áreas, podendo gerar alterações futuras nesses dados. Vale salientar que 01 membro certificado pertencia a uma comunidade indígena e, outros 06 membros certificados eram pertencentes a uma comunidade quilombola. Todos produziam em seus domínios, principalmente o Palmito Pupunha.

A respeito da renda, dos 11 produtores orgânicos certificados, 82% da renda era exclusiva da atividade agrícola e todos os agricultores eram proprietários da terra.

No quadro n.14 a seguir, apresenta-se um resumo dos seis grupos trabalhados neste estudo, o que nos mostra o percentual de renda agrícola, os principais canais de comercialização e a questão de gênero.

Os seis grupos SPG ABIO (Orgânicos do PAIS, Orgânicos do Centro-Sul Fluminense, Orgânicos de Mendes, Orgânicos de Rio das Flores, Orgânicos de Duque de Caxias e Orgânicos de Angra dos Reis) tinham em média 40% de mulheres certificadas. Na média, dos membros certificados, 53% da renda era apenas proveniente da atividade agrícola.

Com relação aos canais de comercialização, destacaram-se via Associação (PAA), Comércio Local, entregas em domicílios, feiras agroecológicas, feiras Orgânicas em menor escala, PNAE e venda direta na propriedade. Vale ressaltar a importância das feiras, principal canal de comercialização de todos os grupos SPG ABIO estudados.

Quadro n.14: Caracterização socioeconômica dos grupos SPG ABIO nas regiões Centro-Sul, Médio Paraíba, Metropolitana e Costa Verde do estado do Rio de Janeiro.

Nome do Grupo SPG ABIO	Renda Agrícola	Principais Canais de Comercialização	Gênero
Orgânicos PAIS	22%	Entregas em Domicílio, Feiras, Venda Direto na propriedade, Comércio Local, PAA, PNAE	26% mulheres / 74% homens
Orgânicos Centro-Sul Fluminense	21%	Comércio Local, Feiras e Venda Direto na Propriedade, PAA, PNAE	36% mulheres/ 64% homens
Orgânicos de Mendes	44%	Entregas em Domicílio e Feiras Orgânicas	33% mulheres/ 67% homens
Orgânicos de Rio das Flores	63%	Comércio Local, Feiras e PNAE	50% mulheres/ 50% homens
Orgânicos de Caxias	83%	Feiras e Venda Direto na Propriedade	42% mulheres/ 58% homens
Orgânicos de Angra dos Reis	82%	Associação e Feiras	55% mulheres/ 45% homens

Fonte: O autor.

Diante do quadro pode-se observar que nem sempre possuir mais canais de comercialização significa ter maior renda vinda da atividade agrícola como é o caso dos 2 primeiros grupos. Também a questão relativa a gênero não significa que são os homens os principais responsáveis pelo desenvolvimento das atividades agrícolas. Em resumo esse quadro representa uma situação naquele momento do estudo, pois as questões aqui mensuradas são

dinâmicas e passíveis de alterações a qualquer momento. Há o predomínio de produtores homens que não vivem integralmente da agricultura orgânica, ou seja, de renda não agrícola.

4.3 Principais Não Conformidades Orgânicas

Conforme visto na revisão de literatura, a regulamentação brasileira da produção orgânica reconhece 03 mecanismos de avaliação da conformidade: certificação por auditoria, certificação por SPG e certificação para venda direta por OCS.

No quadro n.15 apresentam-se as principais não conformidades com relação aos regulamentos técnicos da produção orgânica e as preocupações ambientais observados em grupos SPG-ABIO, onde a maioria dos grupos foram oriundos dos projetos PAIS. A partir da análise dos PMOs (Plano de Manejo Orgânico) e DUACs (Documento Único de Avaliação da Conformidade), elencou-se alguns itens onde se concentram as principais não conformidades encontradas nos sistemas de produção orgânica nos grupos SPG ABIO estudados.

Quadro n.15: Ocorrência das principais não conformidades observadas nos grupos SPG-ABIO.

NOME GRUPO SPG ABIO	Nº DE CERTIFICADOS	% DE MEMBROS POR GRUPO POR CRITÉRIO DE NÃO CONFORMIDADE ORGÂNICA				
		REGISTRADOS	COMPOSTAGEM	TRATAMENTO DE EFLUENTES	CERCA VIVA	RESÍDUOS SÓLIDOS
Orgânicos PAIS	23	43	57	30	35	17
Orgânicos Centro Sul Fluminense	14	50	58	0	42	8
Orgânicos de Mendes	9	44	33	22	33	22
Orgânicos de Rio das Flores	8	50	13	25	50	0
Orgânicos de Duque de Caxias	12	58	75	58	33	33
Orgânicos de Angra dos Reis	11	36	45	27	18	36

Fonte: O autor

O quadro n.15 refere-se as principais não conformidades encontradas pelos facilitadores e comissões durante as visitas de verificação da conformidade orgânica, eram eles:

A) Dificuldade para produzir compostagem - por falta dos insumos, por conta da mão de obra e, ainda que o agricultor compre esse insumo fora ou substitua por outro, não estará ferindo as regras, mas não estará praticando o princípio da sustentabilidade, que é o reaproveitamento dos resíduos gerados na propriedade;

B) Falta dos registros - questão que preocupa, pois os produtores não tem o hábito de registrar e, por mais que os alertamos sobre ser um meio para se livrarem de futuros problemas e terem parâmetros para tomada de decisão, boa parte está sempre alegando falta de tempo, esquecimento e/ou pouca instrução escolar. Essa sim é uma não conformidade, pois fere a questão da rastreabilidade;

C) Tratamento de efluentes - questão ainda delicada, principalmente nas casas mais simples e em casas que já foram construídas a muito tempo. As alegações são: a - possuem as fossas; b - não possuem, mas não tem como colocar no momento; que a casa é pouco utilizada e não vale a pena investir no momento para resolver; c - que a casa está longe da área de produção. O que observamos no quadro foi que no grupo com maior poder aquisitivo essa não conformidade foi sanada;

D) Cerca viva - muito recomendado em algumas propriedades para evitar o vento e proteger as plantas de possíveis atividades agrícolas convencionais nas proximidades. Também encontramos resistência por parte de alguns agricultores que alegam falta de mão de obra, dificuldade de encontrar sementes e/ou mudas para o plantio;

E) Destinação correta dos resíduos sólidos não recicláveis - é um problema sério onde o poder público não atua como deveria e os produtores dessas localidades acabam sendo penalizados 02 vezes. Se exigido a solução totalmente correta deles, a orientação é a manutenção desses resíduos em sacos plásticos fechados até que possam ser descartados de forma correta.

O quadro n.15 revela que os registros e a compostagem foram os itens de não conformidades com maior percentual, ou seja, ambos com 47%, em média, entre os produtores orgânicos avaliados nos grupos de SPG ABIO estudados. Esses dados caracterizam o agricultor familiar que está em período de transição às práticas da agricultura orgânica, pois por muito tempo mantiveram os paradigmas de uma agricultura convencional, onde não eram realizados controle das atividades produtivas e não havia hábito de produzir os insumos a serem utilizados na produção, já que, em sua maioria, esses insumos eram , adquiridos em lojas comerciais. A respeito dos registros, esta não conformidade orgânica também apareceu como uma das principais não conformidades em pesquisa realizada nos grupos de agricultores familiares organizados em OCS do Noroeste do ERJ (FONSECA E COLABORADORES, 2017).

Em relação a compostagem, a média era de que 47% das unidades de produção que não estavam em conformidade, ou seja, quase metade dos produtores orgânicos não adotaram esta prática com destaque para os grupos Orgânicos do PAIS SPG-ABIO, Centro-Sul Fluminense e Duque de Caxias, com 57%, 58% e 75%, respectivamente. As dificuldades alegadas pelos produtores foram os altos preços para adquirir o esterco de origem animal , aliado à sua logística de deslocamento até a unidade de produção, pois até mesmo os agricultores que possuíam as aves, estas pastavam boa parte do dia e o esterco que produziam acabava sendo insuficiente para a compostagem. O grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO apresentou o menor percentual dessa não conformidade, com apenas 13%, ou seja, a prática da compostagem era realizada pela maioria dos membros, pois na região existiam diversas propriedades com desenvolvimento da pecuária, o que facilitava o transporte do principal insumo o esterco.

Com relação ao tratamento de efluentes, a média foi de 27% dos estabelecimentos que não estavam em conformidade, com destaque negativo para o Grupo Orgânicos de Duque de Caxias SPG-ABIO, onde 58% dos agricultores não realizavam tratamento adequado de seus efluentes, ou seja, tecnologias sociais necessitam de políticas sociais.

Tratando-se da construção de cercas viva visando barreira vegetal para proteção da contaminação, a média foi de 19% dos estabelecimentos estavam em não conformidade, o que mostrou que as orientações para sua utilização, dadas pelos facilitadores ou pelos membros do grupo SPG durante as visitas de verificação da conformidade ou nas visitas de pares, estavam sendo postas em prática, mas deveriam ser corrigidas e estabelecidos prazos para implantação.

Com relação aos resíduos sólidos, observou-se que mais uma vez os grupos com as características mais rurais e mais afastadas de áreas urbanas, caso dos produtores dos Grupos Orgânicos de Caxias e Orgânicos de Angra dos Reis, com 33% e 36% respectivamente, o percentual dessa não conformidade era maior, ou seja, esse gargalo era de responsabilidade do poder público que por dificuldade ou irresponsabilidade não cumpre o seu papel. Porém, poderia ser enfrentado com programa de educação ambiental nas comunidades nos municípios identificados com problemas, onde a população residente em volta dos produtores orgânicos, cobraria dos poderes públicos e empresas concessionárias, coletoras do lixo urbano seriam estimuladas a coleta de lixo pelo menos 01 vez por semana e nas comunidades haveria um trabalho de separação entre lixo seco e lixo úmido, prática de acondicionamento adequado e lavagem dos materiais recicláveis .

. Em pesquisa realizada por Ndiaye (2016), na visão dos técnicos foram detectados problemas para que os beneficiários do PAIS seguissem as normas técnicas da agricultura orgânica bem como desinteresse dos produtores para participar das atividades de SPG (visitas e reuniões). Considerando que, em alguns grupos SPG ABIO estudados em 2017, houve suspensão dos membros pela não participação nas reuniões, isso era indício de que o SPG estava funcionando. Porém, também era um sinal de que havia necessidade de melhoria na dinâmica das atividades do SPG para além da avaliação da conformidade orgânica. Não se podia esquecer que a origem dos membros dos grupos SPG ABIO era de agricultores familiares e pequenos produtores, alguns de origem urbana e/ou com renda não agrícola, que trabalhavam isoladamente e que tinham como ponto comum, serem beneficiários do programa PAIS. Porém, esses novos agricultores ainda não assimilaram o espírito de cooperação que é comum em pequenas comunidades rurais.

Este fator de resistência a participação que apareceu nas atividades do SPG, já podia ser notado quando na instalação dos kits do projeto PAIS previstos para serem em mutirões, em que alguns beneficiários preferiam instalar seus próprios kits sozinhos (N'DIAYE, 2016).

Em pesquisa realizada por (N'Diaye, 2016) detectou que técnicos do PAIS apontaram a necessidade de mercados diferenciados para valorização dos produtos orgânicos e em transição agroecológica, enquanto os produtores apontaram como gargalos a distância do local de produção para o espaço de comercialização e a falta de DAP para acessar os programas de compras governamentais de alimentos como o PAA e PNAE. Embora essa constatação seja de relevância esses programas não deverão ser a única tabua de salvação para os agricultores, por diversos motivos como por exemplo o atraso nos pagamentos, o período de férias , a regularidade e a constância nas entregas , a questão da logística do transporte entre outros .

Em recente pesquisa realizada pelo Projeto SEBRAE Orgânico com 15 agricultores certificados, constatou-se que a principal demanda desses agricultores (80%), foi a falta de ATER para planejamento e escalonamento da produção visando atender a demanda das feiras e de comerciantes que fazem entregas em domicílio. Cerca de 60% dos agricultores citaram a falta de ATER como entrave produtivo (SEBRAE, 2017).

Observando o perfil dos grupos de SPG ABIO estudados e descritos anteriormente, onde a produção primária vegetal foi o escopo da maioria de seus membros, a legalização sanitária e ambiental das instalações usadas não eram problemas como o seriam caso existissem entre seus membros os escopos do processamento de origem vegetal (geleias, doces, mandioca descascada) e animal (ovos), a produção de bebidas (por exemplo, cachaça, sucos).

Os agricultores foram orientados em suas unidades de produção quanto ao uso das áreas de APP (Área de Preservação Permanente) e Reserva legal, assim como a apresentação do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e do PRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas), quando necessário. Porém, não foi observado nenhum tipo de não conformidade nesse sentido.

A questão trabalhista não pareceu problema já que a maioria, por ser agricultor familiar e produtor de hortaliças, não possuía mão-de-obra contratada. Entretanto, em pesquisa junto aos agricultores beneficiários do PAIS em Paty do Alferes (N`DIAYE 2016), os produtores orgânicos entrevistados acerca dos principais gargalos para a produção, apontaram a ausência de mão de obra qualificada para aumento da produção orgânica. Porém, as atividades fora da propriedade (a renda não agrícola) foi um componente presente dos grupos SPG ABIO oriundos do PAIS, que variou de grupo para grupo. Entretanto, foi apontado por técnicos do PAIS como problema para uma melhor produção e oferta de produtos orgânicos (N`DIAYE 2016).

A pequena agroindustrialização da produção primária vegetal e animal, e respectiva legalização sanitária, ambiental, trabalhista, fiscal e tributária bem como a classificação da produção primária de cereais e grãos e ensacamento para venda nas compras governamentais, são gargalos apresentados pelos produtores membros da ABIO (ABIO, 2017). As regulamentações que flexibilizam o processamento de alimentos usando a cozinha doméstica para empreendimentos familiares rurais, da economia solidária na produção de alimentos de baixo risco estabelecida pela normalização da ANVISA, RDC n. 49/2013 (BRASIL, 2013), que não foi implementada pelos estados e municípios.

O tema inadimplência com as mensalidades da ABIO tem sido abordado constantemente nas reuniões mensais dos grupos em questão. Porém, os agricultores têm sido orientados a pedir isenção e suspensão do certificado quando não estiverem condições financeiras de arcar com seus custos mensais e/ou não estiverem produzindo em suas propriedades. Outras alternativas seriam os órgãos públicos arcarem com os custos (ressarcimento) do trabalho realizado pelo facilitador o que diminuiria os custos da ABIO e consequentemente baixaria o valor das mensalidades para os agricultores. Outra alternativa seria os agricultores, que estavam comercializando diretamente, migrarem para o sistema de certificação por OCS e isso já estava sendo pensado nos grupos e já estava estruturando-se a organização de associações que poderiam assumir a responsabilidade pelos documentos exigidos nesse sistema.

4.4 Oportunidades de Melhoria

As propostas de ações voltadas para minimizar os gargalos detectados através da análise dos grupos SPG ABIO em estudo, basearam-se nos princípios universais da agricultura orgânica aprovada pela assembleia geral da IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica) em 2005, que são a saúde, ecologia, equidade e precaução. Todas as ações propostas deverão ter como base o fortalecimento desses princípios que também estão expressos na regulamentação brasileira da agricultura orgânica (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007) e na PNAPO (BRASIL, 2012).

Sendo assim, poder-se-ia propor:

- Políticas públicas afim de melhorar a saúde do ser humano (SAN) como o PAA e o PNAE, deveriam continuar a ser fomentadas, pois além de possibilitar a melhoria da SAN das famílias de agricultores, possibilitam a oferta de alimentos saudáveis a população de baixa renda. A implantação de políticas públicas voltadas para as questões

sociais como saneamento básico e coleta de resíduos sólidos que acabam impactando no trabalho dos agricultores orgânicos. Deve-se pensar também em objetivar a comercialização de alimentos saudáveis a toda a população, principalmente a de baixa renda. Por isso, o acesso prioritário dos alimentos orgânicos nas compras governamentais deveria ser aprimorado e incentivado, objetivando a organização dos agricultores familiares orgânicos em associações cooperativas ou até mesmo grupos informais para viabilizar esse tipo de comercialização. Como também visar os circuitos curtos de comercialização e diminuir a pegada ecológica dos alimentos. As práticas de SAF (Sistemas Agroflorestais) bem como o uso de cobertura morta e adubação verde nos cultivos deveriam ser estimuladas. Políticas de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) e ICMS Verde poderiam patrocinar atividades de ATER coletiva e funcionamento dos SPG, mas também as visitas técnicas com o objetivo de orientar e incentivar práticas agrícolas para melhoria da qualidade dos solos através da , incorporação de matéria orgânica, plantio de adubos verdes, uso de compostagem, uso de húmus, uso da cobertura viva e morta, irrigação responsável, etc. Criando meios e incentivos aos agricultores que praticavam essas técnicas e subsidiando os que gostariam de fazer e não dispusessem de meios econômicos e/ou técnicos , fazendo a integração com as dinâmicas dos grupos SPG ABIO, visando patrocinar atividades, como por exemplo, de recuperação de nascentes e áreas de APP.

- Políticas públicas voltadas para a formação e informação nas escolas públicas sobre agroecologia, com ações de sensibilização e formação de pais, alunos e estendidas aos produtores, técnicos e consumidores com objetivo de orientar todos a respeitarem os ciclos biológicos das culturas, para a harmonização e sustentação dos sistemas ecológicos, observando e cuidando da paisagem, clima, biodiversidade, ar e água. As ações de tratamento dos resíduos que é uma (política nacional) devem ser implementadas. Devem ser criados programas de turismo rural consciente, visando o mínimo de poluição no ambiente e maior integração com a população rural, conservando a paisagem.
- Políticas públicas voltadas para o fortalecimento do princípio da equidade, que se caracteriza pela capacidade de gestão responsável de um mundo compartilhado, onde os envolvidos devem conduzir as relações humanas sociais de forma a assegurar a qualidade de vida e justiça a todos. Dentro desse princípio precisa-se de formação de produtores, técnicos, comerciantes e consumidores que fomentem a participação, a ação coletiva, a identidade dos grupos, o associativismo e o cooperativismo, relações comerciais justas na busca de soluções conjuntas para superação das necessidades de cada grupo, comunidade e/ou região e abastecimento da população local, regional.
- Políticas públicas voltadas para o princípio da precaução, onde as ações voltadas para a eficiência na manutenção da paisagem, das espécies animais e vegetais, sementes e mudas, fomentando os guardiões de sementes nos grupos, a parceria com órgãos de pesquisa e ensino para a seleção e o armazenamento das sementes, visassem o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos, sem comprometer a sustentabilidade dos agroecossistemas. Portanto, as escolhas das novas tecnologias deveriam levar em conta os valores e as necessidades de todos que pudessem ser afetados. Nesse sentido as ações de formação e treinamento, na busca e na implantação de tecnologias, deveriam ser apropriadas para cada realidade., ou seja, o respeito à cultura e aos paradigmas locais deveriam ser priorizados.
- A partir da observação desses princípios da agricultura orgânica poder-se-ia construir junto com o poder público, iniciativa privada, entidades de ensino, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, organizações não governamentais (ONGs) e da sociedade civil,

diversas políticas/ações que poderão ser implementadas em parcerias e/ou na busca de projetos que possam sanar as necessidades de cada grupo, comunidade e/ou região, com:

Ações de investimento:

- Aquisição e disponibilização, aos produtores, de equipamentos que facilitem o preparo do solo;
- Aquisição e distribuição de sementes de qualidades permitidas na agricultura orgânica, principalmente as sementes crioulas;
- Formação de técnicos e produtores para o melhoramento participativo de sementes de hortaliças e grãos;
- Promover a participação dos membros dos grupos de SPG ABIO na Rede de Sementes Orgânicas fomentada pelos pesquisadores do Km47 e produtores orgânicos e agroecológicos
- Melhoria das estradas vicinais para facilitar o transporte dos produtores e escoamento da produção;
- Formação de produtores e técnicos na coleta de sementes e na produção de mudas de hortaliças e florestais dentro de um planejamento e escalonamento de produção e de plantio de áreas de recuperação ambiental;
- Produção de mudas para cercas vivas e reflorestamento;
- Envolvimento dos estudantes e das organizações da terceira idade na produção de mudas e na condução de hortas comunitárias nos bairros e comunidades;
- Aquisição de trituradores e picadeiras para auxiliar o processo de compostagem;
- Aquisição de veículos de pequeno porte que possam fazer e/ou auxiliar o transporte dos produtos orgânicos até os centros de comercialização.

Ações de Pesquisa

- Diagnóstico das principais não conformidades registradas nas visitas de verificação da conformidade nos SPG e nas inspeções para a certificação, para verificar as que não têm condições tecnológicas de serem atendidas (por exemplo, o combate eficiente às formigas cortadeiras); a necessidade de classificação de cereais e grãos (contratação técnico específico) de pequenas quantidades produzidas individualmente para ensacamento e venda direta (feiras, cestas e mercados institucionais);
- Classificação em ações de alto e baixo risco para as não conformidades e prazos para suas correções;
- Diagnóstico dos estabelecimentos que tem o escopo processamento de produtos de origem vegetal e animal para identificar gargalos técnicos e normativos, possíveis alternativas, soluções, treinamentos e construção de políticas públicas;
- Diagnóstico dos canais de comercialização de produtos orgânicos usados e possíveis nas cidades, regiões com estímulo aos sistemas agroalimentares localizados (SIAL);
- Diagnóstico da aplicação dos regulamentos ANVISA nos estados e municípios que viabilizam a produção e comercialização de alimentos em pequenas unidades domésticas;
- Qualidade dos produtos artesanais produzidos em cozinhas domésticas para venda em circuitos curtos de comercialização;
- Avaliação da sustentabilidade de sistemas de extrativismo sustentável orgânico (por exemplo, frutos de juçara)

- Diagnóstico e oficina de rotulagem de produtos orgânicos ofertados pelos membros dos grupos SPG ABIO;
- Produção de substrato orgânico;
- Criar aplicativos que favoreçam o registro da produção e das vendas e forneçam a rastreabilidade dos produtos orgânicos, através de fotos, gravações de áudio, relatórios de jovens, através dos celulares .

Ações de Ensino e ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)

- Acompanhar por meio da ATER coletiva as atividades dos grupos de SPG, sobre todas as etapas da produção à comercialização, identificando gargalos e buscando opções de soluções para as diversas demandas;
- Criar banco de dados com informações sobre a produtividade e a viabilidade econômica de cada produto (custo médio de produção das principais culturas, criações orgânicas) e estabelecer preço justo;
- Criar e manter banco de dados sobre oferta e preços dos produtos orgânicos nos diferentes canais de comercialização, e disponibilizar para os gestores, produtores e consumidores, nos diversos meios de divulgação.
- Fazer experimentos com os produtores para avaliar o consórcio de culturas, a viabilidade econômica das diversas atividades dos estabelecimentos (agrícola e não agrícola), e do SAF-horta;
- Estabelecer o hábito de registrar todas as atividades desenvolvidas nas propriedades e os gastos com insumos para, assim, ter o custo real de cada cultura (Cadernos de formação).
- Melhorar os formulários do SPG ABIO, visando agilizar os registros e melhorar as informações geradas;
- Formação de produtores e técnicos em pós-colheita e rotulagem de produtos orgânicos para serem multiplicadores em grupos SPG ABIO;
- Formação dos membros do SPG para avaliar a conformidade e conduzir (elaborar ficha técnica, manual de qualidade) em determinados sistemas que não tem muita experiência como, por exemplo, o processamento.
- Formação em rotulagem.
- Formação continuada em legislação e em produção orgânica, cursos em módulos, semestral para técnicos, produtores e consumidores;

Ações de divulgação

- Pequeno histórico de cada membro dos grupos SPG ABIO, em nome de Associações/cooperativas locais para formar um folder do grupo SPG e de cada Associação que será distribuído na secretaria de turismo, agricultura e agências de turismo;
- Criação blog de cada grupo SPG ABIO, dinâmico, conduzido por jovens identificados em cada grupo;
- Realização de filmes de divulgação (mínimo 03 e máximo de 7 minutos sobre cada grupo SPG ABIO) valorizando seus membros e produção em parceria com as universidades que trabalhem o tema audiovisual. Documentários de 20 minutos também podem ser buscados quando envolver o trabalho em uma temática, por exemplo, guardiães de sementes.
- Mapas de localização dos locais de produção e de comercialização com vistas a divulgar nas principais mídias locais, regionais e estaduais, imprensa, internet (redes sociais), programas de rádio e TV locais.

- Criação de ações culturais (música, oficina de gastronomia) periódicas nos espaços de venda de produtos orgânicos
- Estabelecer circuito de visitas aos estabelecimentos rurais de consumidores, escolas e universidades.
- Produzir materiais didáticos acerca de legislação da agricultura orgânica (espírito da lei), legislação ambiental e sanitária, com linguagem facilitada.

5 CONCLUSÃO

Os grupos analisados no ERJ nas regiões Centro-Sul Fluminense, Metropolitana, Médio Paraíba e Costa Verde, deixam claro a importância que o projeto PAIS aliado a criação dos grupos SPG ABIO tiveram na região, pois dos 06 grupos cujos membros estão registrados no CNPO, 05 tiveram início a partir dos agricultores familiares beneficiados com o projeto PAIS (Transição agroecológica). O trabalho desenvolvido pelos técnicos do SEBRAE, com visão empreendedora, leva esses produtores a perceberem nessa produção de base ecológica a oportunidade de melhorar sua renda através da certificação. Com isso deu-se início ao processo de conversão para agricultura orgânica pelo SPG, com o objetivo de manter os agricultores unidos onde a troca de experiências seria a forma de fortalecimento do grupo em formação e também desperta-los para o associativismo, onde as dificuldades e demandas de cada um poderiam ser resolvidas de forma conjunta.

A conclusão que chego após 5 anos do início da implantação do projeto PAIS no município de Paty do Alferes e 3 anos da criação do primeiro grupo de SPG na região é que todo esse estudo que realizei, onde consegui levantar inúmeras informações importantes sobre mais de 100 produtores, suas propriedades e demais temas abordados nessa dissertação, deu-se graças ao projeto PAIS, que através do SEBRAE me deu a oportunidade de trabalhar e compartilhar com esses produtores todo o meu conhecimento acadêmico e de vida no campo, além da minha experiência como gestor público. Essas informações nos mostram que iniciativas como essas são capazes de iniciar um processo de transformação social e de orientação para o direcionamento de políticas públicas. Como consultor do SEBRAE e como facilitador dos grupos SPG ABIO analisados pretendo estimular cada vez mais esses grupos de produtores orgânicos organizados (associações, cooperativas) a participarem das instâncias de governança em suas municipalidades como o CAE (Conselho de Alimentação Escolar), CMDRS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável), CBH (Conselhos de Bacias Hidrográficas), entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tenho certeza que os resultados obtidos com esse trabalho irão servir de motivação para que o SEBRAE-RJ em parceria com a ABIO, possam focar nas ações de ATER coletiva, na formação de técnicos e produtores, para que os gargalos levantados no presente trabalho possam ser superados na esperança de que, se assim for, poderemos contar com dias melhores para quem trabalha no campo, para o meio ambiente e para toda a sociedade.

Espero que o interesse econômico, que se tornou evidente nos produtores que vem aderindo ao processo de certificação por SPG, não venha sobrepor aos princípios da agricultura orgânica e, que esses princípios sejam cada vez mais lembrados e cobrados desses produtores

para que o tripé que sustenta essa forma de produzir esteja cada vez mais cravado nos solos e nas mentes desses produtores. Para tanto, deve-se trabalhar a identidade dos membros nos grupos SPG ABIO. Os riscos de retrocesso na produção e comercialização de produtos orgânicos nas regiões estudadas existem, principalmente com a possível interrupção das políticas públicas face a grave crise financeira a nível, federal, estadual e municipal. As atividades de ATER especializada para os pequenos produtores devem ser dinamizadas e inovadas com a introdução de ferramentas participativas visando o empoderamento dos produtores e dos grupos. Dentro dessa linha de pensamento posso afirmar que outro grande legado que o projeto PAIS + SPG ABIO deixarão para a região foi o início da organização desses produtores em associações, permitindo que tenham como participar dos programas governamentais de aquisição de alimentos orgânicos através do PAA e do PNAE. Entre essas associações podemos citar: A AGRIFA (Associação dos Agricultores Familiares de Rio das Flores e Adjacências), a AIPO (Associação de Integração dos Produtores Orgânicos de Mendes) e a AGROSUL (Associação dos Agricultores Orgânicos do Centro-Sul Fluminense). São associações já criadas e em fase de legalização. Essas representações vêm sendo motivadas para participar dos diversos fóruns de governança das políticas públicas nos municípios. Entre as principais demandas e gargalos analisados, podemos sugerir outras que contribuirão para o avanço da agricultura orgânica na região, tais como:

- a) Apoio e orientação para que os produtores façam análise de solo;
- b) Orientações técnicas para a aquisição e produção de insumos;
- c) Logística de transporte para escoamento da produção até os pontos de entrega e/ou comercialização;
- d) Assistência técnica no planejamento e diversificação da produção, com orientação no manejo das culturas indicadas;
- e) Microcrédito para os produtores que estiverem seguindo corretamente as orientações técnicas;
- f) Apoio do poder público com máquinas e equipamentos que facilitem os trabalhos no campo;
- g) Apoio e orientação na legalização dos produtores para que possam comercializar com os programas institucionais,

Em 2014, demos início ao processo de conversão para agricultura orgânica por meio do grupo Orgânicos do PAIS SPG ABIO e, em 2015, os agricultores começaram a receber seus certificados. Em parceria com o COMDRUS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável), iniciou-se o processo de criação da feira municipal da agricultura familiar, inaugurada no dia 26 de agosto de 2015, viabilizando a comercialização dos produtos orgânicos. Porém, a feira não foi suficiente para o escoamento de toda produção, assim, os agricultores, que conseguiram se adequar as exigências do programa, foram inseridos no PAA do CEASA. Em 2017, a UNACOOOP iniciou a venda de produtos orgânicos para um PAA do Estado e 5 agricultores do grupo SPG-ABIO Orgânicos do PAIS foram inscritos e realizaram as vendas de seus produtos através desse canal de comercialização. Devido a uma série de dificuldades a feira do município praticamente acabou sendo necessário a realização de diagnóstico para identificar as causas, mas é certo que a falta de planejamento e escalonamento da produção pelos agricultores interferiu para que tal situação acontecesse. Agora a Prefeitura Municipal de Paty do Alferes/RJ (PMPA) vai inaugurar uma nova feira, no dia 07 de outubro de 2017, com prazo de 2 anos para que todos os produtores cadastrados entrem em processo de conversão para a agricultura orgânica e se certifiquem. Será mais um grande reforço na superação do gargalo da comercialização. O grande feito dessa vez é que cada funcionário público receberá um ticket no valor de R\$25,00 a cada 15 dias para compras exclusivamente na feira, isso irá gerar apenas com os tickets um consumo semanal de R\$ 15.000,00, sem falar nas outras pessoas que serão atraídas pela movimentação da feira.

Estou certo de que avançou-se muito em pouco tempo na direção da construção de um ambiente mais seguro e de uma sociedade mais justa , onde os princípios da agroecologia, uma vez penetrados no íntimo das pessoas, serão certeza de mais respeito a todos os seres vivos, desde os microrganismos do solo, passando pelas plantas, até as pessoas. Aí sim a justiça social e o equilíbrio ambiental serão consequência e recompensa pelo que fizermos a partir de agora.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. **Reunião Conselho Técnico da ABIO**. ABIO, Rio de Janeiro, 2017a. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <www.abio.org.br/associados.php>. Acesso em: Junho de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. **Reunião Conselho Técnico da ABIO**. ABIO, Seropédica, 2017b. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <www.abio.org.br/associados.php>. Acesso em: novembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. **Acordo de funcionamento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas**. Rio de Janeiro, ABIO, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. **Proposta do Circuito da Serra de Feiras Orgânicas**. Rio de Janeiro, ABIO/Grupo Orgânicos da Serra, PESAGRO, 2012.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. ABIO, 2012. ABIO opta pelo SPG- pág. 36

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. **Caderno sistemas participativos de garantia (SPG)**. Rio de Janeiro, ABIO, maio, 2016^a

ANA, ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta política. In: III Encontro Nacional de Agroecologia, Juazeiro, BA. **Anais.....** Juazeiro, ANA, 2014.

ANTONIO, GERSON JOSÉ YUNES. **Constituição de tecnologias sociais a partir de processo de desenvolvimento territorial endógeno**: a experiência de ações participativas junto a sistemas de produção familiares em ambientes de montanha em Nova Friburgo (RJ). Seropédica: UFRRJ, PPGAO. 2017. Dissertação

ARNALDI, C. R.; PEROSA, J. M. Y. Comercialização de produtos orgânicos em Botucatu. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/01O022.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ASSIS, R. L. de Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas. Campinas: UNICAMP, 2002 150f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada).

ASSIS, R. L.; AQUINO, A. M. **Pesquisa participativa na região serrana fluminense: experiência do Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores da Embrapa em Nova Friburgo.** In: PRADO, R. B.; TURETTA, A.P.D.; ANDRADE, A.G. - Org. Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais). Embrapa Solos, Rio de Janeiro, 2010. p. 239-253

BADUE, Ana Flávia Borges, CHMIELEWSKA, Danuta. Controle social na alimentação escolar. Caminhos para práticas de consumo responsável. São Paulo, Instituto Kairós, n.3, 2011. Disponível em <<https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2012/04/Controle-Social-na-Alimentacao-Escolar.pdf>>, 2011 citado por Nierdele e Tal (2013) - pág. 16

BAPTISTA, A. et al. Recomendações de medidas de política de apoio aos Circuitos Curtos Agroalimentares: período de programação 2014-2020: relatório preliminar. Lisboa: ISA: UE: UTAD, 2013.

BARROS, R. C. Agricultura e sustentabilidade ambiental: a qualidade da água dos rios formadores da bacia do Rio Grande -Nova Friburgo/RJ. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2004. p. 244

BOTELHO, 2017 do livro de memória – História do Mercado da VILA AMÉLIA. Pg. 48

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil **D.O.U.**, Janeiro de 2002 Brasília-DF artigo 99, inciso I. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>

BRASIL. Presidência da República. Lei n.11.346 de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, **D.O.U**, Setembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>

BRASIL. Ministério da Educação, Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, D.O.U., Julho de 2009. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>>

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa n.007 de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Brasília, **DOU**, maio 1999. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/?p=2999> HYPERLINK
"http://planetaorganico.com.br/site/?p=2999&preview=true"& HYPERLINK
"http://planetaorganico.com.br/site/?p=2999&preview=true"preview=true>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n.64 de 18 de dezembro de 2008. Aprova o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal e as listas de substâncias permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção animal e vegetal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 19 dez. 2008b. Seção 1. p. 21-26. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/LEGISLACAO/PUBLICACOES_DOU/PUBLICACOES_DOU_2008/PUBLICACOES_DOU_DEZEMBRO_2008/DO1_2008_12_19-MAPA_0.PDF>. Acesso em: 27.01.09.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta n. 17 de 28 de maio de 2009. Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n.101, 29 maio 2009a. Seção 1, p.14-15. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/LEGISLACAO/PUBLICACOES_DOU/PUBLICACOES_DOU_2009/DOU_MAIO_2009/DO1_2009_05_29-MAPA_0.PDF>. Acesso em: 18 jun. 2009

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n.19, de 28 de maio 2009. Dispõe sobre os mecanismos de garantia e informação da qualidade orgânica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009b. Seção 1.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa n. 50, de 05 de novembro de 2009. Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e estabelece os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 06 de novembro de 2009c. Seção1, p.5-6.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. Produção na agricultura orgânica. Brasília: MAPA/COAGRE, 2012. Folder.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>>. Acessado em 16 de janeiro de 2014.

BRASIL Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produção orgânica no Brasil**. BIOBRASILFAIR., junho 2017. São Paulo, MAPA, 2017a. Apresentação em PowerPoint.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2017b Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>>. Acesso em 20 de junho 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.831. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 de dezembro de 2003. Seção 1, p. 8. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 13 jul. 2016

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 27 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 13 julho. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004, e dá outras providências; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 jun. 2009a. Seção 1.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 6.913, de 23 de julho de 2009. Acresce dispositivos ao Decreto n.4074 de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei n.7802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 de jul. 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D6913.htm>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. D.O.U. Brasília, 15 de Setembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.794: institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Brasília: **D.O.U.**, 2012a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 20 set. 2015

BRASIL, Presidência da República. Decreto n. 7.775. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília **D.O.U.**, 2012. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm >. Acesso em 08/10/2018

BRASIL. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO.** Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, Brasília-DF, 2013a. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/planapo/> >. Acesso em: 20 set. 2015

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC N° 49: Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Brasília-DF 2013b Disponível em< http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html > Acesso em: 07/10/2018

BRASIL. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO 2016-2019.** Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, Brasília-DF, 2016. 89p. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO_2016_2019.pdf >. Acesso em: 15 de março de 2017.

BROWNE, A. W.; HARRIS, P. J. C.; HOFNY-COLLINS, A. H.; PASIECZNIK, N.; WALLACE, R. R. Organic production and ethical trade: definition, practice and links. Food Policy, Guilford, n.25, p.69-89, 2000.

CAMPOS, F.F. **A comercialização de frutas, legumes e verduras orgânicas e a inserção do agricultor no estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ: PPGG/UFRJ, 2001. Dissertação de Mestrado.

CARNEIRO, C. B. M. **Compras Coletivas de produtos orgânicos e participação política: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ).** Rio de Janeiro (2012). 215f.

CASTAÑEDA de Araujo, Marcelo. Ambientalização e politização do consumo e da vida cotidiana: uma etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos em Nova Friburgo/RJ / Marcelo Castañeda de Araujo, 2010. 135 f.

DAROLT, M. R. **As dimensões da sustentabilidade.** Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba – PR. Curitiba, Universidade Federal do Paraná/Paris VII. 2000. 310p. Tese de doutorado em meio Ambiente e desenvolvimento.

DAROLT, M. **Conexão Ecológica:** Novas Relações entre Agricultores e Consumidores. Londrina: IAPAR, 2012.

DAROLT, M. **Circuitos curtos e circuitos longos de comercialização de alimentos ecológicos:** reconectando produtores e consumidores. NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F.M. (orgs.) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139 – 170.

DIAS, V.V. et al. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. *Ambient. soc.* [online]. 2015, vol.18, n.1, pp. 155-174. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/62zwgf>>

DOURADO, Francisco et al. (2012) - **O Megadesastre da Região Serrana do Rio de Janeiro** - as Causas do Evento, os Mecanismos dos movimentos de Massa e a Distribuição Espacial dos Investimentos de Reconstrução no Pós-Desastre. Anuário do Instituto de Geociências - Vol. 35 Rio de Janeiro p.43-54.

EMATER, 2016 pág 27- Green Rio <http://www.greenrio.com.br/index.php/apresentacoes-green-rio-rio-organico-2016/>

EMBRAPA. **Distribuição geográfica dos produtores orgânicos no Estado do Rio de Janeiro.** Seropédica, RJ: PPGAO, 2016. Apresentação em PowerPoint em aula.

FiBL. IFOAM. **The world of organic agriculture:** statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017. 300p. Disponível em: < <http://www.organic-world.net/yearbook-2015.html> >. Acesso em: 24 de março de 2017.

FONSECA, M. F. de A. C. **O estudo do mercado de alimentos orgânicos (frutas, legumes e verduras) in natura no Estado do Rio de Janeiro:** o caso da ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro). Seropédica: UFRRJ, 1999.110p (monografia curso especialização em agribusiness)

FONSECA, 2002- pág 21

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **A construção social do mercado de alimentos orgânicos:** Estratégias dos diferentes autores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) in natura no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ (CPDA), 2000. Dissertação de Mestrado.

FONSECA, M.F. de A.C. **Institucionalização dos mercados da agricultura orgânica no mundo e no Brasil:** uma interpretação. Rio de Janeiro, UFRuralRJ/CPDA, 2005. 505p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

FONSECA, M.F. de A.C. **Agricultura Orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos e critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil.** Niterói: PESAGRO/Programa Rio Rural, 2009. 64p.

FONSECA e CAMPOS (2000) - pág 29

FONSECA et al (2009) - pág 12

FONSECA (2011) - pág 38- Projeto UPP. Fase I.

FONSECA, M. F. de A. C. ET ALLI. **O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas:** a expansão da venda direta de alimentos orgânicos, o controle social, a regulamentação da agricultura orgânica e os princípios do comércio justo e solidário. In: III Colóquio agricultura familiar e desenvolvimento rural. UFRGS, Porto Alegre, 17 a 18 de novembro 2011. **Anais.....** Porto Alegre: UFRGS, 2011. 10p.

FONSECA, M.F. de A. C.; GUIMARÃES, T. da S. **Proposta de UPP de comercialização de orgânicos (2012) apresentada ao grupo Friburgo SPG ABIO.** Nova Friburgo: PESAGRO, 2012.

FONSECA, M.F. de A. C.; GUIMARÃES, T.; MACHADO, A. de P.; MELLO, L. B. de; OLIVEIRA, L.A.A. de. Circuitos curtos de comercialização: as feiras orgânicas como ponto de distribuição e consumo. In: VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados Os SIAL face às oportunidades e aos desafios do novo contexto global, de 21 à 25 de Maio | Hotel Canto da Ilha | Florianópolis/SC. **Anais....** Florianópolis: SIAL, 2013 10p.

FONSECA, M.F. de A.C.; SCOFANO, J.E.; GOMES, M.; GUIMARÃES, L.; BERGIANTE, S. D. **PLANAPO: oportunidades e desafios no Rio de Janeiro.** Resumo expandido. IX CBA: 29 setembro a 01 de outubro de 2015, Belém-PA. **Anais...** Belém: Cadernos de Agroecologia, 2015. 5p.

FONSECA, M.F de AC; GUIMARÃES, T. da Silva; DIAS, D.V.S; BERGIANTE, S. D. **Oferta e preço de produtos orgânicos na região serrana do estado do Rio de Janeiro: o caso do município de Nova Friburgo no ano de 2016.** Resumo expandido X CBA: 12 a 15 de setembro de 2017, Brasília- DF.

FONSECA et al (2016a)- Fase II UPP- Projeto- pág 30

FONSECA et al (2016b)- Evento Nova Friburgo em outubro de 2016 (tem artigo)- pág 43

GOMES, M. **Certificação Pública dos Produtos Orgânicos:** O caso do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária. Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, 2016. 141p. Dissertação de Mestrado.

GOMES, J.C. C. **As muitas dimensões da pesquisa em Agroecologia.** Rio de Janeiro: LIESA/Revista Agricultura: Experiencias em Agroecologia, Rio de Janeiro \$gv. 3, n. 4, p. 4-5, dez. 2006

GUIMARÃES, T. da S. **Relatório Técnico contendo o planejamento e análise de produção dos produtores orgânicos de Nova Friburgo e o mapeamento dos grupos de produtores orgânicos e em transição agroecológica que estão em microbacias da Região Serrana.** Niterói: PESAGRO-RIO, 2012.

GUIVANT, JÚLIA; FONSECA, MARIA FERNANDA; RAMOS, FÁBIO S.V.; SCHWEIZER, MARINA. ANEXO III – **Relatório final sobre Os supermercados e o consumo de FLV orgânico certificado.** Rio de Janeiro - RJ: PESAGRO-RIO, 2003. 109 p. Projeto CNPq. Disponível em: < <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/o-mundo-dos-vinhos-organicos/>>. Acessado em: 08/10/2018

HUBER, B.; SCHIMID, O.; MANNIGEL, C. **Standards and regulations.** In: WILLER, H.; LENOURD, J. The world of organic agriculture. Statistics and emerging trends. 2015 Frick/Berlin: FiBL/IFOAM, 2015. p. 126 - 133. Disponível em: < <http://www.organic-world.net/yearbook-2015.html>>. Acesso em: 10 de Setembro de 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Manual Técnico de Vegetação Brasileira.** Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2010 Pesquisa de Preços de Produtos Orgânicos. IDEC, 2010 Disponível em <https://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/2010-04-ed142-capa-organicos1.pdf> Acesso em 08 de Out. de 2018.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2012 Lista de Feiras Orgânicas no Município do Rio de Janeiro. Disponível em www.idec.org.br/pdf/feiras-organicas-rio-janeiro.pdf Acesso em 08 de Out. de 2018.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Mapa das feiras Orgânicas e Agroecológicas. São Paulo; IDEC, 2013 Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/> Acesso em 08 de Out. de 2018.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Mapa de Feiras aproxima consumidores e produtores orgânicos. São Paulo: IDEC, 2017. Disponível em <<https://idec.org.br/noticia/mapa-de-feiras-aproxima-consumidores-e-produtores-organicos>>. Acesso 03 de Nov. de 2017

INCA. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSE ALENCAR GOMES DA SILVA. **Posicionamento do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos agrotóxicos.** Rio de Janeiro, INCA, Número 10. 2015. 5p. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrototoxicos_06_abr_15.pdf>. Acesso em 03 jan. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA. **Parque Estadual dos Três Picos (PETP): Plano de Manejo- Resumo Executivo.** Rio de Janeiro: INEA, 2013.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA. **APA Estadual de Macaé de Cima: Plano de Manejo - Contextualização e Análise regional.** Rio de Janeiro: INEA, 2014a.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA. **APA Estadual de Macaé de Cima: Plano de manejo – Informações sintetizadas da UC.** -- Rio de Janeiro: INEA, 2014b.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA Artigo sobre Unidades de Conservação da Natureza 2017 RPPN's Disponível em <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/index.htm>> HYPERLINK
<

KARPIC, L. Éléments de l'économie des singularités. In: STEINER, P. e VATIN, F. *Traité de sociologie économique.* Paris: PUF, 2009. pp. 165-208.

ALLAIRE, G. Quality in economics: a cognitive perspective. In: HARVEY, M.; McMEEKIN, A.; WARD, A. (Eds.). *Qualities of food*. Manchester: MUP, 2004. pp. 66-92.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v.19, n.1, p. 1-7, 2003.

KATTO-ANDRIGUETO, J. **Latest developments in policy support for organic agriculture**. FiBL. IFOAM. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017. p. 159-160. Disponível em: < <http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2017.html> >. Acesso em: 24 de março de 2017.

KATTO-ANDRIGUETTO, J.; KIRCHINER, C. **Participatory guarantee system in 2016**. FiBL. IFOAM. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017. p.157-158. Disponível em: < <http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2017.html> >. Acesso em: 24 de março de 2017.

LAGE, Marcela Ferreira Rocha. O Mercado Orgânico de BH: Um estudo de Caso das Feiras Orgânicas Municipais / Marcela Ferreira Rocha Lage. -2016.60 f

LEE, Hyun-Joo; GOUDEAU, Cynthia. Consumers' beliefs, attitudes, and loyalty in purchasing organic foods: the standard learning hierarchy approach. *British Food Journal*, v. 116, n. 6, p. 918-930, 2014.

LERNOUD, A. P.; FONSECA, M. F. D. A. C. **The workshop on alternative certification**. IFOAM, MAELA, Centro Ecológico. Torres-RS, Brasil, 13 a 17 de abril de 2004. Proceedings.. Norfolk: GROALINK AB, 2004.

MAPA, 2016- Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica (PPGAO). Apresentado pelo PowerPoint.

MAPA, 2015 apresentação Ailena- pág 10

MAPA (2017a)- Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>

MAPA (2017b)-Palestra sobre Agricultura Orgânica, Rogério Dias.

MATTOS, R. A. de. População neo-rural e agricultura orgânica: mudanças no meio rural da região perimetropolitana do Rio de Janeiro. IN: XIV Encontro Nacional dos geógrafos, Porto Alegre – RS, 25 a 31 de julho de 2010. **Anais...** . Porto Alegre: AGB, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3

MEDAETS, J. P. A construção da qualidade na produção agrícola familiar: sistemas de certificação de produtos orgânicos. **Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (Tese de doutorado)**, 2003.

MOURA, IRACEMA. **Agroecologia na agenda governamental: trajetórias do período 2003-2014**. Seropédica-RJ: UFRRJ/PPGCTIA, 2016. 180p. Tese de doutorado.

NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (orgs.) **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: KAIRÓS, 2013. 393 p.

ORGANIS, 2017 pesquisa 13, 28

PARANÁ, SESA Secretaria da Saúde do Paraná, 2017. Resolução n. 004/2017 Disponível em <<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/ApresentasobreResoluSesn00417.pps>>

PEREZ-CASARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Curitiba: UFPR, 2012. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).

PEREZ-CASARINO, J.; FERREIRA, A.D.D. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia**. IN: NIERDELE, P.A.; ALMEIDA, L. VEZZANI, F.M. (orgs.) **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia**. KAIRÓS, Curitiba-PR, 2013. p.171-214.

PISTELLI, Renata; MASCARENHAS, Thais. **Organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

PORTILHO, F. **Ambientalização do consumo: alianças entre movimentos ambientalistas e movimentos de defesa dos consumidores. Paper apresentado no GT1 do III Encontro Nacional da ANPPAS**. Brasília, 2006.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo, Cortez, 2005.

PMNF, 2015- pág 49

RADOMSKY, G. F. W. **Certificação participativa e agricultura ecológica: rede, processos de inovação e conhecimentos locais.** In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2011. pp. 235-250.

RIO DE JANEIRO, 1985, Carta de Petrópolis (EBAA)- pág 8 Disponível em: <<http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/Carta-de-Petropolis.pdf>>

RIO DE JANEIRO, Decreto Estadual nº 29.213 2001 de 08 de Agosto de 2006 Cria a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APA de Macaé de Cima), no município de Nova Friburgo e dá outras providências. Rio de Janeiro, Agosto de 2006. Disponível em <http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=94&url=L3NjcHJvMDMwNy5uc2YvMDJhYzZmMjc5YjU2OGUyNDgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzkvOWQ4OGVINGY4OThiMjU2ZjgzMjU3MWJmMDA1Y2NIYTc/T3BlbkRvY3VtZW50>

RIO DE JANEIRO Decreto Estadual nº 31343 2002 de 05 de junho de 2002 Cria o Parque Estadual dos Três Picos (PETP), Rio de Janeiro, Junho de 2002 Disponível em <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/148506/decreto-31343-02>>

RIO DE JANEIRO, Decreto Estadual nº 40.909 de 17 de Agosto de 2007. Regulamenta a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Rio de Janeiro, Agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/RPPN/CriacaodeRPPN1/INEA0015095>>

RIO DE JANEIRO, 2012- pág 32, 39. TDR contratação Taila

REDE ECOLÓGICA Site: <http://redeecologicario.org/> acesso em 10/agosto 2017

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Uma identidade que se constrói em Rede. Caderno de Formação, n.1. Curitiba: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007

REDE ECOVIDA 2000 p.4 Disponível em <https://slideplayer.com.br/slide/8069092/>

SAHOTA, A. **The organic market for food & drink.** In: FiBL. IFOAM. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017. p..138—142. Disponível em: < <http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2017.html> >. Acesso em: 24 de março de 2017.

SCOFANO, Juliana Espindola. **Avaliação da Conformidade Orgânica: Cenário, entraves e Perspectivas no Estado do Rio de Janeiro.** 2014. 192p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

SEAPEC. **Agricultura Emergência.** Diagnóstico do impacto das chuvas nas áreas agrícolas da região serrana do estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária, Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro - RIO RURAL / BIRD. SEAPEC, Niterói, jan. 2011. p. 13

SEBRAE, SEBRAE Orgânico, Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/organicos,1390f96c96c17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>

SEVILHA GUZMAN, **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re" constucción de la soberanía alimentaria** Eduardo Sevilla Guzmán Agroecología, ISSN 1887-1941, ISSN-e 1989-4686, Nº. 1, 2006, págs. 7-18

SEVILLA GUZMAN E SOLER, **Del desarrollo rural a la agroecología: hacia un cambio de paradigma** Eduardo Sevilla Guzmán, Marta Soler Motiel Documentación social, ISSN 0417-8106, Nº 155, 2009 (Ejemplar dedicado a: Crisis del medio rural: procesos sustentables y participativos), págs. 23-39

SILVA, I.A. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Participação Social Em Nova Friburgo – RJ. II Encontro de Grupos de Pesquisa UFU. **Anais...** Uberlândia, 2006.

SÍTIO CULTIVAR, 2017. Escala de entrega cestas em domicílio. Nova Friburgo, Sítio Cultivar, 2017. -pág 55

YAMAMOTO, Arthur. **Por que continuamos juntos?** Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural. Fortaleza-CE, 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

WILLER, Helga, Minou Youssefi-Menzler and Neil Sorensen (Eds.) (2008) The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2008 International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) Bonn, Germany and Research Institute of Organic Agriculture (FiBL) Frick, Switzerland p. 28 Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=INha629GOn4C&oi=fnd&pg=PA3&dq=The+World+of+Organic+Agriculture:+Statistics+and+Emerging+Trends+2008&ots=A4bS5PW_7e&sig=S3qI09dhjdWEmk->

kF6Txs4ZYOOo#v=onepage&q=The%20World%20of%20Organic%20Agriculture%3A%20Statistics%20and%20Emerging%20Trends%202008&f=false>

WILLER, H.; LERNOURD, J. The world of organic agriculture: summary. In: FiBL. IFOAM. **The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017**. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017. p. 27 - 33. Disponível em: < <http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2017.html> >. Acesso em: 24 de março de 2017.

ANEXOS

- **ANEXO A: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO**

Quadro A1: Características Técnicas do Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO.

Membro	Escopo(s)	Área (ha)	Município/espaco estabelecimento	Produtos	Canais de Comercialização
Certificados					
1	Produção Primária Vegetal	1	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
2	Produção Primária Vegetal	1,05	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Comércio Local e Feiras
3	Produção Primária Vegetal	3	Paty do Alferes / Urbano	Frutas, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Direto na propriedade
4	Produção Primária Vegetal	3	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
5	Produção Primária Vegetal	0,8	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças herbáceas e Loro	Direto na propriedade
6	Produção Primária Vegetal	0,5	Paty do Alferes / Rural	Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Mediciniais	Feiras
7	Produção Primária Vegetal	1	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	PAA

8	Produção Primária Vegetal	7	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras, PAA e PNAE
9	Produção Primária Vegetal	0,8	Paty do Alferes / Rural	Frutas e Hortaliças herbáceas	Feiras e PAA
10	Produção Primária Vegetal	7	Paty do Alferes / Rural	Frutas (maracujá), Hortaliças-frutos e Hortaliças herbáceas	Feiras e PAA
11	Produção Primária Vegetal	1	Paty do Alferes / Rural	Frutas e Hortaliças herbáceas	Direto na propriedade
12	Produção Primária Vegetal	6,3	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e PAA
13	Produção Primária Vegetal	1,3	Mendes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Medicinais	Entregas em domicílio
14	Produção Primária Vegetal	4,8	Eng. Paulo de Frontin / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras orgânicas
15	Produção Primária Vegetal	6,8	Mendes / Rural	Frutas, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Comércio Local
16	Produção Primária Vegetal	7,8	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras

17	Produção Primária Vegetal	1	Paraíba do Sul / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos e Hortaliças herbáceas	Feiras
18	Produção Primária Vegetal	12	Eng. Paulo de Frontin / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos (milho), Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio
19	Produção Primária Vegetal e Produção de Cogumelos Comestíveis	6	Eng. Paulo de Frontin / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas, Mediciniais e Shiitake	Entregas em domicílio
20	Produção Primária Vegetal e Produção de Cogumelos Comestíveis	1	Eng. Paulo de Frontin / Rural	Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Shiitake	Feiras
21	Produção Primária Vegetal e Produção de Cogumelos Comestíveis	14,5	Eng. Paulo de Frontin / Rural	Frutas, Hortaliças herbáceas e Shiitake	Entregas em domicílio
22	Produção de Cogumelos Comestíveis	15,1	Eng. Paulo de Frontin / Rural	Shiitake	Entregas em domicílio
23	Produção de Cogumelos Comestíveis	3,5	Eng. Paulo de Frontin / Urbano	Shiitake	Entregas em domicílio
Em Processo de Certificação					
24	Produção Primária Vegetal	6	Miguel Pereira / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio
25	Produção Primária Vegetal	11	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio e Feiras

Quadro A2: Características Socioeconômicas do Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO.

Membro	Sexo	Origem	Moradia	Renda	Relações de Trabalho na Atividade
Certificados					
1	Masculino	Rural	Rural	10% Agrícola/90% outras atividades	Proprietário
2	Masculino	Rural	Rural	50% Agrícola/50% outras atividades	Proprietário
3	Feminino	Urbana	Urbana	10% Agrícola/90% outras atividades	Proprietário
4	Feminino	Rural	Rural	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
5	Masculino	Rural	Rural	40% Agrícola/60% outras atividades	Proprietário
6	Masculino	Rural	Rural	10% Agrícola/90% outras atividades	Proprietário
7	Feminino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
8	Masculino	Rural	Rural	40% Agrícola/60% outras atividades	Proprietário
9	Masculino	Rural	Rural	80% Agrícola/20% outras atividades	Proprietário
10	Feminino	Rural	Rural	40% Agrícola/60% pecuária	Proprietário
11	Masculino	Rural	Rural	40% Agrícola/60% outras atividades	Parceiro
12	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
13	Feminino	Urbana	Urbana	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
14	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
15	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário

16	Masculino	Urbana	Rural	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
17	Masculino	Rural	Rural	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
18	Masculino	Rural	Urbana	20% Agrícola/80% outras atividades	Proprietário
19	Feminino	Urbana	Rural	50% Agrícola/50% outras atividades	Proprietário
20	Masculino	Urbana	Urbana	50% Agrícola/50% outras atividades	Proprietário
21	Masculino	Urbana	Rural	20% Agrícola/80% outras atividades	Proprietário
22	Masculino	Urbana	Rural	5% Agrícola/95% outras atividades	Proprietário
23	Masculino	Urbana	Urbana	10% Agrícola/90% outras atividades	Proprietário
Em Processo de Certificação					
24	Masculino	Urbana	Urbana	20% Agrícola/80% outras atividades	Proprietário
25	Feminino	Urbana	Urbana	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário

- **ANEXO B: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO**

Quadro B1: Características Técnicas do Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO.

Membro	Escopo(s)	Área (ha)	Município/espço estabelecimento	Produtos	Canais de Comercialização
Certificados					
1	Produção Primária Vegetal	10	Rio das Flores / Rural	Frutas e Hortaliças herbáceas	Feiras e PNAE
2	Produção Primária Vegetal	7,5	Rio das Flores / Rural	Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e PNAE
3	Produção Primária Vegetal	1,5	Rio das Flores / Rural	Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Comércio local e Feiras
4	Produção Primária Vegetal	200	Rio das Flores / Rural	Frutas e Hortaliças herbáceas	Comércio local
5	Produção Primária Vegetal	2	Rio das Flores / Urbano	Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e PNAE
6	Produção Primária Vegetal	3,5	Rio das Flores / Rural	Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e PNAE
7	Produção Primária Vegetal	5	Belmiro Braga, MG / Rural	Frutas e Hortaliças herbáceas	Feiras e PNAE
8	Processamento de Origem Vegetal	11,2	Rio das Flores / Rural	Cachaça (Cana)	Comércio local
Em Processo de Certificação					
9	Produção Primária Vegetal	2	Rio das Flores / Rural	Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e PNAE
10	Produção Primária Vegetal	0,5	Rio das Flores / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e hortaliçastuberosas	Feiras e PNAE

11	Produção Primária Vegetal	2	Valença / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio
----	---------------------------	---	-----------------	--	-----------------------

Quadro B2: Características Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO.

Membro	Sexo	Origem	Moradia	Renda	Relações de Trabalho na Atividade
Certificados					
1	Feminino	Rural	Rural	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
2	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
3	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Parceiro
4	Feminino	Rural	Rural	10% Agrícola/90% outras atividades	Proprietário
5	Masculino	Urbana	Urbana	70% Agrícola/30% outras atividades	Parceiro
6	Feminino	Rural	Rural	80% Agrícola/20% outras atividades	Proprietário
7	Feminino	Rural	Rural	70% Agrícola/30% outras atividades	Proprietário
8	Masculino	Rural	Urbana	50% Agrícola/50% outras atividades	Proprietário
Em Processo de Certificação					
9	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Arrendatário
10	Masculino	Rural	Rural	60% Agrícola/40% aposentadoria	Propriedade cedida
11	Masculino	Urbana	Rural	50% Agrícola/50% outras atividades	Proprietário

- **ANEXO C: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO**

Quadro C1: Características Técnicas Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO.

Membro	Escopo(s)	Área (ha)	Município/espço estabelecimento	Produtos	Canais de Comercialização
Certificados					
1	Produção Primária Vegetal	1,5	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos e Hortaliças herbáceas	Direto na propriedade
2	Produção Primária Vegetal	0,4	Paty do Alferes / Rural	Frutas e Hortaliças herbáceas	Direto na propriedade
3	Produção Primária Vegetal	0,4	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Comércio local
4	Produção Primária Vegetal	19,3	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Medicinais e Temperos	Feiras
5	Produção Primária Vegetal	53,24	Paty do Alferes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas, Medicinais e Temperos	Comércio Local e Feiras
6	Produção Primária Vegetal	4,8	Paty do Alferes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	PAA e PNAE
7	Produção Primária Vegetal	1,9	Paty do Alferes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Comércio Local

8	Produção Primária Vegetal	7,6	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio
9	Produção Primária Vegetal	0,43	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Temperos	Entregas em domicílio
10	Produção Primária Vegetal	33,88	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	PAA e PNAE
11	Produção Primária Vegetal	3	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Direto na propriedade, Feiras e PAA
12	Produção Primária Vegetal	1,8	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Direto na propriedade
13	Produção Primária Vegetal	0,02	Três Rios / Urbano	Frutas (Amora)	Feiras
14	Produção Primária Vegetal	16,66	Eng. Paulo de Frontin / Rural	Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Comércio Local
Em Processo de Certificação					
15	Produção Primária Vegetal	1	Paty do Alferes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	PAA e PNAE
16	Produção Primária Vegetal	58,08	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Comércio Local, PAA e PNAE

17	Produção Primária Vegetal	6,7	Paty do Alferes / Rural	Frutas (Limãotaiti)	ainda não iniciou a produção
18	Produção Primária Vegetal	1	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
19	Produção Primária Vegetal	2	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras, PAA e PNAE
20	Produção Primária Vegetal	13,5	Miguel Pereira / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio
21	Produção Primária Vegetal	2,2	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e PAA
22	Produção Primária Vegetal	1	Paty do Alferes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras Orgânicas

Quadro C2: Características Socioeconômicas Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO.

Membro	Sexo	Origem	Moradia	Renda	Relações de Trabalho na Atividade
Certificados					
1	Masculino	Urbana	Urbana	5% agrícola/95% outras atividades	Proprietário
2	Masculino	Urbana	Urbana	5% agrícola/95% outras atividades	Proprietário
3	Masculino	Rural	Rural	5% agrícola/95% outras atividades	Proprietário
4	Masculino	Rural	Rural	40% agrícola/60% outras atividades	Proprietário
5	Feminino	Urbana	Urbana	20% agrícola/80% outras atividades	Proprietário
6	Feminino	Urbana	Urbana	100% agrícola	Proprietário
7	Feminino	Urbana	Urbana	20% agrícola/80% outras atividades	Proprietário
8	Masculino	Urbana	Urbana	20% agrícola/80% outras atividades	Proprietário
9	Feminino	Urbana	Urbana	20% agrícola/80% outras atividades	Proprietário
10	Masculino	Rural	Rural	60% agrícola/40% outras atividades	Proprietário
11	Masculino	Rural	Rural	100% agrícola	Parceiro
12	Feminino	Urbana	Rural	10% agrícola/90% aposentadoria	Proprietário
13	Masculino	Urbana	Urbana	50% agrícola/50% outras atividades	Proprietário

14	Mascu lino	Urbana	Urbana	10% agrícola/90% outras atividades	Proprietário
Em Processo de Certificação					
15	Mascu lino	Rural	Urbana	100% agrícola	Parceiro
16	Mascu lino	Rural	Rural	100% agrícola	Proprietário
17	Mascu lino	Rural	Urbana	Ainda não iniciou a produção	Proprietário
18	Mascu lino	Rural	Rural	Ainda esta no inicio da produção	Proprietário
19	Mascu lino	Rural	Rural	100% agrícola	Proprietário
20	Mascu lino	Urbana	Rural	100% agrícola	Proprietário
21	Mascu lino	Rural	Rural	50% agrícola/50% outras atividades	Proprietário
22	Mascu lino	Rural	Rural	100% agrícola	Parceiro

- **ANEXO D: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO**

Quadro D1: Características Técnicas do Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO.

Mem bro	Escopo(s)	Área (ha)	Município/espaco estabelecimento	Produtos	Canais de Comercializaçã o
Certificados					
1	Produção Primária Vegetal	4,08	Eng. Paulo de Frontin / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio
2	Produção Primária Vegetal	3	Mendes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras orgânicas
3	Produção Primária Vegetal	0,8	Mendes / Urbano	Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras orgânicas
4	Produção Primária Vegetal	40	Mendes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio
5	Produção Primária Vegetal	2,2	Mendes / Rural	Frutas, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras orgânicas

6	Produção Primária Vegetal	7,8	Mendes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras orgânicas
7	Produção Primária Vegetal	0,5	Mendes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio
8	Produção Primária Vegetal	1,1115	Mendes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras orgânicas
9	Produção Primária Vegetal	1	Mendes / Urbano	Frutas e Hortaliças herbáceas	Feiras orgânicas
Em Processo de Certificação					
10	Produção Primária Vegetal	20	Mendes / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos e Hortaliças herbáceas	Feiras orgânicas
11	Produção Primária Vegetal	5	Mendes / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos e Hortaliças herbáceas	Comércio Local e Direto na propriedade

Quadro D2: Características Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO.

Membro	Sexo	Origem	Moradia	Renda	Relações de Trabalho na Atividade
---------------	-------------	---------------	----------------	--------------	--

Certificados					
1	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
2	Masculino	Rural	Rural	60% Agrícola/40% aposentadoria	Proprietário
3	Masculino	Urbana	Urbana	50% Agrícola/50% outras atividades	Proprietário
4	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
5	Feminino	Rural	Rural	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
6	Masculino	Urbana	Urbana	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
7	Masculino	Urbana	Urbana	60% Agrícola/40% outras atividades	Proprietário
8	Feminino	Urbana	Urbana	20% Agrícola/80% outras atividades	Proprietário
9	Feminino	Urbana	Urbana	10% Agrícola/90% outras atividades	Proprietário
Em Processo de Certificação					
10	Masculino	Urbana	Urbana	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
11	Masculino	Rural	Rural	50% Agrícola/50% outras atividades	Parceiro

- **ANEXO E: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO**

Quadro E1: Características Técnicas do Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO.

Mem bro	Escopo(s)	Áre a (ha)	Município/espaco estabelecimento	Produtos	Canais de Comercialização
Certificados					
1	Produção Primária Vegetal	5,93	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
2	Produção Primária Vegetal	6	Duque de Caxias / Rural	Frutas e Hortaliças herbáceas	Feiras
3	Produção Primária Vegetal	6	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e Direto na propriedade
4	Produção Primária Vegetal	1	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e Direto na propriedade
5	Produção Primária Vegetal	5,8	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos e Hortaliças tuberosas	Feiras e Direto na propriedade
6	Produção Primária Vegetal	2,9	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e Direto na propriedade
7	Produção Primária Vegetal	2,9	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
8	Produção Primária Vegetal	6	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras

9	Produção Primária Vegetal	2,8	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
10	Produção Primária Vegetal	2,8	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e Direto na propriedade
11	Produção Primária Vegetal	2,98	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
12	Produção Primária Vegetal	1	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e Direto na propriedade
Em Processo de Certificação					
13	Produção Primária Vegetal	5	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Palmito pupunha	Feiras e Direto na propriedade
14	Produção Primária Vegetal	13	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas, Palmito pupunha e Palmito açaí	Feiras
15	Produção Primária Vegetal	3,5	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Palmito pupunha e Palmito açaí	Direto na propriedade
16	Produção Primária Vegetal	3,5	Duque de Caxias / Rural	Medicinais e Temperos	Direto na propriedade
17	Produção Primária Vegetal	110	Duque de Caxias / Rural	Hortaliças herbáceas, Hortaliças-frutos e Hortaliças tuberosas	Comércio local
18	Produção Primária Vegetal	6,5	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Direto na propriedade

19	Produção Primária Vegetal	6	Duque de Caxias / Rural	Hortaliças tuberosas	Direto na propriedade
20	Produção Primária Vegetal	6	Duque de Caxias / Rural	Hortaliças tuberosas	Direto na propriedade
21	Produção Primária Vegetal	5,9	Duque de Caxias / Rural	Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
22	Produção Primária Vegetal	6	Duque de Caxias / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras e Direto na propriedade

Quadro E2: Características Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO

Membr o	Sexo	Orige m	Moradi a	Renda	Relações de Trabalho na Atividade
Certificados					
1	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
2	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
3	Masculin o	Rural	Rural	40% Agrícola/60% aposentadoria	Proprietário
4	Feminino	Rural	Rural	100% Agrícola	Propriedade da família
5	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
6	Feminino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
7	Masculin o	Rural	Rural	50% Agrícola/50% aposentadoria	Proprietário
8	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
9	Feminino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário

10	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
11	Feminino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
12	Feminino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
Em Processo de Certificação					
13	Masculin o	Rural	Rural	40% Agrícola/60% outras atividades	Proprietário
14	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
15	Masculin o	Rural	Rural	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
16	Feminino	Rural	Rural	10% Agrícola/90% outras atividades	Proprietário
17	Masculin o	Urbana	Urbana	Início de produção	Administrador
18	Masculin o	Urbana	Rural	30% Agrícola/70% outras atividades	Proprietário
19	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
20	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
21	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
22	Masculin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário

- **ANEXO F: Características Técnicas e Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO**

Quadro F1: Características Técnicas do Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO

Mem bro	Escopo(s))	Área (ha)	Município/espaco estabelecimento	Produtos	Canais de Comercialização
Certificados					
1	Produção Primária Vegetal	15	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças- frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Associação e Feiras
2	Produção Primária Vegetal	4	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Associação e Feiras
3	Produção Primária Vegetal	1,3	Angra dos Reis / Urbano	Frutas e Hortaliças herbáceas	Direto na propriedade
4	Produção Primária Vegetal	6	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças- frutosHortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
5	Produção Primária Vegetal	3,2	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças- frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Feiras
6	Produção Primária Vegetal	2	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças- frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Palmito pupunha	Feiras
7	Produção Primária Vegetal	58	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças- frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas, Palmito pupunha e Temperos	Associação e Feiras

8	Produção Primária Vegetal	5	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Medicinais	Feiras
9	Produção Primária Vegetal	5	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Medicinais	Feiras
10	Produção Primária Vegetal	6	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Palmito açai e Palmito pupunha	Feiras
11	Produção Primária Vegetal	3	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Entregas em domicílio e Feiras
Em Processo de Certificação					
12	Produção Primária Vegetal	1	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos e Hortaliças herbáceas	Feiras
13	Produção Primária Vegetal	11	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Palmito pupunha	Feiras
14	Produção Primária Vegetal	7,9	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Direto na propriedade e Feiras
15	Produção Primária Vegetal	28	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Direto na propriedade e Feiras

16	Produção Primária Vegetal	6	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Hortaliças tuberosas e Palmito pupunha	Comércio Local e Feiras
17	Produção Primária Vegetal	6	Angra dos Reis / Rural	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas e Hortaliças tuberosas	Comércio Local e Feiras
18	Produção Primária Vegetal	0,06 1	Angra dos Reis / Urbano	Frutas, Hortaliças-frutos, Hortaliças herbáceas, Medicinais e Temperos	Feiras

Quadro F2: Características Socioeconômicas do Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO

Membr o	Sexo	Orige m	Moradi a	Renda	Relações de Trabalho na Atividade
Certificados					
1	Feminin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
2	Feminin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
3	Masculi no	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
4	Feminin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
5	Masculi no	Rural	Rural	20% Agrícola/80% outras atividades	Proprietário
6	Feminin o	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário

7	Feminino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
8	Feminino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
9	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
10	Masculino	Rural	Rural	10% Agrícola/90% FUNAI	Proprietário
11	Masculino	Rural	Rural	60% Agrícola/40% outras atividades	Proprietário
Em Processo de Certificação					
12	Masculino	Rural	Rural	10% Agrícola/90% outras atividades	Proprietário
13	Masculino	Rural	Rural	50% Agrícola/50% pecuária	Proprietário
14	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
15	Masculino	Rural	Rural	50% agrícola/50% aposentadoria	Proprietário
16	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
17	Masculino	Rural	Rural	100% Agrícola	Proprietário
18	Masculino	Urbana	Urbana	20% agrícola/80% outras atividades	Proprietário

- **ANEXO G: Comparação Entre os Mecanismos de Controle da Garantia da Qualidade Orgânica no Brasil.**

TEMA	CERTIFICAÇÃO	SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA	CONTROLE SOCIAL PARA VENDA DIRETA
Base de garantia	Confiança	Confiança	Confiança
Entidade	Certificadora	OPAC	OCS
Avaliação da conformidade	Inspetor	Comissão de Avaliação	-Definida pela OCS -Direito de visitas dos consumidores Livre acesso dos órgãos fiscalizadores
Decisão da Conformidade	Certificação	Grupo	-Grupo -Consultas à CPOrg
Serviços	Avaliação da conformidade	-Avaliação da conformidade -Apoio para a correção das não conformidades -Assistência Técnica	-Controle social -Apoio para a correção das não conformidades -Assistência técnica
Aplicação	Produtos isolados	Grupos	Grupos
Mercados	-Venda direta -Nacional -Internacional	-Venda direta -Nacional	Venda direta
Uso do Selo SISORG	Sim	Sim	Não
Responsabilidade pelo controle	Individual	Coletiva	Coletiva

Responsabilidade final pela qualidade orgânica do produto	Produtor	Produtor	Produtor
Custos	Custos financeiros diretos maiores	Custos indiretos maiores (participação)	Apenas custos indiretos (participação)

Fonte: ABIO (2011).

- **Anexo H: Fotos.**



Foto 1: Unidade PAIS. Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO.



Foto 2: Diversificação de Culturas. Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO.



Foto 3: Compostagem. Grupo Orgânicos de Angra dos Reis SPG-ABIO.



Foto 4: Utilização de fontes alternativas de energia. Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO.



Foto 5: Unidade PAIS. Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO.



Foto 6: Utilização de cobertura vegetal morta no plantio de hortaliças. Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO.



Foto 7: Reunião Mensal do Grupo Orgânicos de Caxias SPG-ABIO.



Foto 8: Exposição em 2016 de produtos de agricultores do Grupo Orgânicos do Centro-Sul Fluminense SPG-ABIO.



Foto 9: Comercialização de produtos orgânicos certificados. Grupo Orgânicos de Mendes SPG-ABIO



Foto 10: Toras de Eucalipto utilizadas na produção do cogumelo *shiitake*. Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO.



Foto 11: Reunião Mensal do Grupo Orgânicos do PAIS SPG-ABIO realizada na Secretaria de Agricultura de Paty do Alferes.



Foto 12: Comercialização de Produtos Orgânicos Oriundos do Projeto PAIS. Grupo Orgânicos de Rio das Flores SPG-ABIO.